

**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ANA CRISTINA DE SÁ**

**O PADRE E O JARDIM: configurações da educação infantil em Nossa Senhora  
da Glória/SE (1978 a 1992)**

**ARACAJU - 2019**

**ANA CRISTINA DE SÁ**

**O PADRE E O JARDIM: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978 a 1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Formação Docente.

**ORIENTADOR: PROF. DR. CRISTIANO FERRONATO**

**ARACAJU – 2019**

---

S111p Sá, Ana Cristina de  
O padre e o jardim: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978 a 1992) / Ana Cristina de Sá; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato – Aracaju: UNIT, 2019.

150 f. il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2019  
Inclui bibliografia.

SIB- Sistema  
Bibliotecas

Integrado de

1. Educação infantil. 2. Instituições educativas. 3. Jardim de infância Pequeno Príncipe 4. Padre Léon Lambert Joseph Grégoire I. Sá, Ana Cristina de. II. Ferronato, Cristiano. (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

---

CDU: 372. 3

---

**ANA CRISTINA DE SÁ**

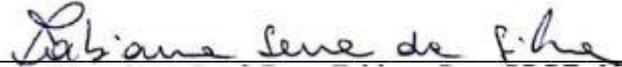
**O PADRE E O JARDIM: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978 a 1992)**

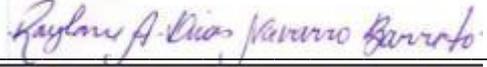
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Formação Docente.

**APROVADA EM:**

**Banca examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Cristiano Ferronato - PPED-UNIT (Orientador)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Sena - PPGE-UFPB (Examinador externo)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - PPED-UNIT  
(Examinador interno)**

**ARACAJU – 2019**

## AGRADECIMENTOS

Gratidão, um dos sentimentos mais sublimes e que sinto neste momento, por isso me esmero para demonstrar. Nesses dois anos de jornada acadêmica, em parte bastante solitária, todavia se tornou mais prazerosa com o afeto, compreensão e companheirismo de muitas pessoas. Reconheço, ainda, a importância deste processo para o meu aprimoramento profissional.

Primeiramente agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Cristiano Ferronato.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, pelo seu compromisso e zelo como professora examinadora desta pesquisa. As suas orientações em sala de aula e as correções detalhadas desta pesquisa foram fundamentais para a realização e conclusão da pesquisa.

Tenho ainda o prazer de agradecer à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Sena, pela gentileza de participar da minha qualificação e defesa; uma profissional imensamente comprometida e atenciosa. Suas contribuições foram de extrema relevância para a conclusão do trabalho.

Gostaria de agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Registro o meu agradecimento *in memoriam* à ex-Prof.<sup>a</sup> Ada Augusta Celestino Bezerra, pela atenção e carinho a mim sempre dedicados.

Agradeço ainda aos meus familiares: ao meu pai, Pedro Gonçalves de Sá, e à minha mãe, Carpulina Neta de Sá, que, apesar de não terem a oportunidade de estudar, sempre acreditaram na educação como instrumento de mudança. À minha irmã Ana Patrícia de Sá e ao meu irmão Pedro Gonçalves de Sá Júnior, pela torcida e bons conselhos. Agradeço à minha sobrinha, Letícia Maria Menezes de Sá, que de tão estudiosa desperta o desejo na tia de continuar a busca pelo conhecimento.

Gratidão à minha segunda mãe, tia Maria das Virgens do Santos, e ao meu vovô, José Joaquim do Santos, que sempre me dão colo e carinho. Às minhas primas irmãs Maria Emília dos Santos e, especialmente, Maria Cristina dos Santos, que sempre esteve ao meu lado nesta caminhada. Nos momentos mais difíceis acreditou que tudo daria certo. Cris, muito obrigada!

Agradeço à irmã que a vida me deu, Silvia Regina de Almeida, que sempre me apoia em tudo! Gratidão ainda às amigas irmãs Viviane Santos O. Nascimento,

que me acalma, Idegivânia dos Santos Silva, pela preocupação constante, e Jacqueline Nascimento Xavier, pela parceria.

Muito obrigada à minha chefe Prof.<sup>a</sup> Maria Ione Vasconcelos, por acreditar em mim e sempre me acalmar nos momentos mais difíceis! Gratidão também à minha chefe Marília Silva Santana que, conhecendo-me há pouco tempo, acreditou no meu sonho e me ajudou a torná-lo possível.

Obrigada aos amigos Tatiana Ribeiro, Dr. José Carlos Santos, Robson Soares, Ana Claudia Ataíde A. Mota e José Jalmo de Meneses, por todas as contribuições e apoio numa fase tão complexa.

Obrigada ao meu psicólogo Alberto de Jesus Orge Rocha, que me fez entender que era possível continuar os estudos sem sentir dor. Alberto, você conseguiu, eu vivenciei o mestrado. Gratidão!

Gratidão a todos os colegas que dividiram comigo os bancos da universidade e tornaram-se bons amigos, especialmente à Rita, Elias, João, Ana Paula, Eliane, Luziane, Rivaldo, Amélia. Desejo a vocês todo sucesso do mundo!

Obrigada à Maria Rozedalva de Andrade (Tia Nina), pelas contribuições dos fatos históricos de Nossa Senhora da Glória.

Gratidão ao presidente da Academia de Letras de Nossa Senhora da Glória, Lucas Lamonier Silva Santos, por me permitir o acesso ao arquivo do Pe. Grégoire e pela confiança.

Agradeço à equipe de funcionários da Escola Estadual Padre Léon Grégorio, sobretudo à diretora Rejane Correia de Carvalho, que abriu as portas do arquivo da escola para mim.

Muito obrigada aos sujeitos que tornaram esta pesquisa possível: Doralice Azevedo da Silva, você é ser de luz, o seu compromisso humano e social é incrível. Parabéns! Maria Adenilde Melo Oliveira com a sua memória espetacular contribuiu bastante com a realização da pesquisa, minha eterna gratidão! Jadina Oliveira Reis, por compartilhar as suas vivências e experiências, muito obrigada! Gratidão a Amintas Vieira de Santana e Glaucia Pamela de Jesus Silva, que ajudaram a dar voz à história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

Minha eterna gratidão *in memoriam* ao padre Léon Lambert Joseph Grégoire, pelo seu compromisso com a educação e com a melhoria da social.

## RESUMO

Neste trabalho, registramos a trajetória da educação formal, da infância, no sertão do Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Sergipe, a partir da história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Esta instituição de ensino infantil é pertencente à Ação Social da Igreja Católica de Nossa Senhora da Glória, e foi implantada em 1978, por meio do projeto Casulo pelo padre belga Léon Lambert Joseph Grégoire, o qual desenvolveu trabalhos no âmbito da educação para crianças carentes. A dissertação teve como objetivo geral analisar as configurações da educação infantil no sertão a partir do Jardim de Infância Pequeno Príncipe em Nossa Senhora da Glória (SE), no período de 1978 a 1992, lapso temporal no qual se situou o presente estudo e que representa dois momentos fundamentais da história da instituição. O primeiro ano se justifica pela criação da instituição, vinculada à Ação Social da Igreja Católica; ao passo que 1992 foi o último ano de funcionamento do Jardim de Infância por ela administrado. Assim, esta pesquisa se insere no campo da História da Educação, particularmente na área da História das Instituições Educativas Infantis. A análise dos dados desta investigação foi realizada a partir de diversas fontes, a saber: cadernos de anotações pessoais, agendas pessoais, projetos técnicos sociais para a saúde, educação e assistência social, monografias, revistas, manuscritos, mensagens de homenagens do padre Grégoire; atas, planos de ação, livro de registro da Ação Social, convênios da Ação Social de Nossa Senhora da Glória; jornais impressos; textos da história do asilo da cidade; folhas de registros de matrícula, relatórios, planta predial, cálculos arquitetônicos, ofícios, relação de matrículas, documentos de prestação de contas, lista de medicamentos, lista de alimentos, livros infantis, prontuários de matrículas do Pequeno Príncipe; orientações técnicas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), atestados de cadastro da Lei Brasileira de Assistência Social (LBA); decretos; leis; portarias; atas do Conselho Estadual de Educação; anuários estatísticos; dissertações e depoimentos orais; todos eles elementos fundamentais para realização desta pesquisa. Para compreender o processo de constituição do Jardim de Infância utilizamos como principais categorias de análise: Instituições educativas (MAGALHÃES, 2004), Educação infantil (KUHLMANN JÚNIOR, 1998), Educação infantil (PHILIPPE ARIÈS, 1981). Buscamos com os resultados da pesquisa contribuir para a investigação da historiografia educacional sergipana no que se refere à história da instituição Pequeno Príncipe.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Instituições Educativas. Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Padre Léon Lambert Joseph Grégoire.

## ABSTRACT

In this work, we trace the trajectory of the childhood formal education in the Brazilian northeastern backwoods, specifically in the State of Sergipe, comprising the period from 1978 to 1992, since the narrative of the history of the *Pequeno Príncipe* Kindergarten, child's education institution linked to the in 1978 created Social Action of the Catholic Church, by means of the "Cocoon" Project of the Belgian Father Léon Lambert Joseph Grégoire in the town of Nossa Senhora da Glória, who developed promising works in the field of education, especially for underprivileged children. This essay had as its general objective to analyze the history of the *Pequeno Príncipe* Kindergarten and the influence of its socio-educational aspects in Nossa Senhora da Glória, Sergipe, in the period from 1978 to 1992, a temporal lag in which we put the present study and that represents two key moments in the history of the Institution. The first mentioned year is remembered for the creation of the institution, linked to the Social Action of the Catholic Church, while the second one, 1992, is remembered as the last year of the Kindergarten operation. Thus, this research fits into the thematic field of History of Education, particularly in the area of History of Child Educational Institutions. All data analysis of this research were performed through various sources, such as: notebooks for personal notes, personal agendas, technical social projects for health, education and social assistance, monographs, magazines, manuscripts, homage messages of Father Grégoire; minutes, action plans, Social Action records, Nossa Senhora da Glória Social Action agreements; printed newspapers; extracted texts from the city asylum history; school enrollment, reports, building plans, architectural calculations, trades, list of registrations, accountability documents, medicine lists, food list, children's books, *Pequeno Príncipe's* enrollment charts; FUNABEM technical guidelines, LBA registration certificates; decrees; laws; ordinances; minutes of the State Board of Education; statistical yearbooks; dissertations and oral testimonies. They all were fundamental elements as methodological resources for completing this survey. To understand the process of the Kindergarten constitution we made use of the following main categories of analysis: Educational Institution (MAGALHÃES, 2004), and Early Childhood Education (KUHLMANN JÚNIOR, 1998), Children's History (PHILIPPE ARIÈS, 1981). With this research results we intend to contribute to the investigation of the educational historiography of the State of Sergipe in relation to the *Pequeno Príncipe* institution history.

**Keywords:** History of Education. Educational Institutions. Early Childhood Education. *Pequeno Príncipe* Kindergarten. Father Léon Lambert Joseph Grégoire.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Bélgica com a localização do Vilarejo de Barchon, onde nasceu o Pe. Grégoire (s/d).....	355
Figura 2 – Mapa do Território de Abrangência da Diocese de Propriá (s/d). ....	49
Figura 3 – Desenho do escritor Antoine de Saint-Exupéry (s/d).....	83

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Grégoire no colo da mãe (s/d).....	36
Fotografia 2 – Léon Grégoire, aos 12 anos de idade (1937).....	37
Fotografia 3 – Grégoire à direita e o seu irmão Lambert (s/d).....	38
Fotografia 4 – Monumento aos mortos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, em Barchon, Bélgica (s/d).....	43
Fotografia 5 – Grégoire e família no noviciado (s/d).....	45
Fotografia 6 – Grégoire no centro da foto, durante celebração de missa (1953). ....	46
Fotografia 7 – Pe. Grégoire e alunos do Colégio Cristo Rei (s/d).....	46
Fotografia 8 – Chegada de Pe. Grégoire e colegas no Rio de Janeiro (Grégoire é o segundo homem à esquerda na foto) (1965). ....	51
Fotografia 9 – Chegada de Pe. Grégoire à cidade de Propriá (o Padre de óculos e paletó preto na foto) (1965).....	52
Fotografia 10 – Pe. Grégoire com mulheres do Clube de Mães de Propriá/SE (s/d)	53
Fotografia 11 – Fachada da Igreja Católica de N. Sr. <sup>a</sup> da Glória (1970). ....	55
Fotografia 12 – Professor Manuel Cardoso, diretor do Ginásio Nossa Senhora da Glória, posando para foto com estudantes (s/d). ....	61
Fotografia 13 – Inauguração do Ginásio Nossa Senhora da Glória (1961).....	62
Fotografia 14 – Fachada do Grupo Escolar Cícero Bezerra, ano de 1978, de N. Sr. <sup>a</sup> da Glória/SE (s/d).....	63
Fotografia 15 – Ex-professora Maria Adenilde Melo Oliveira e alunos da Escolinha (1976).....	78
Fotografia 16 – Prédio da Paróquia onde funcionou o Jardim de Infância Pequeno Príncipe (s/d).....	86
Fotografia 17 – O Padre e as mulheres que trabalharam na construção do novo Jardim (1983). ....	95
Fotografia 18 – Vista frontal do prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1984).....	98
Fotografia 19 – Vista interna do prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1984).....	98
Fotografia 20 – A diretora Maria Adenilde Melo Oliveira e o Pe. Grégoire (s/d).....	100
Fotografia 21 – Caminhonete que transportava as crianças do Pequeno Príncipe, crianças e as monitoras Doralice e Cristina (1986).....	101

Fotografia 22 – Crianças do Pequeno Príncipe no desfile cívico anual, fardadas com uniforme concedido pela LBA (1978). .....	102
Fotografia 23 – Pe. Grégoire com as crianças no Pequeno Príncipe (s/d).....	103

## LISTA DE SIGLAS

- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- Cime** - Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias
- Cohab** - Companhia de Habitação
- Cras** - Centro de Referência de Assistência Social
- Creas** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FCBIA** - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
- Febem** - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- Funabem** - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- GPHEN** - Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste
- LA** - Liberdade Assistida
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência Social
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- Oxfan** - Oxford Committee for Famine Relief
- PPED/Unit** - Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Tiradentes
- PPGED** - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
- PSC** - Prestação de Serviço à Comunidade
- SMAS** - Secretaria Municipal de Assistência Social
- Suas** - Sistema Único de Assistência Social
- Sudene** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- Unesco** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Unicef** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- Unit** - Universidade Tiradentes

## SUMÁRIO

<b>1 COMO EM VIDAS SECAS, NO SERTÃO NORDESTINO, CRIANÇA NÃO TEM NOME, É MENINO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Os caminhos teóricos e metodológicos .....	17
1.2 Dos Recursos.....	21
<b>2 PADRE LÉON LAMBERT GRÉGOIRE – AGENTE DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
2.1 Da Bélgica para o Brasil: um belga no Alto Sertão Sergipano .....	47
2.2 Padre Grégoire chega ao Alto Sertão .....	54
2.3 O cenário educacional de Nossa Senhora da Glória .....	59
2.4 Pe. Grégoire e os trabalhos sociais .....	65
<b>3 O JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE: a literatura inspira a educação da criança no Sertão .....</b>	<b>74</b>
3.1 Projeto CASULO: materialização do ensino pré-escolar para crianças carentes .....	80
3.2 As crianças carentes ganham um Jardim .....	93
3.3 Abrindo os portões do Jardim para as crianças carentes .....	99
3.4 Lembranças do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>138</b>

## **1 COMO EM VIDAS SECAS, NO SERTÃO NORDESTINO, CRIANÇA NÃO TEM NOME, É MENINO**

A caatinga estendia-se de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O vôo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos. – Anda, excomungado. O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. (RAMOS, 1978, p. 10).

No livro *Vidas Secas*, publicado em 1938 pelo escritor alagoano Graciliano Ramos, o autor retrata a vida miserável de uma família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar, de tempos em tempos, para áreas menos castigadas pela seca. A família, composta por Fabiano, sinhá Vitória, os dois meninos e a cachorra Baleia, parte da fazenda para uma nova busca por condições mais favoráveis de vida. A obra é um relato que revela uma vida marcada pela seca, ausência do poder público e pobreza no sertão do Nordeste.

Os problemas sociais do Nordeste são questões marcantes para esta pesquisadora, haja vista ter nascido e crescido no sertão nordestino. Por ser filha do sertão pernambucano, nas férias escolares sempre ia para a fazenda dos avós, onde via e sentia de perto o sol escaldante, a terra rachada e a cor cinza das árvores, que fazem entender muito bem o termo usado pelos sertanejos, “o sertão está pegando fogo”. Muito mais que isso, via a completa ausência do Estado, o povo abandonado a ponto de chamar a sua terra de “lugar sem lei”, em que indivíduos de toda ordem tiravam proveito da situação e roubavam, em meio à miséria, os sonhos e a vida, especialmente das crianças carentes, privadas de educação, saúde e assistência social e, quase sempre, tornadas órfãs precocemente, restando às sobreviventes reproduzir a triste e injusta “sina dos pais”.

As lembranças da infância de crianças carentes no sertão de Pernambuco e a contribuição educacional, social e cultural dada, pela instituição pesquisada, ao desenvolvimento da sociedade gloriense motivaram ainda mais o desejo de investigar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Além disso, vale destacar que esse Jardim de Infância possui significado especial para os indivíduos da cidade, tendo em vista ser considerado uma das grandes obras sociais, senão a maior,

realizada pelo Pe. Léon Grégoire, educador que, entre 1968 e 2011, viveu no sertão nordestino, onde veio a falecer. Com esta referência, neste trabalho registrei a trajetória da educação formal da infância no sertão do Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Sergipe, entre os anos de 1978 e 1992, período de maior seca nesta região, a partir da história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, instituição de ensino infantil pertencente à Ação Social da Igreja Católica, na cidade de Nossa Senhora da Glória, implantada em 1978 pelo projeto Casulo, por meio do padre belga Léon Lambert Joseph Grégoire, que desenvolveu trabalhos no âmbito da educação, especialmente para crianças carentes.

O encontro com o objeto de estudo, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, teve início com o ingresso da autora deste trabalho, graduada em Serviço Social, no curso de Mestrado em Educação. Marco inicial que foi precedido pela sua admissão, em 2010, no quadro docente do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes (Unit) e aprovação no concurso público do município de Monte Alegre, interior de Sergipe, para o cargo de assistente social. Assumindo em agosto de 2010 a lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), para trabalhar na proteção social básica, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), na prevenção de situação de risco e vulnerabilidade social de família e indivíduos.

Ainda em 2011, realizei o curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência e Tutoria em Ensino a Distância, realizado pela Unit, o qual permitiu expandir o olhar e o apreço pela Educação. Ao término do curso, firmou-se o propósito de ingressar no curso *stricto sensu* de Educação; todavia, devido a questões de ordem pessoal, fez-se necessário postergar o projeto, retomado em 2016, com inscrição, seleção e aprovação no Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado e doutorado (PPED/ Unit). O Curso de Mestrado em Educação da Unit apresenta duas linhas de pesquisa: *Educação e comunicação* e *Educação e formação docente*. A opção escolhida foi a segunda linha, com objetivo de estudar a formação de professores no contexto da liberdade assistida.

Apesar – e por causa – da intensidade do desejo, o amadurecimento do conhecimento sobre pesquisa no campo da educação se fez necessário para ampliação do conhecimento desta pesquisadora. As disciplinas disponibilizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, o contato em sala de aula com os professores e colegas, a participação nos eventos, o ser membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN) e, principalmente, as

orientações do prof. Dr. Cristiano Ferronato, foram fundamentais para a compreensão da Educação como área do conhecimento.

Conhecer a pesquisa no âmbito da História da Educação fez entender a relevância da historiografia como processo não apenas de registro histórico, mas de compreender a educação como um meio e o conhecimento como um fim central para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, que considera a educação como instrumento de desenvolvimento humano e social.

Esta compreensão ampliou o meu olhar sobre a importância do estudo da História das Instituições Educativas formais e informais, levando-me a pensar a respeito da instituição educativa como produto sócio-histórico de práticas de sujeitos que a determinam.

O olhar mais alargado só foi possível a partir do momento em que ocorreu o contato com a bibliografia especializada deste campo, em especial, a obra *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*, do historiador português Justino Pereira de Magalhães (2004), cujos conceitos foram salutares para que eu pudesse entender a História da Educação enquanto campo de pesquisa.

Nas sessões de orientação com o Prof. Cristiano Ferronato, surgiu a indicação de pesquisar sobre a história da educação da cidade de Nossa Senhora da Glória, tendo em vista ser a história da educação seu campo de pesquisa. O desejo desta autora era de investigar algo que pudesse relacionar à minha formação em Serviço Social. Em visita a algumas instituições de ensino da cidade, chamou-me atenção a Escola Estadual Padre Léon Gregório, por apresentar algumas particularidades: ser uma instituição educativa que, segundo a comunidade, prestava trabalhos sociais às crianças carentes e suas famílias; seu fundador; e o público que atendia. Assim, até o ano de 1999, a instituição fora denominada de Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Em 2000, passou a ser chamada de Escola Padre Léon Gregório. Com o Decreto nº 30.846, de 2 de setembro de 2017, recebeu o nome de Escola Estadual Padre Léon Gregório.

A realização da pesquisa sobre o “Jardim do Padre”, como a população gloriense se refere ao Jardim de Infância Pequeno Príncipe, vitaliza a História da Educação em Sergipe, no Alto Sertão e, principalmente, em Nossa Senhora da Glória, registrando ações que foram marcas de um projeto de modernização social empreendido numa das regiões mais castigadas pela seca, pobreza e descaso do

poder público. Desta forma, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe representou um relevante papel social na história do município e de Sergipe.

Além disso, na área de História das Instituições Educativas, pode-se caracterizar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe como patrimônio histórico, uma vez que preserva a memória e o registro das relações que manteve nos períodos de sua história com o conjunto de culturas que lhe foram contemporâneas. Permitindo, assim, desvendar a realidade, o tempo e as influências (internas e externas) nas quais a instituição se insere (MAGALHÃES, 2004).

Certa de que ainda há muito a se contar no que se refere à historiografia da educação infantil sobre creches, jardins de infância e escolas maternas, pesquisar esta instituição é dar voz à história da educação da infância. Silva e Rosa (2001) acentuam que crianças e mulheres têm sido os mudos nos registros históricos, pois poucos estudos históricos contam a história de mulheres e crianças, principalmente da educação.

Souza (2011) esclarece que tanto as pesquisas de caráter longitudinal quanto estudos de abrangência local e temporal podem oferecer importantes contribuições, que ampliam o conhecimento sobre concepções e práticas no âmbito da educação infantil, pois auxiliam na localização de mudanças e permanências na área e possibilitam a compreensão sobre aspectos que permeiam a educação da criança.

Esta pesquisa se insere no movimento que reconhece a importância da educação da criança, considerando o seu processo histórico. Neste sentido, a presente pesquisa apresenta a memória de uma instituição educativa de ensino infantil, da cidade de Nossa Senhora da Glória e do estado de Sergipe. Não se pretende proporcionar a história da educação da cidade de Nossa Senhora da Glória, pois fez-se aqui uma releitura desta, tendo como personagem principal o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, pelo motivo deste ser o marco inaugural da história da educação para crianças pequenas da cidade, com ensino infantil para crianças carentes, de três até seis anos de idade.

O marco temporal deste estudo se situou entre os anos de 1978 e 1992, totalizando 14 anos de história. Esses foram dois momentos fundamentais da história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. O primeiro ano se justifica pela criação da instituição, vinculada à Ação Social da Igreja Católica; o segundo, se referiu ao último ano de seu funcionamento, junto à Ação Social.

Desta forma, justifica-se narrar a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe pela necessidade de não apenas analisar, interpretar e compreender a sua trajetória histórica, mas também se pretende dar visibilidade à história da educação infantil de Nossa Senhora da Glória, além de que se intenta saber como se deu o ensino infantil naquela época.

As perguntas que este estudo procurou responder foram: Quem foi o fundador do Jardim de Infância Pequeno Príncipe e qual a sua relação com a educação? Qual era o cenário educacional de Nossa Senhora da Glória na década de 1970? O Jardim de Infância Pequeno Príncipe foi uma instituição da Legião Brasileira de Assistência Social (sim ou não)? Em suma: O que o Jardim de Infância Pequeno Príncipe ofereceu à população de Nossa Senhora da Glória?

Neste aspecto, pretendeu-se, a partir do objetivo geral, analisar o processo de criação e desenvolvimento do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em Nossa Senhora da Glória/SE, no período de 1978 a 1992. Para alcançar o objetivo geral, emergiram os seguintes objetivos específicos: discorrer sobre a trajetória do Pe. Léon Grégoire, idealizador do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, e a sua relação com a educação; conhecer o cenário educacional de Nossa Senhora da Glória na década de 1970; interpretar a importância do Jardim de Infância Pequeno Príncipe para a sociedade gloriense.

Para contribuir com este processo, buscou-se investigar o passado do objeto de estudo, isto é, as produções científicas sobre instituições educativas infantis. Por meio da pesquisa de trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao buscar o termo “Jardim de Infância” foram localizados 16 (dezesseis) trabalhos que tratam de instituições de educação infantil; o que aponta para um pequeno número de pesquisas que analisam sobre a educação da criança pequena, considerando o volume de publicações em todo o território nacional.

Em Sergipe, no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado em Educação, foram mapeadas pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), mestrado e doutorado, da Universidade Federal de Sergipe, e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED), da Universidade Tiradentes, que serviram também de base para este trabalho. Destacam-se os trabalhos de: Costa (2003); Santana (2011); Bonifácio (2011); Silva (2016); Graça (2012); Lima (2013); e Nascimento (2015). Pesquisas que tratam da educação na infância de instituições educativas privadas, públicas e filantrópicas.

A análise da produção sobre o tema levou a uma aproximação dos campos sobre a história da educação já pesquisados em Sergipe, no que tange à História das Instituições Educativas Infantis, neste caso específico, de instituições pertencentes à Ação Social Católica, possibilitando verificar as lacunas e os silêncios existentes na área sobre o objeto de pesquisa.

Desta forma, para realização desta pesquisa foram combinadas três técnicas de pesquisa: documental, bibliográfica e história oral, que são apresentadas nos itens 1.1 e 1.2 a seguir.

### **1.1 Os caminhos teóricos e metodológicos**

Esta pesquisa está ancorada numa perspectiva histórica, sob o tema de investigação atrelado à instituição educativa e infância. Adotou-se as concepções de alguns autores para referenciar teoricamente a pesquisa, Magalhães (2004), utilizando do conceito instituições educativas; Kuhlmann Júnior (1998) e Philippe Ariès (1981), considerando o conceito de infância.

A pesquisa em História das Instituições Educativas tem-se renovado em seus aspectos teórico-metodológicos, alcançando nos últimos anos desenvolvimento satisfatório ante o crescimento do campo e dos objetos de estudo, o que vem crescentemente considerar o potencial do campo da História da Educação para a geração de novos conhecimentos histórico-educacionais e de preservação da memória das instituições educativas, a partir de seus narradores e da problematização de suas fontes materiais e não materiais, com efetiva valorização da cultura local em diálogo com o todo.

Para Magalhães (2004), as instituições educativas constituem parte da memória da educação, essencial para estudos epistemológicos, pois, no campo da história das instituições educativas, a instituição materializa acervo documental capaz de recontar os fatos para o registro de sua história provável, compreendendo determinado espaço e tempo, que muito diz sobre o contexto educativo.

Nesta perspectiva, as pesquisas sobre história das instituições educativas constituem uma possibilidade de preservar parte da memória da educação por meio das produções historiográficas, contribuindo para a análise, compreensão e conservação de seus processos e tradições que influenciaram a instituição educativa no seu tempo diverso.

Para além da preservação de memórias, Justino de Magalhães (2004) esclarece que historiar uma instituição educativa é conhecer o passado da instituição na sua integralidade, num contexto particular e coletivo, que tece transformações locais e territoriais.

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...], e integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a re(escrita) do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação (MAGALHÃES, 2004, p. 134).

Permitindo assim analisar que o estudo de uma instituição educativa diz muito mais do que práticas e representações constituídas em um espaço. Trata-se de transformações e impactos na totalidade da vida social. Por isso, nesta pesquisa reconhecemos que:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

O conceito de instituição educativa tecido por Justino de Magalhães apresenta esta como uma totalidade, resultante de uma combinação de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra sistêmica (MAGALHÃES, 2004). Isto é, um processo de constituição do ser social, por meio da interação consciente das questões humanas, culturais e sociais, com substantivação do desenvolvimento da educação e das sociedades por intermédio dos processos formativos, instrucionais e culturais.

Magalhães (2004, p.15) sinaliza que a investigação sobre a história da educação revela “estruturas, agentes, recursos, marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social”.

Além disso, Magalhães (2004) trata da divisão da educação em educação/ação, educação/conteúdo e educação/produto, como uma estratégia de análise e ação. Traz a educação como projeto social central na questão, “a educação é processo de humanidade e via de humanidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 20). O referido autor avalia a questão social da educação considerando o seu processo histórico e as influências teóricas sofridas por esta.

Parte-se da perspectiva de que o campo de estudo das instituições educativas, como o Jardim de Infância Pequeno Príncipe aqui analisado, tem relevância pedagógica, social e cultural, por possibilitar a compreensão de uma cultura escolar produzida pela escola, criadora de significados e símbolos impressos por agentes da instituição educativa. Representando uma constituição pedagógica e cultural que explica o lugar e o tempo de uma comunidade, uma vez que as instituições sofrem influência de fenômenos internos e externos (MAGALHÃES, 2004).

A partir da concepção de que o Jardim de Infância Pequeno Príncipe foi criado para receber crianças de três a seis anos de idade, oriundas das camadas mais carentes da comunidade onde estava inserido, pode-se afirmar que foi uma instituição educativa formal, constituída para suprir a necessidade social de criar a educação pré-escolar e promover a instrução de crianças pequenas como uma forma de combater a pobreza e promover o desenvolvimento da região. Com esta visão, compreende-se, neste estudo, a instituição educativa como mais que mero lugar de educar e ser educado, espaço público ou privado criado com finalidade de servir como instituição de ensino, onde se promove ações, que envolvem agentes e meios públicos integradores de instituição, ação, conteúdo e produto (MAGALHÃES, 2004).

O Jardim de Infância Pequeno Príncipe, por constituir espaço de ensino infantil para crianças carentes, ainda na primeira infância, influenciou na formação de sujeitos sociais, tornando-se, por conseguinte, memória deste cenário educacional e se traduzindo em relação dialética, em que instituição educativa/comunidade/agentes sociais influenciam e são influenciados no processo de interação entre a instituição e fatores externos para a constituição de atores sociais únicos.

Moysés Kuhlmann Júnior é pedagogo, dedica-se à pesquisa no campo da historiografia na área de educação infantil e, na sua obra *Infância e educação*

*infantil: Uma abordagem histórica* (1998), analisa a educação infantil; infância no contexto das relações internacionais; proteção à infância e as políticas assistenciais do século XIX e século XX; história das instituições de educação infantil; instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil; concepções pedagógicas de educação infantil e as políticas de educação infantil para as crianças pequenas.

Para Kuhlmann Júnior (1998), do século XIX ao XX as creches, escolas maternais e jardins de infância formaram um conjunto de instituições modelares para uma sociedade civilizada. Esta foi uma das concepções fundamentais para a análise do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. De acordo com ele, a expressão educação infantil foi adotada em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), passou-se a denominar de instituições educativas pré-escolares, para crianças entre zero e seis anos.

A história da educação infantil sugere uma estreita relação com questões da história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção e das instituições educativas. Tendo essas questões como objeto comum, a infância. Por isso, é tão importante conceituar esta fase da vida. Kuhlmann Júnior afirma que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc, reconhecê-las como produtoras da história. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 31).

A infância é, então, uma fase constitutiva da vida social. Na infância, são estabelecidos na criança crenças e valores, que são essenciais à vida adulta. Neste aspecto, fatores como: família, escola, vida material e social são fenômenos que compõem a história social da infância, auxiliando na compreensão da condição de vida (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

Os aspectos de constituição do Jardim de Infância Pequeno Príncipe evidenciam que a concepção sobre criança e seu desenvolvimento resultou das modificações econômicas, políticas e sociais de um contexto nacional, regional e local. As concepções da criança como sujeito e da infância como fase vivida pela criança são resultados de mudanças sócio-históricas ocorridas ao longo do tempo.

Estudos como do francês Philippe Ariès (1981) denotam a ampliação da consciência a partir de mudanças processadas na sociedade.

A preocupação social com a infância surgiu na modernidade, todavia, a condição de infância não foi reconhecida e praticada a todas as crianças, devido às desigualdades econômicas, sociais e culturais. O acesso à educação formal na infância é recente, no passado, a política adotada pelas instituições educativas não englobava as crianças pequenas, que eram tidas como incapazes e fracas, especialmente as pertencentes às classes pobres (ARIÈS, 1978). Deste modo, nesta pesquisa, foi possível perceber que, no âmbito das instituições educativas, o pesquisador tem campo amplo de estudo, materializado em determinado tempo e lugar. Para analisar a educação na infância é necessário compreender sobre infância, os processos históricos da infância e o papel das instituições educativas neste sistema. Desta forma, compreender esses conceitos permitiu analisar com mais propriedade as fontes da pesquisa como podemos observar no item a seguir.

## **1.2 Dos Recursos**

Os procedimentos metodológicos são fundamentais para historiar o objeto de pesquisa em consonância com as matrizes teóricas adotadas, a fim de permitir a leitura, a análise e a interpretação do objeto investigado. Para aprofundar a análise, direcionou-se o olhar para a história da educação infantil no Alto Sertão de Sergipe, considerando o município de Nossa Senhora da Glória e o Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

A História, nos últimos séculos, foi marcada por um fluente debate de ordem epistemológica e metodológica, o qual, entre outras questões, criou condições para um importante desenvolvimento e uma não menos importante renovação de seu campo de investigação metodológica. No século XIX, especialmente, estes estudos se caracterizaram por uma significativa sequência de fases e procedimentos, que abrangeram também o campo da História da Educação.

Tal como a História, a Educação passou pela discussão a respeito de fontes escritas, sonoras, iconográficas, pictóricas, audiovisuais, arquitetônicas, imobiliárias, dentre outras consideradas peças essenciais para se esclarecer as circunstâncias concretas dos fenômenos ocorridos em determinadas épocas e sociedades. (MELO, 2010, p. 14).

Com relação a tal debate, é importante lembrar dos ensinamentos de Lucien Febvre, um dos principais representantes do movimento dos *Annales*. Em seus *Combates pela História*, Febvre apontou a possibilidade de se investigar a história por meio de outros tipos de documentos históricos, como podemos perceber na citação abaixo.

A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da Lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE In: LE GOFF, 2003, p. 530).

Também no campo da história da educação, o entendimento de documentos históricos inclui toda e qualquer peça que possibilite a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo de uma instituição, de professores, alunos, etc. A seleção e/ou opção por incorporar ou deixar disponível este ou aquele documento em uma investigação educacional significa conferir-lhe a condição de documento histórico-pedagógico. No debate a respeito das diferentes formas de se fazer História da Educação, a qual é dinamizada e até mesmo fomentada por esta mesma gama de fontes à disposição do pesquisador, surgiu a tendência de classificar os documentos segundo sua natureza.

Nesta perspectiva, recorreu-se às fontes, elementos necessários para consecução dos objetivos delimitados, sobre os quais foi realizada uma pesquisa de natureza histórico-documental, sustentada nos aportes metodológicos da investigação histórica, utilizando fontes documentais de naturezas diversas, entre as quais destacamos: cadernos de anotações, agendas pessoais, projetos técnicos sociais para a saúde, educação e assistência social, monografias, revistas, manuscritos, mensagens de homenagens do padre Grégoire; atas, planos de ação, livro de registro, convênios da Ação Social de Nossa Senhora da Glória; jornais impressos; textos da história do asilo da cidade; folhas de registros de matrícula, relatórios, planta predial, cálculos arquitetônicos, ofícios, relação de matrículas,

documentos de prestação de contas, faturas, lista de medicamentos, lista de alimentos, livros infantis, prontuários de matrículas do *Pequeno Príncipe*; orientações técnicas, atestados de cadastro da LBA; decretos; leis; portarias; atas do Conselho Estadual de Educação; anuários estatísticos; dissertações e depoimentos orais.

Para o entendimento do tipo de documentação utilizada nesta pesquisa, foi adotado o modelo de classificação documental de Julio Ruiz Berrio, em *El método histórico en la investigación histórica de la educación*. Este autor apresenta uma ordenação dos documentos escolares e os divide em sete grupos, elencados a seguir (BERRIO, 2010, p. 16).

No primeiro, estão os documentos escritos, que, segundo o autor, vão desde as inscrições, correspondências, diários, memórias, informes, regulamentos, planos, cartas funcionais, bulas, cedulários e até as obras literárias em geral: livros de textos, apontamentos, dicionários, estatísticas, textos pedagógicos, periódicos, revistas, guias, livros de conselhos, livros de atas, registro de matrícula, entre outros.

O segundo grupo abrange os chamados documentos sonoros, que compreendem discos, fitas magnéticas, faixas sonoras, enfim, uma gama de materiais cuja característica básica seja o som que, em si, contém um fato histórico.

No terceiro grupo, estão os documentos pictóricos: gravações, quadros, debuxos, fotografias, dispositivas, películas, microfilmes. Esta categoria de documentos escolares também carrega em seu bojo significativas informações de caráter histórico.

Os documentos audiovisuais, que formam o quarto grupo, referem-se, de maneira geral, a todo e qualquer instrumento de registro que possa preservar tanto sons quanto imagens para além do tempo e espaço.

Os documentos arquitetônicos fazem parte do quinto grupo: edifícios ou ruínas, salas de aula, bibliotecas, capelas, cozinhas, dormitórios, etc. Neste caso, o historiador deve atentar-se não apenas para a estrutura física, mas, também, para os materiais utilizados na construção de cada obra arquitetônica, cuja identificação oferece, de maneira mais concreta, os indicativos do que ocorre em um dado período histórico.

O sexto grupo é o dos documentos mobiliários: púlpitos, mesas, cadeiras, bancos, esteiras, reproduções, etc. Este tipo de documentos escolares, assim como

o grupo anterior, mostra fisicamente a imagem mais aproximada de um determinado momento histórico.

No sétimo grupo, o dos documentos de utilidade escolar, o autor elenca, conforme a própria denominação, objetos escolares de qualquer nível de ensino utilizados ao longo dos séculos: tabuinhas, *punzones*, penas, tintas, giz, lapiseiras, pedrinhas, mapas, coleções de mineralogia, herbários, papel, régua, estojos, carteira, cadernos. Acrescenta-se a esses uma longa lista de materiais que ajudam a recompor a realidade do ensino nos distintos períodos, ou a estudar as diferenças existentes entre centros de ensino de uma mesma época (BERRIO, 1976, p. 453-455).

Para Berrio, outras classificações dos documentos segundo sua natureza, mesmo quando, de forma simplificada, abrangem documentos orais, escritos e arqueológicos, não são incompatíveis com as anteriores. Neste aspecto, analisando os documentos utilizados na historiografia do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, esses podem ser considerados de acordo com a classificação do autor citado, a saber: documentos escritos, documentos pictóricos, documentos audiovisuais, documentos arquitetônicos e documentos de utilidade escolar.

Os documentos são grandes fontes de informação para pesquisas. Neste sentido, nas anotações de Pe. Grégoire feitas nas agendas e cadernos de anotações pessoais, localizados no arquivo pessoal do Padre e caracterizadas por Berrio como documentos escritos, destacam-se fatos sobre o sertão sergipano, a exemplo: “da falta de trabalho, dos grandes períodos de estiagem, da condição política do sertanejo, da vida das crianças e da falta de educação formal”. No seu caderno de anotações datado de 1969, Pe. Grégoire fez a seguinte observação:

### III. A educação no Brasil:

- a) Está em plano inferior – vagas e verbas 7 %.
  - b) A serviço de um regime político.
  - c) A serviço de uma elite.
  - d) Falta de autonomia das universidades.
- (ANOTAÇÕES PADRE GRÉGOIRE, 1969).

As constatações do Padre levaram-no a indagar sobre as suas preocupações com relação à condição da educação no Brasil e no Nordeste. As suas percepções sobre a educação ancoravam-se na noção de que eram necessários investimentos

de forma estrutural para solução dos problemas sociais e econômicos do Nordeste. Sobre isso, ele afirmou em sua agenda pessoal no ano de 1984: “a seca é apenas um dos componentes da situação de miséria do NE, para solucionar os problemas do NE é preciso de macro soluções, a nível estrutural” (ARQUIVO PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE, 1984).

O Pe. Grégoire considerava a educação como um dos pilares para solucionar os problemas sociais e promover o desenvolvimento social, humano e econômico da região. Para alcançar tal objetivo, ele elaborou diversos projetos sociais e encaminhou para instituições brasileiras e organismos internacionais. Um desses projetos foi para implantação da educação infantil, encaminhado para a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA)<sup>1</sup>.

O projeto social enviado para a LBA, datado de 1978, relatava a necessidade de se criar um Jardim de Infância na cidade Nossa Senhora da Glória/SE.

[...] agir em favor das numerosas crianças carentes em idade pré-escolar, e buscar beneficiar as suas famílias. Pretensão essa que se justifica mais ainda na incidência atual da seca prolongada que atinge a região, privando as famílias mais pobres dos recursos provenientes do trabalho da terra, com consequência principalmente na quantidade e qualidade da alimentação. (PROJETO DA AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE PARA LBA, 1978).

A partir de tal justificava, apreende-se que o Jardim de Infância Pequeno Príncipe teria entre seus objetivos, fornecer assistência social às crianças carentes, por meio da educação pré-escolar para a criança pequena e pobre. O fato de se preocupar, também, com a família da criança, denota o olhar macro do Padre para a superação da condição da pobreza extrema. Assim, enquanto as crianças pequenas recebiam instrução, os familiares participavam de outros projetos sociais criados por ele, dentre os quais destacamos: curso de corte e costura, de medicina natural e distribuição de sopão.

Percebe-se que a educação da infância é um elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social. A proteção à infância no Brasil surgiu

---

<sup>1</sup> Esta entidade foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade" durante os anos em que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro, fixando-se como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. (MARTINS, 2017, p. 11).

apenas na década do século XX, no governo de Washington Luís. Entre as primeiras legislações de proteção à criança destaca-se o Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1922 e 1923, e o Código de Menores, Lei 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, os quais não materializavam a proteção social, mas judicial; apenas o menor que cometia delito ou era abandonado tinha “proteção do Estado”. Assim, a educação da criança pequena por muito tempo “não foi vista” como dever do estado e direito da criança, como meio de transpor uma mudança na estrutura social.

As crianças do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, de acordo com os registros de matrícula da instituição, eram oriundas da zona urbana e rural de Nossa Senhora da Glória/SE. Na cidade, moravam nos bairros mais carentes: Cohab, Nossa Senhora de Lourdes (conhecido na época como Macaca Pelada), Brasília, Alto da Glória, Mutirão, Barragem e Sílos. Na zona rural, as crianças pertenciam aos povoados próximos da sede, Lagoa dos Porcos, Vila dos Padres, Pau Ferro, inclusive povoados de outros municípios do estado de Sergipe, a exemplo de Feira Nova e Nossa Senhora Aparecida.

O Jardim de Infância ofertava ambiente seguro, com cuidados de saúde, alimentação, higiene e primeiros saberes para crianças de três a seis anos, medidas que perpassavam a preocupação do contexto político do momento de diminuição da pobreza, principalmente no Nordeste. Isso em razão de no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 ter ocorrido, no território brasileiro, a implantação de um modelo de educação infantil, balizado pelos indicadores do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), constituídos por modelos de ensino “informais”, de baixo custo para o Estado (ROSEMBERG, 2006).

Nesse período, as condições de sobrevivência eram muito precárias. Em face, sobretudo, dos poucos investimentos da União na região Nordeste, da concentração da riqueza, da falta de investimentos tecnológicos, do clima adverso; da base econômica da região centrada na agricultura e da precariedade – quando não da ausência pura e simples – da educação formal e dos serviços de saúde e de assistência social, indispensáveis não apenas para a sobrevivência, mas importantes para promover o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de qualquer população (KUHLMAN JUNIOR, 1998).

A criação do Jardim de Infância Pequeno Príncipe foi uma forma de atender também a uma demanda do Estado, partindo da necessidade da institucionalização

de políticas públicas para a primeira infância. Além disso, a chegada do Pe. Grégoire em Nossa Senhora da Glória, em 1971, trouxe outras transformações para a vida das pessoas do município.

Um homem do seu tempo, Pe. Grégoire investiu seu capital intelectual, um conjunto de competências construídas a partir da sua formação em filosofia, teologia, medicina tropical, sociologia e economia. Suas competências como educador e os recursos disponíveis, de acordo com conjuntura política da época, para modificar as condições de vida das pessoas.

A necessidade de promover condições de trabalho e sobrevivência na região levou-o, em 1971, a criar um projeto de compra e distribuição de sementes para trabalhadores rurais e pequenos agricultores; incentivar empréstimos bancários para compra de bovinos; comprar máquinas agrícolas; e adquirir terras e distribuir para famílias carentes de agricultores (AGENDAS PESSOAIS DO PE. GRÉGOIRE 1971, 1972, 1973, 1984, ARQUIVO PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE).

No trajeto desta pesquisa, diversas dificuldades foram surgindo, dentre as quais, com a morte de Pe. Grégoire em 2011, diversos documentos da instituição foram extraviados, salvos algumas fotografias, plantas do prédio, planos de aula, entre outros que, por uma iniciativa de Doralice Azevedo da Silva (Tia Lice), antiga funcionária do Jardim de Infância, foram resgatados do lixo. Posteriormente, foram localizados outros documentos por meio do atual presidente da Academia Gloriense de Letras e também funcionário da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, Lucas Lamonier Silva Santos, que conseguiu o Arquivo pessoal do Pe. Grégoire e me disponibilizou para consulta.

No momento em que se teve acesso ao Arquivo pessoal do Padre, este ficava numa garagem da Paróquia, local insalubre. A maior parte dos documentos estava comprometida. Todavia, no dia 29 de outubro de 2018, o Arquivo pessoal do Pe. Grégoire ganhou um espaço, o Memorial Padre Gregório, localizado no centro da cidade, na Rua do Calçadão, em um prédio cedido pela Prefeitura, a partir de então, o arquivo ficou aos cuidados da Academia Gloriense de Letras.

O acesso ao arquivo pessoal do Pe. Grégoire permitiu ter uma noção das ações do Padre no que se refere às suas obras. Por exemplo, nas cartas enviadas para os poderes públicos, organismos nacionais e internacionais, apresentava

diagnósticos sociais<sup>2</sup> com estudo geográfico, econômico e social da região. Dizia sobre a seca intensa, a falta de água potável, o desemprego, a ausência de tecnologia, a precariedade da saúde e educação e a necessidade de promover o desenvolvimento da região para melhorar a qualidade de vida das pessoas (AGENDA PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE, 1984).

Neste aspecto, Pe. Grégoire iniciou seus trabalhos no âmbito da saúde, educação e assistência social na região. De forma que, em 1971, começou a ampliação do Colégio Ginásial de Nossa Senhora da Glória, criado pelos Padres Marianos<sup>3</sup>. No ano de 1974, com o auxílio de organismos internacionais, trouxe para o Brasil enfermeiras francesas, criou um hospital rural e uma farmácia de medicina natural, aspectos essenciais para impulsionar o desenvolvimento social e humano da região. Segundo Pe. Grégoire, “não basta fazer a obra, é preciso que ela sirva ao povo” (AGENDAS PESSOAIS DE PE. GRÉGOIRE, 1984).

Vale ressaltar a importância da pesquisa documental nas pesquisas históricas, especialmente no âmbito da história da educação, considerando que essas fontes são fundamentais para análise e compreensão da realidade histórica de uma instituição.

Outros dados desta pesquisa foram levantados pela metodologia da história oral, por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas, usando como critério de seleção ex-diretora, ex-funcionários, ex-professora e ex-alunos do estabelecimento de ensino, num total de seis pessoas, que foram assim distribuídas: uma ex-diretora, dois ex-funcionários, uma ex-professora e dois ex-alunos.

As entrevistas foram realizadas em conversas informais, gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. No processo, os entrevistados responderam inicialmente a questões estruturadas e depois falaram livremente, assim sendo, as conversas fluíram naturalmente, sendo permeadas por perguntas e diálogos espontâneos.

---

<sup>2</sup> Um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os factores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoantes a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e actores sociais envolvidos nas mesmas (IDÁNEZ; ANDER-EGG, 2007, p. 27).

<sup>3</sup> Fazem parte da ordem Católica, Congregação dos Padres Marianos da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria, ou simplesmente Marianos da Imaculada Conceição. A Congregação foi fundada por Santo Estanislau de Jesus Maria Papczyński, em 24 de outubro de 1673, na Polônia.

Considerando, de um lado, que durante a entrevista os sujeitos entrevistados definiram as memórias que ainda mantinham do período pesquisado – que eles foram os protagonistas das suas vivências e experiências –, por outro, a ideia era de, a partir dos depoimentos, delinear elementos que auxiliassem quando do momento de registrar a história da instituição. Diante de tais aspectos, os relatos orais se tornaram informações imprescindíveis para os resultados desta pesquisa.

Segundo Chartier (1990, p. 82-83), “o conhecimento histórico é assim inscrito num paradigma do saber que não é o das leis matemáticas nem, tampouco, o dos relatos verossímeis”. Assim, buscamos elaborar a história do Jardim de Infância a partir das pistas, fragmentos e memórias. Considero que os recursos da História Oral constituíram peças fundamentais para a análise documental. Pois, é o “[...] recurso das entrevistas, entendidas aqui como documentos imprescindíveis para estudos da área das ciências humanas” (ALBERTI, 2005, p. 19).

Com base na leitura de Ferreira e Amado (2006), em *Usos e abusos da história oral*, pode-se entender a História Oral como:

[...] mais que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro. Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 16).

Na pretensão de narrar a historiografia do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, a contribuição de Chartier (1990, p. 83) foi fundamental, pois “fica claro que as escolhas feitas entre as diferentes escritas históricas possíveis – e que relevam do gênero narrativo – constroem modos de inteligibilidade diversos de realidades históricas pensadas de maneira diferente”.

De fato, a metodologia de pesquisa denota diferentes escritas históricas, utilizar-se da documentação e narração deu à historiografia maior possibilidade de

enredo, considerando as narrativas de quem viveu e experienciou fatos. Por isso, as entrevistas foram entendidas como

[...] uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outros modos parecem tão distantes. E, ouvindo-os falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções; reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2007, p. 14).

Os procedimentos da História Oral foram fundamentais para conhecer melhor a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, bem como identificar os brancos deixados pela documentação. Todavia, a realização das entrevistas só foi possível com a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes, conforme parecer consubstanciado de número 2.746.455.

Com este trabalho se propôs

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2005, p. 19).

Em relação ao período de participação na instituição de cada entrevistado, ex-diretora, ex-funcionários, ex-professora e ex-alunos: A ex-diretora Maria Adenilde Melo foi a primeira professora do Jardim de Infância, contratada em 1976, ficou como professora até 1984, de 1985 a 2007 exerceu a função de diretora. A ex-secretária Doralice Azevedo Silva foi contratada em 1984 e trabalhou no Jardim de Infância até 2011. O ex-secretário Robervaldo Alves da Cruz trabalhou de 1990 a 1992. A ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos lecionou na instituição de 1985 a 2012. Os ex-alunos/as Amintas Vieira de Santana e Glaucia Pamela de Jesus Silva estudaram no Jardim entre 1979 e 1990.

Para a realização das entrevistas, foi enfatizado para os/as depoentes a importância de suas informações para a pesquisa. Com esta perspectiva, explicou-se o que se pretendia com tais memórias. A pesquisa se deu em torno da formação da instituição, das ações, do perfil social e econômico das famílias, da relação profissionais e aluno, entre outros temas que surgiram inerentes ao estudo.

A criação de um ambiente para instrução da primeira infância de crianças das camadas populares carentes era uma forma de permitir a estas e aos seus responsáveis uma melhoria de vida. No cenário educacional de Nossa Senhora da Glória, não existia ensino público para crianças pequenas carentes. Havia sido criada, no início de 1978, apenas a Escola de Tia Lourdes, instituição privada, de ensino pré-escolar, que acolhia as crianças da classe média e rica da cidade (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

A partir das fontes orais foi possível conhecer com mais propriedade a instituição e os sujeitos que dela participaram; além dos momentos experienciados por eles no universo do Jardim de Infância. Na seleção dos sujeitos da pesquisa, adotou-se como critério ex-alunos que estudaram entre 1978 e 1992. Os dois ex-alunos foram ouvidos com a finalidade de identificar o papel da instituição nas suas primeiras marcas de vida.

Na primeira seção, apontou-se o encontro da autora com o tema deste trabalho e os aportes que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Na segunda seção, intitulada “Padre Léon Lambert Grégoire – agente da educação”, delinea-se a trajetória de vida do criador da instituição. Personagem que foi uma figura importante da sociedade sergipana e que contribuiu para a educação em Sergipe.

Na terceira seção, “O Jardim de Infância Pequeno Príncipe: a literatura inspira a educação da criança no Sertão”, se tratou do processo de criação e desenvolvimento desse Jardim de Infância, o qual teve seu nome inspirado no personagem Pequeno Príncipe.

Nas “Considerações finais” abordou-se os principais aspectos desta investigação e as ponderações que resultam da coleta e análise dos dados do processo desta pesquisa. Assim, com a investigação se pretendeu contribuir com a formação da memória da História da Educação Infantil no estado de Sergipe, a partir da constituição e desenvolvimento do ensino infantil no município de Nossa Senhora da Glória, como processo e resultado de um projeto nacional de expansão do ensino

infantil pela Legião Brasileira de Assistência Social no território brasileiro. Na próxima seção apresentaremos a trajetória de vida do Pe. Léon Grégoire, considerando que ele foi um dos agentes que contribuíram com a educação infantil, a partir do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

## 2 PADRE LÉON LAMBERT GRÉGOIRE – AGENTE DA EDUCAÇÃO

Como dois e dois são quatro  
 sei que a vida vale a pena  
 embora o pão seja caro  
 e a liberdade pequena  
 Como teus olhos são claros  
 e a tua pele, morena  
 como é azul o oceano  
 e a lagoa, serena  
 como um tempo de alegria  
 por trás do terror me acena  
 e a noite carrega o dia  
 no seu colo de açucena  
 sei que dois e dois são quatro  
 sei que a vida vale a pena  
 mesmo que o pão seja caro  
 e a liberdade, pequena.

(GULLAR, Ferreira. *A luta corporal*. 1a- ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017).

Nesta seção é analisada a trajetória de vida do Pe. Léon Lambert Joseph Grégoire, criador de diversos programas, projetos e ações de âmbito econômico, social e cultural na região do Alto Sertão Sergipano, principalmente no município de Nossa Senhora da Glória, destacando-se por contribuir para a educação do estado de Sergipe ao ampliar o Colégio Ginásial Nossa Senhora da Glória e ao fundar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

Os pontos abordados aqui são relevantes para se conhecer o caminho trilhado pelo Pe. Grégoire, da Bélgica até chegar à cidade de Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; a importância dele para o desenvolvimento do estado, do Alto Sertão Sergipano e especialmente de Nossa Senhora da Glória; sua preocupação com a educação. Pe. Grégoire tinha como lema “proteger as crianças e jovens das drogas e da marginalidade”, por isso se destaca a sua preocupação com a educação de crianças pequenas.

Para investigar a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, conhecendo a sua internalidade e a sua relação com o exterior, entendemos ser necessário tratar da história de vida do seu fundador.

Com a perspectiva de conhecer os desejos e as aspirações do fundador do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, mergulhamos nos dados do seu passado, fragmentos de sua vida, por meio de monografias, revistas, documentos oficiais e mensagens de homenagens que auxiliaram no registro da história de vida do Léon

Lambert Joseph Grégoire, nome com o qual ele será identificado nesta seção, até o momento da sua ordenação.

Ele nasceu em 25 de março de 1925, no vilarejo Barchon<sup>4</sup>, local de artesãos, zona rural da cidade Liège, na região das Ardenas<sup>5</sup>, no Centro Norte da Europa, Bélgica. Nessa região, a economia predominante era a agricultura e pecuária, com plantações de maçãs, pêra, ameixa e cereja, rica também na produção de leite. Uma região rural, que tinha como tradição a fé cristã, sendo o catolicismo a religião predominante.

No período do nascimento de Grégoire, o cenário da Europa não era dos melhores, a maioria dos países do continente estava passando por reforma, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, que perdurou de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918, com a vitória da Tríplice Entente<sup>6</sup>. Mesmo vitoriosa na guerra, a Europa perdia a sua influência sobre o mundo, o comércio estava falido, os prejuízos eram incalculáveis. Apenas países como Japão e Estados Unidos conseguiram lucrar com o comércio europeu. O Velho Continente, mais especificamente a Inglaterra, perdia o seu poder de comando do mundo para os Estados Unidos, que se tornava o centro das decisões.

A Bélgica havia sido devastada pelos soldados alemães, que a invadiram em 02 de agosto de 1914, apesar de o país ter se declarado neutro em relação aos conflitos. O exército alemão ocupou as cidades de Liège, Bruxelas e Namur. De acordo com Pe. Grégoire, em entrevista concedida a Santana (2008, p. 12), “sete anos depois da Primeira Guerra Mundial, época do meu nascimento, a Bélgica estava em reforma, já que tinha sido destruída durante a Guerra, no período de 1914 a 1919”.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o vilarejo onde residia a família de Grégoire foi invadido e incendiado pelos soldados alemães. Parte dos moradores do vilarejo foi morta e outra parte presa, entre os prisioneiros estava o pai de Grégoire.

---

<sup>4</sup> No relato do Grégoire para Anjos, Vieira e Grazielle (2007), disse padre Grégoire: “eu era religioso, não perdia nada, porque era um pequeno vilarejo de 510 habitantes e 110 casas. Tinha prefeito, vereadores e vigário. Nasci na própria casa, naquela época, em 1925, não existia tanta facilidade como hoje, sendo que a minha parteira foi a minha própria prima”.

<sup>5</sup> A região de Ardenas foi utilizada como caminho estratégico dos alemães na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, para atingir rapidamente pontos mais fracos da defesa francesa. Sendo palco de batalhas como: Batalha das Ardenas - Primeira Guerra Mundial, (21-23 de agosto de 1914); Batalha de França - Segunda Guerra Mundial (10 de maio - 22 de junho de 1940); Batalha do Bulge - Segunda Guerra Mundial (16 de dezembro de 1944 - 30 de janeiro de 1945). (RODRIGUES, 2016, p. 56).

<sup>6</sup> Aliança militar entre os países Reino Unido, França e Império Russo.

Em entrevista, Pe. Grégoire disse a Edinaldo de Santana (2008, p. 19-20), “o ano de 1925 era o ano da reconstrução da Europa, principalmente da minha cidade, a qual foi destruída e incendiada totalmente pelos alemães, e a casa dos meus pais também foi destruída”.

Figura 1 – Mapa da Bélgica com a localização do Vilarejo de Barchon, onde nasceu o Pe. Grégoire (s/d)



Fonte: Disponível em:  
<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belgium\\_relief\\_location\\_map.jpg?uselang=fr](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belgium_relief_location_map.jpg?uselang=fr)>. Acesso em:  
20 maio 2018.

Grégoire viveu na Bélgica de 1925 a 1965, filho de uma família de funcionários públicos. Seu pai, Toussaint Joseph Grégoire, era secretário municipal de Mortier e cobrador de imposto do vilarejo de Barchon; sua mãe, Germaine Theyssé Grégoire, era professora do Vilarejo. Seus pais tiveram 11 filhos, Marie Louise Grégoire, Marie Jeanne Grégoire, Lambert Grégoire, Magguy Grégoire, Joseph Grégoire, Ghislaine Grégoire, Etienne Grégoire e Paul Grégoire. Pe. Grégoire foi o terceiro filho, todavia com a morte de duas irmãs que o antecederam, ainda na infância, tornou-se o filho mais velho da família.

Fotografia 1 – Grégoire no colo da mãe (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

O nome dado ao Grégoire foi uma homenagem ao seu avô paterno, Josephe Grégoire, falecido em 1940, sendo ex-prefeito de Barchon (por 26 anos), além de ser cantor e organista da Igreja.

Na infância, Grégoire frequentava as missas, trabalhava nas tarefas domésticas da casa e na criação de horta e coelhos. Aos três anos de idade começou a frequentar a escola, indo estudar no Colégio Comunal de Barchon, tendo como primeira professora sua mãe, que lecionava neste mesmo colégio. Na ocasião, as classes eram organizadas por sexo, havendo uma sala de aula para homens e outra para mulheres, independentemente da série e idade. A sala era composta por 25 e no máximo 30 estudantes. O Colégio possuía, além de professor, médico, enfermeiro e padre. O padre e o professor tinham também como função levar informações dos estudantes aos pais e à direção da escola.

Grégoire cursou no Colégio Municipal de Barchon da primeira série inicial, aos sete anos, até a sexta série fundamental, aos 11 anos. Foi lá que conheceu o amigo Georges Teheux. E, já aos dez anos de idade, Grégoire dizia que seria padre. De acordo com Pe. Etienne, em entrevista concedida a Santana (2008),

[...] como era vocação dele, não houve resistência por parte dos pais, já que eram católicos. Os finais de semana de toda a família do Pe. Grégoire eram marcados pelas frequências as missas. Ficamos muito amigos no período que ele foi meu professor. (SANTANA, 2008, p. 22).

Prestou, aos 12 anos, exame de admissão para cursar o ginásio no Colégio Diocesano San Bartolomeu, na cidade de Liège, para ingressar no ensino das

Ciências das Humanidades Greco-Latinas. No Colégio Diocesano, estudou durante dois anos como aluno externo. O corpo docente do colégio era composto em sua maioria por padres, possuía bancas de estudos e um mestre de classe. O regime disciplinar diário era organizado com duas horas de estudos e intervalo de 30 minutos de recreio; logo após, mais duas horas de aula, seguida de almoço, numa bancada de dez alunos, sempre acompanhados pelo padre mestre. Havia o horário da igreja com cânticos gregorianos e oração em latim.

Fotografia 2 – Léon Grégoire, aos 12 anos de idade (1937)



Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Em 1939, Grégoire ingressou no Colégio Cristo Rei, localizado na cidade de Sirault, da Ordem do Santíssimo Redentor, congregação religiosa Católica, criada na Itália em 1731, por Santo Afonso Maria de Ligório. Ele estudou nessa escola como aluno interno, para cursar o quinto ano das Ciências das Humanidades Greco-Latinas. Tal Colégio tinha como rotina, às 4:50 da manhã, acordar os alunos ao som de sirene e estes tinham, como vestimentas de dormir, calção colado ao corpo e camisolão; e diuturnamente vestiam terno, luvas, chapéu de tricô, cachecol, agasalhos, confeccionados pelo próprio Grégoire na “*métier à tricoter*”, que a mãe ensinou. A aprendizagem do Colégio Cristo Rei era direcionada ao francês, redação, declamação, latim e grego (SANTANA, 2008).

Nesse mesmo ano, eclodiu a Segunda Guerra Mundial, que durou até 1945. Conflito militar que envolveu a maioria das nações do mundo. Organizado em duas alianças: Aliados (Inglaterra, França e Estados Unidos) e Eixo (Alemanha, Itália e Japão), sendo a Bélgica invadida pelas forças alemãs em 26 de maio de 1940.

Mais uma vez o destino do pequeno vilarejo de Barchon e seus habitantes estava acometido por essa grande tragédia que abalou o mundo. Mais uma vez o povo estava com o sofrimento estampado no rosto e desta vez, sem precedentes. O pequeno vilarejo que mal tinha suas casas reconstruídas e que seus habitantes mal tinham curado suas feridas depara-se com o horror, porém desta vez, a situação torna-se pior... é a hora da vingança sem perdão. (SANTANA, 2008, p. 25).

A Segunda Guerra Mundial e a invasão alemã à Bélgica levaram, em 1940, a direção do Colégio Cristo Rei a enviar os alunos de volta para casa. Apenas quatro alunos não retornaram para as suas famílias, entre eles Grégoire e seu irmão Lambert, por residirem na fronteira com a Alemanha, foram enviados à França para se refugiarem. Nesse período, em decorrência da guerra, o Colégio Cristo Rei foi forçado a parar suas atividades.

Fotografia 3 – Grégoire à direita e o seu irmão Lambert (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

Grégoire, aos 15 anos, devido à Segunda Guerra, é obrigado a abandonar o Colégio e a ficar longe da sua família. Para sobreviver, passou a trabalhar nas fazendas de parentes com seu irmão Lambert, fabricando feno e cercas, ordenhando vacas, colhendo frutas e plantando hortas.

[...] Léon Grégoire, quando o seu País foi invadido tinha apenas 15 anos. Viu e vivenciou os horrores da Segunda Guerra Mundial. Viu o seu povo ser brutalmente assassinado, torturado, tornando-se uma grande preocupação as barbaridades nazistas e as ameaças à civilização belga. Daí surgiu o espírito de patriotismo do Pe. Grégoire. (SANTANA, 2008, p. 30-31).

Em 1941, o Colégio Cristo Rei foi reaberto e Grégoire voltou aos seus estudos, chegando a cursar o quarto ano do Curso das Ciências Humanas Greco-Latinas em 1942. Todavia, em 1943, as tropas de Hitler ocuparam o Colégio Cristo Rei, transformando-o em um quartel da base alemã. Grégoire retornou para sua casa, onde foi requisitado para trabalhar na fabricação de armas para o exército alemão. No mesmo ano, foi acusado pelo exército alemão de sabotar uma central de comunicação no vilarejo de Barchon. Em entrevista, disse Pe. Grégoire a Santos (2000, p. 5), “Oh! Cortei os fios e destruí os instrumentos dos alemães”.

O pai de Grégoire, que já havia sido preso na Primeira Guerra Mundial, foi preso novamente pelo exército alemão até o término da guerra em 1945, acusado de fornecer documentos falsos para as pessoas do vilarejo de Barchon, a exemplo das carteiras de alimentação.

A Guerra foi um desastre, tudo era racionado, o controle da Bélgica estava nas mãos dos alemães. Para fazer compras era preciso um selo fornecido pelos alemães, muitas vezes tanto a família do Padre como a de seus amigos passaram necessidades, porém para não passar tanta necessidade, tanto seus familiares como também as famílias do pequeno vilarejo, o seu pai passa a falsificar documentos, como: carteira de alimentação... é tanto que ninguém morreu de fome, devido às falsificações feitas pelo seu pai. Mas um dos beneficiados pelo programa do seu pai foi pego pelos alemães e foi torturado e obrigado a relatar quem era o responsável pela falsificação, o pai do Padre foi preso de imediato passando mais de quatro anos na prisão, foi solto apenas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, ficando toda a família centrada nas mãos de sua mãe. Tudo isso, vinha afetar a vida de todos e principalmente da sua mãe, que passa a ter dias angustiantes. (SANTANA, 2008, p. 31).

O pai de Grégoire ficou preso por cerca de quatro anos, por ordem do exército alemão que determinou o seu envio para um dos campos de concentração nazista. Porém, sua esposa conseguiu impedi-los por intermédio da Condessa Borgrhave – agente dupla – que obteve uma nova ordem dos alemães e o pai de Grégoire não foi enviado para o campo de concentração. Ficando preso em Cambrai, norte da França, até o fim da Segunda Guerra.

Grégoire, ao retornar para casa, após o fechamento do Colégio pelos alemães, tornou-se soldado voluntário espionando tropas alemãs para os Aliados. Os civis belgas formaram uma frente pela liberdade, o Movimento Nacional Belga. Havia, também, uma armada secreta criada em 1940 por oficiais belgas. O movimento dos civis era reconhecido pelo governo da Bélgica e recebia ordens do Ministério da Defesa Nacional, o qual mantinha aliança com o Estado Maior Britânico.

Os movimentos de guerrilhas para a libertação da Bélgica foram divididos em cinco zonas, com trinta e dois setores, e cento e dois refúgios. Todo o material, tanto armamento, como remédio e comidas eram lançados por pára-quedas, aos arredores dos alojamentos e o seu processo de comunicação era pela transmissão de rádio. Um dos grandes objetivos da armada era fazer sabotagem, como nas estradas de ferro, contra a *Gestapo*<sup>7</sup>. (SANTANA, 2008, p. 32, grifo nosso).

Sendo Grégoire membro ativo do movimento de libertação, ficava lotado no Refúgio de Forêt. Em entrevista concedida a Santana (2008, p. 32), Grégoire disse: “lá era um refúgio para concentrar guerrilheiros. Tinha estoque de alimentos, armas e remédios”. O refúgio ficava no Castelo de Forêt, na província de Liège, a cerca de 20 quilômetros de Barchon.

Na manhã de 06 de setembro de 1944, o batalhão nazista Whermact e o SS atacaram o grupo de Grégoire, que estava no Castelo de Forêt elaborando estratégias para um ataque à cidade de Liège, com o objetivo de libertar os presos de guerra sob o jugo dos alemães, que ocupavam a cidade, e livrá-los de ser enviados aos campos de concentração nazistas.

Ninguém daquele grupo desconfiava do que estava por acontecer. A trovoada atrapalhou os planos dos paraquedistas que lançavam mantimentos, remédios e munições para os combatentes do Forêt. Então, mais de trinta pessoas que estavam em Forêt foram receber os materiais lançados pelos paraquedistas. Consigo levaram as melhores armas e munições. Ficaram no castelo o restante, porém, como nunca imaginariam que seriam atacados pelos alemães, não se preocuparam em se proteger. Aproveitando o ensejo, mais ou menos duzentos e cinquenta alemães que observam de longe, invadiram o castelo sem piedade. (SANTANA, 2008, p. 33).

---

<sup>7</sup> Nome atribuído à polícia secreta da Alemanha nazista.

Quando da invasão, os guerrilheiros belgas estavam em pequeno número e sem possibilidade de defesa, pois o grupo que saiu do Castelo para apanhar os mantimentos havia levado a maior parte dos armamentos. Neste ataque a Forêt foram mortos 28 soldados belgas, inclusive o melhor amigo de infância de Grégoire, George Theaux.

Os guerrilheiros que estavam fora do Castelo, quando do ataque alemão, abrigaram-se na parte baixa, em local chamado de granja; sendo mais de 60 pessoas e entre elas estava Grégoire. Ele, desesperado, gritou em alemão, “*Ich ergebe mich*” (eu me rendo), levantou os braços e gritou não terem armas. E, logo em seguida, falou para todos os seus companheiros se renderem (SANTANA, 2008, p. 32). Em entrevista conferida a Santana (2008), relatou Grégoire:

Sobrevivi e salvei sessenta pessoas, consegui trazer o meu melhor amigo até a granja que fora ferido na barriga pelos alemães na parte de cima do castelo. Por consequência de sua morte pelos alemães, conseguimos salvar mais de sessenta pessoas, parece que o destino estava premeditado. (SANTANA, 2008, p. 33).

Logo após dominar o Castelo de Forêt, o exército alemão, na frente dos guerrilheiros rendidos, amarrou o corpo de George Theaux, do capelão, do médico e outros sete corpos e ateou fogo. No ataque ao Castelo de Forêt foram mortas 64 pessoas (SANTANA, 2008).

Grégoire junto com os seus companheiros que foram capturados pelo exército alemão ficaram encarcerados durante dois dias na carroceria de um caminhão, aguardando serem fuzilados. Segundo Santos,

então, o soldado Grégoire e o restante de seus colegas foram trancados num estábulo de ovelhas e o intérprete lhes explicava que havia um desentendimento entre os comandantes Smitshs e Wermacht (força de campo), pois o exército alemão queria metralhá-los e o outro fazia valer que todos os dias a rádio inglesa comunicava os crimes de guerra e seria melhor levá-los para a cadeia de Liège para serem mortos de uma maneira mais anônima. Enquanto os comandantes discutiam chegaram três caminhões altos e cobertos de lona, nos quais foram forçados a subir, que representou o momento mais terrível da vida do soldado Grégoire, de acordo com suas palavras: ‘*fomos colocados em pé, dentro dos caminhões e éramos contados com as coronhadas dos fuzis*’. Todos feridos e alquebrados foram fechados pela lona, logo suas roupas ficaram molhadas de suor e o Grégoire deslizando viu uma brecha de luz entre duas tábuas do piso e lá colocou sua boca puxando o ar que precisava para não morrer e assim chegou a cidade de Liège,

onde ele e os companheiros foram colocados em blocos de cinco pessoas, em um local que tinha espaço para só uma, à espera do fuzilamento. O local era fechado com portas blindadas. [...] Assim, chegada a noite de 06/09/1944, Grégoire e seus companheiros não recebiam nem água, muito menos alimentos. É quando os nazistas com a caminhonete que comportavam nove homens em pé, fizeram três viagens à beira do Meuse, em lugar deserto e afastado, alinhavam os prisioneiros e atiravam-lhes na nuca, em execução. Na quarta viagem o motorista da caminhoneta apresentou falha no carro e não levou o restante dos prisioneiros, dentre eles Grégoire e seu irmão Lambert. (SANTOS, 2000, p. 7, grifo do autor).

Enquanto estava preso, Padre Grégoire prometeu que se não morresse naquele momento se formaria como ordem redentorista, com o objetivo de viajar o mundo para se dedicar à melhoria da humanidade. Com a tomada de Namur, região próxima ao local onde Grégoire e seus companheiros eram feitos prisioneiros por parte dos Aliados americanos, ele e seus amigos foram libertados e viram-se salvos da morte.

Grégoire ouviu gritos e disparos ficando quieto na esperança de ser libertado. Com a língua inchada e a boca seca de sede, ouviu gritos que diziam para ficarem quietos que seriam libertados. Os Aliados atacaram a cadeia onde o mesmo estava, rendendo os soldados nazistas, que jogaram as chaves das cadeias em um poço de água e colocaram dinamite para destruir as cadeias e matar o restante dos soldados belgas. Surgindo assim, um mártir belga que apagou o pavio a tempo. Chegando o caminhão de bombeiros que tentaram quebrar os cadeados, não obtendo sucesso pediram aos presos que se encostassem a um canto das celas e dinamitaram as suas portas. (SANTOS, 2000, p. 8).

Todavia, mesmo libertos, Grégoire e seu irmão não puderam retornar para casa, pois o vilarejo de Barchon permanecia sob o domínio alemão. Segundo Santos (2000, p. 8), foi nesse momento que ele viu o resultado dos gritos e barulhos que ouvia enquanto era feito prisioneiro.

Grégoire saindo da cadeia, triste com a morte dos amigos e sem saber o destino dos outros colegas que foram levados à Meuse, saía desse pesadelo, mas não podia se aproximar da casa dos pais, pois a mesma estava em poder dos alemães. Seguiu desnorteado e preocupado com os corpos dos amigos, volta ao campo de batalha. Antes teve que ir a casa de uma tia, com os sobreviventes, pedir cordas para amarrar as calças e vestir algumas roupas, pois os alemães tiraram-lhes os cintos e cadarços dos sapatos para evitar que eles se enforcassem. No campo de batalha encontraram seus amigos mortos e seus corpos expostos, numa vala com um palmo só

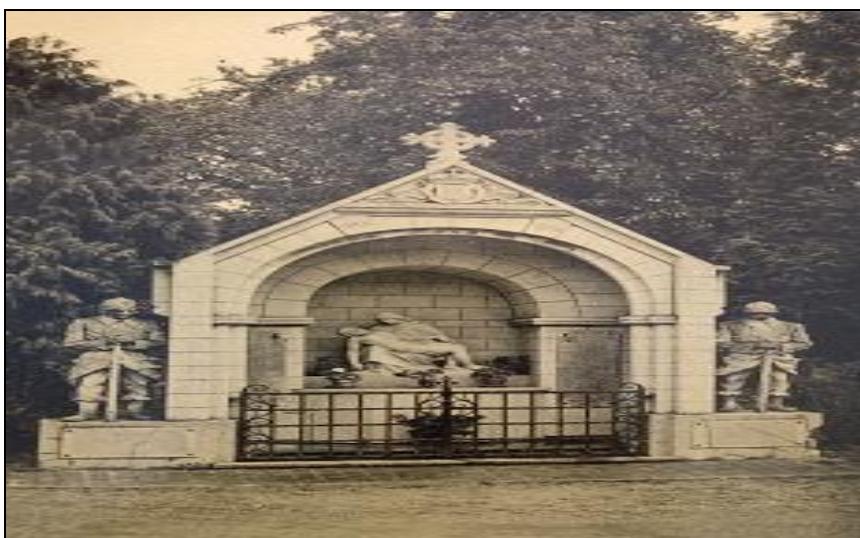
de terra, os rostos envolvidos de lona e parte dos corpos queimados, outros amarrados vivos, com arame farpado, junto a cadáveres, alternadamente. Após identificarem os corpos, quando encontrou o padre Philippe entre eles (com o óleo da extrema-unção dos enfermos e um porta hóstia, com hóstias queimadas), enterram-nos e construíram um monumento, onde colocaram as placas de identificação de cada um, além de um altar para celebrar missa, onde padre Grégoire celebra quando vai à Bélgica. (SANTOS, 2000, p. 8).

Posteriormente, Grégoire continuou nas trincheiras ajudando os americanos como guia nos campos da Bélgica. Em 1945, com o fim da Segunda Guerra, o pai do Grégoire foi libertado e retornou a pé da cidade de Cambrai, França, para o seu vilarejo Barchon, Bélgica. Nesse período, Grégoire e seu irmão Lambert já haviam conseguido retornar para casa.

A Bélgica foi ocupada durante cinco anos pelas tropas alemãs, sua desocupação aconteceu em 15 de fevereiro de 1945. Passadas as duas grandes Guerras, a França constrói monumentos em homenagem e como lembrança aos povos do que foi a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Os monumentos levam os nomes dos mortos pelas Guerras e dos que lutaram e sobreviveram contra os seus horrores.

Foi erguido um monumento na cidade de Barchon, onde foi registrado o nome dos mortos e sobreviventes das duas Grandes Guerras Mundiais, entre os nomes consta o de Grégoire, seu irmão Lambert e do seu pai.

Fotografia 4 – Monumento aos mortos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, em Barchon, Bélgica (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

Todos os anos, Grégoire se dirigia ao monumento de resgate da tragédia de Forêt, em Barchon, para realizar missa e prestar homenagens às vítimas.

Passada a Guerra, era o ano de 1945, Grégoire retoma os seus estudos no Colégio Cristo Rei que fora reaberto, ingressando no segundo ano do Curso de Ciências Humanidades Greco-Latinas, concluindo o Curso em 1947.

Na escola demonstra acentuado gosto pela música, na qual passou a estudar violão e órgãos e torna-se amante da música. Estudou também o grego e latim, o qual fala fluentemente. Coursou também filosofia e teologia, e na oportunidade, seus conhecimentos também em medicina tropical, parecia que o seu destino estava traçado, parecia que algo lhe dizia que mais cedo ou mais tarde viria habitar em um país tropical, país este chamado Brasil. Fez curso também de sociologia e economia. Tudo isso contribui para a sua formação, principalmente para o lado social, o seu grande legado para a história, é a vida do povo de Propriá e Glória. (SANTANA, 2008, p. 45).

A formação de missionários católicos da ordem redentorista, para além do estudo da teologia não acontecia por acaso. Isto é, o sacerdote redentorista tem como princípio missionário a pregação de ministérios populares e atender os mais desfavorecidos. Os países da América Latina que sofriam com as condições de subdesenvolvimento eram o *locus* de atuação dos redentoristas, permitindo considerar que os cursos de medicina tropical, filosofia, sociologia e economia feitos por Pe. Grégoire tinham como objetivo formar o padre e outros sacerdotes para ajudar nos problemas sociais de países como o Brasil.

Em 20 de agosto de 1947, Grégoire ingressou no noviciado<sup>8</sup>. Em 14 de setembro de 1947, passou a fazer uso do hábito religioso<sup>9</sup>, precedente à prática do monasticismo, que era o ato de abnegação dos hábitos e objetos comuns do homem pela ação religiosa. Grégoire deixa as suas vestimentas de homem comum e corta os cabelos como um sinal de abandono da vaidade.

---

<sup>8</sup> Período para formação de uma pessoa nos preceitos religiosos que antecede a emissão dos votos religiosos.

<sup>9</sup> São as vestes de um religioso pertencente a uma ordem ou congregação.

Fotografia 5 – Grégoire e família no noviciado (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Com relação à família de Grégoire, Pe. Etienne assim relatou em entrevista a Santana:

a mãe morreu antes de se ordenar. Para ele foi um grande sofrimento, porque a mãe não pôde participar de sua ordenação. Ele era muito apegado à mãe. O seu pai faleceu bem depois da sua ordenação. Foi o que lhe restou como consolo, além de seus oito irmãos, sobrinhos e primos. (SANTANA, 2008, p. 48).

Em 15 de setembro de 1948, Grégoire fez seus votos religiosos para a Ordem Redentorista<sup>10</sup>. Durante os anos de 1948 a 1954, estudou no Colégio Redentorista em Beau-Plateau; cursou dois anos de filosofia e quatro anos de teologia, também expandiu seus conhecimentos estudando Medicina Tropical e participou de cursos e Conferências em Lovaina sobre Sociologia e Economia.

Durante esse período adoeceu de tuberculose e só após a sua recuperação fez a primeira tonsura<sup>11</sup> religiosa, passando para diácono. Em 15 de setembro de 1953, foi ordenado padre. Segundo Santos (2000, p. 9), “Grégoire ordena-se padre em 1953, pelas mãos do Bispo da Diocese de Namur, num grupo de seis padres”.

No Convento onde fez o noviciado, na cidade de Liège, Grégoire inicia o sacerdócio, exercendo a função de segundo superior do noviciado. Ocupou o lugar

<sup>10</sup> Na cerimônia o candidato a religioso deita-se em frente ao altar, é coberto com um tapete, num gesto de abnegação do mundo exterior. (SANTOS, 2010).

<sup>11</sup> Refere-se a uma cerimônia religiosa onde corta o cabelo da pessoa que está sendo ordenada e o confere o primeiro grau de Ordem no clero.

de padre mestre no Convento. Atendia às missões e rezava as missas no idioma local.

Fotografia 6 – Grégoire no centro da foto, durante celebração de missa (1953)



Fonte: Arquivo pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

Em setembro de 1957, Pe. Grégoire foi surpreendido pela visita do diretor do Colégio Cristo Rei, que fez o convite para ele trabalhar no Colégio Cristo Rei como professor de música.

Fotografia 7 – Pe. Grégoire e alunos do Colégio Cristo Rei (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Pe. Grégoire permaneceu na Bélgica por quarenta anos. Dentre as ações desenvolvidas por ele nesse período, destacam-se o trabalho como professor de música durante seis anos, lecionando piano, violão, órgão harmônico e regendo o

coral. Exerceu a função de diretor do canto litúrgico. Ministrou aulas de francês, religião, geografia e incluiu uma nova disciplina no currículo do Colégio, história da música. Incentivou o estudo de teatro na escola, tornando-se professor de teatro. Pe. Grégoire trabalhou no Colégio como professor voluntário até as vésperas de viajar para o Brasil e iniciar sua jornada no Alto Sertão Sergipano, principalmente na cidade de Nossa Senhora da Glória.

## 2.1 Da Bélgica para o Brasil: um belga no Alto Sertão Sergipano

Em 1963, o Bispo Dom José Brandão de Castro<sup>12</sup>, após a sua participação no Concílio Vaticano II<sup>13</sup>, esteve na Bélgica para solicitar apoio aos missionários redentoristas belgas para elevação de uma nova diocese<sup>14</sup>, na cidade de Propriá, no estado de Sergipe, Brasil. Dom José Brandão de Castro, que também era redentorista, pediu aos superiores que enviassem missionários para auxiliá-lo nos trabalhos da diocese, tendo em vista contar apenas com dois padres e tendo 21 sedes a zelar. Dom José Brandão encontrou o superior de Pe. Grégoire, Dubois, e este declarou apoio a Dom José Brandão, convidando missionários que desejassem trabalhar na cidade de Propriá (SANTOS, 2000).

Pe. Léon Grégoire, que durante o seu ordenamento havia se preparado para trabalhar em países de clima tropical e tinha como propósito missionário redentorista trabalhar para os pobres, se candidatou para a empreitada. Sobre tal questão,

---

<sup>12</sup> Nascido no município de Rio Espera, no estado de Minas Gerais, no dia 24/05/1919, filho de César Augusto de Oliveira e Maria Brandão de Castro. Missionário e Redentorista, José Brandão de Castro foi o primeiro Bispo residencial da Diocese de Propriá, na região do Baixo São Francisco, permanecendo na Diocese de 1960 a 1987. Sua trajetória eclesial na sua ação pastoral esteve presente na luta dos pequenos trabalhadores rurais, índios, sem terra, pescadores, quilombolas que constituíam a população mais pobre de Sergipe (NASCIMENTO FILHO, 2010).

<sup>13</sup> O Concílio do Vaticano II foi uma série de Conferências convocadas no dia 25 de dezembro de 1961, por meio da bula papal *Constituição Apostólica Humane Salutis*, que tratava das situações políticas, sociais, culturais e religiosas no mundo, pelo papa João XXIII. Essas Conferências foram realizadas de 11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965. O Concílio do Vaticano II foi considerado o maior evento do século XX da Igreja Católica, teve como objetivo modernizar a Igreja Católica para atrair novos fiéis e cristãos afastados. Assim, o papa João XXIII convocou bispos de todo o mundo para participar do evento no Vaticano (CONCÍLIO VATICANO II).

<sup>14</sup> Segundo o Código de Direito Canônico (1983) promulgado pelo Papa João Paulo II, diocese é a “porção do Povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela Eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo, santa, católica e apostólica” (CAN. 369).

No antigo Código Canônico de 1917, estabelecido pelo papa Bento XV, a diocese era uma instituição que atendia a determinado território geográfico, passível de se manter financeiramente com autonomia. (CAN. 1917).

destacamos os relatos de Pe. Etienne e Pe. Michel Dessy<sup>15</sup>, concedidos por meio de entrevista a Santana (2008, p. 51):

Ele sempre quis ser missionário, já que em Propriá eram poucos padres para muita gente, então ele se sentia na obrigação de ser missionário. E a convite do então Bispo da época: Dom Brandão de Castro e em consonância com o seu superior da Bélgica, ele vem ao Brasil (Etienne In: SANTANA, 2008, p. 51).

Ele veio para Propriá, sempre queria se dedicar aos pobres, aos humildes. É uma pessoa de grande coração. Vive para os pobres. Ele é um modelo, um exemplo a ser seguido. Uma pessoa de espírito jovem, um guerreiro e não se cansa do seu trabalho (Guido In: SANTANA, 2008, p. 51).

No ano de 1960, o estado de Sergipe contava com a diocese de Aracaju, que foi elevada à sede metropolitana, criando, assim, as dioceses sufragâneas<sup>16</sup>, Propriá e Estância. Cada diocese atenderia a uma determinada região. Sobre a definição do território de abrangência da diocese de Propriá, Nascimento Filho (2010) diz o seguinte:

Assim, não sabemos exatamente, os critérios seguidos para a definição dos respectivos limites territoriais. Corre a voz entre os mais velhos que não foi uma decisão pacífica e que “toda a pobreza ficou na diocese de Propriá”.

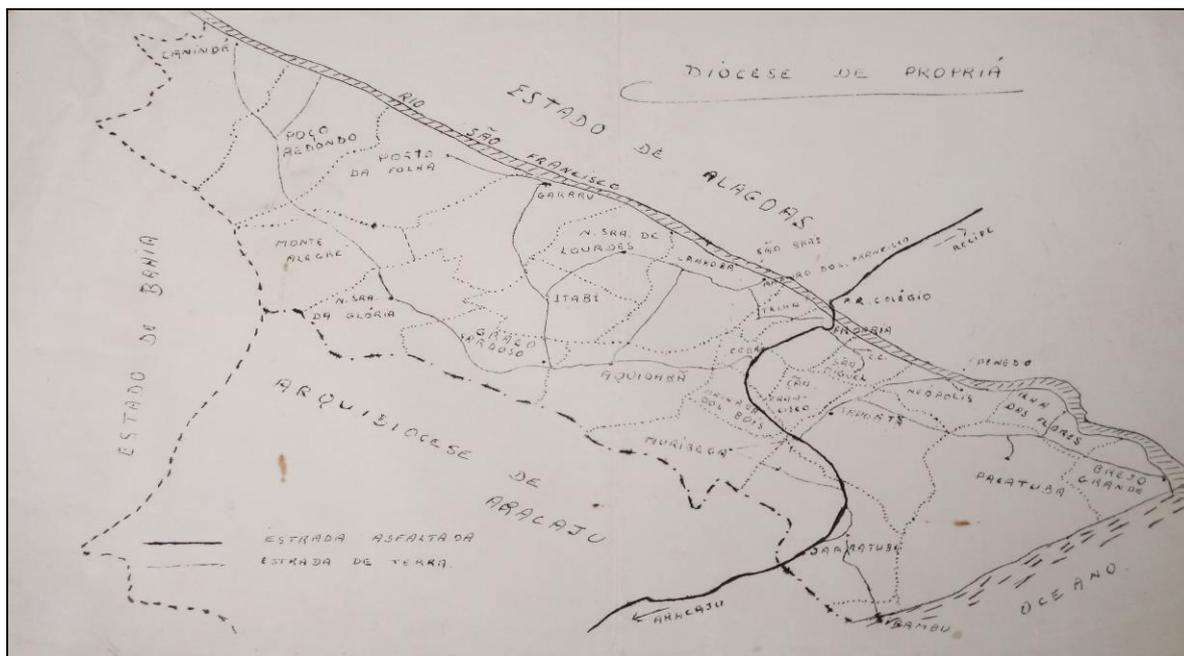
Fato está que a parte geográfica do estado de Sergipe que coube à Diocese de Propriá é, ainda hoje, a mais pobre. Localizada ao norte do Estado, com a extensão 8.597 km<sup>2</sup>, correspondendo a toda a Bacia Hidrográfica do São Francisco, tendo os seguintes limites: ao norte, o rio São Francisco e o Estado de Alagoas (Dioceses de Palmeira dos Índios e Penedo); ao sul, com a Arquidiocese de Aracaju; ao leste, o oceano Atlântico, e ao oeste o Estado da Bahia (Diocese de Paulo Afonso). Na época contava com aproximados 180 mil habitantes para 21 municípios, cuja maioria se localizava na região do polígono da seca. (NASCIMENTO FILHO, 2010, p. 45).

---

<sup>15</sup> Conhecido atualmente como Guido, Michel participou dos movimentos de reforma agrária no Brasil. Desistiu da vida missionária e casou-se. Atualmente reside na cidade de Nossa Senhora da Glória.

<sup>16</sup> Refere-se à subordinação entre bispos. Isso ocorre quando uma diocese é elevada à metropolitana, tornando-se uma província eclesiástica maior e outras dioceses ficam submissas. Assim, o sufragâneo concerne a um bispo ser subordinado a um arcebispo metropolitano ou um bispo diocesano.

Figura 2 – Mapa do Território de Abrangência da Diocese de Propriá (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégorie, 2018.

A forma como foi dividida a Diocese de Própria não foi por acaso, acontecia um movimento de renovação na Igreja Católica, o Concílio do Vaticano II. Este foi resultado da preocupação do Papa Pio XII com a expansão das ideias materialistas e comunistas no mundo, o que esvaziava a Igreja. Desta forma, por intermédio do Concílio, a Igreja Católica assumia o compromisso de trabalhar para os pobres. Havendo todo um movimento dentro da Igreja de preparar os sacerdotes para as missões em países considerados de terceiro mundo.

A criação da Diocese de Própria situa-se no contexto de movimento que dizia defender as causas populares. Segundo Nascimento Filho (2012), a preocupação inicial de Dom José Brandão era formar um clero para estruturar a Ação Social a fim de servir aos pobres. A convocação de um sacerdote redentorista para assumir o bispado de uma diocese constituída por uma região pobre, seca, com poucas indústrias e fábricas, estava pautada em um projeto de trabalho, inserido num escopo da visão eclesial de alavancar as potencialidades locais.

A viagem à Europa do Bispo Dom José Brandão de Castro, para o Concílio do Vaticano II, tinha como objetivo angariar recursos humanos, materiais e financeiros que contribuíssem com as ações. Assim como era estratégico pedir ao Papa o envio de freiras e padres da ordem redentorista, pois era importante que os recursos

humanos fossem capacitados para desenvolver trabalhos sociais no âmbito da educação, ação social, saúde e trabalho nas regiões carentes.

Tal demanda tem o respaldo do que fora anteriormente definido como premissa a ser posta em prática no que concerne à atuação da Igreja Católica junto às crianças e jovens, pelo Concílio do Vaticano II. Para o qual a educação ocupava “gravíssima importância na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo” (Declaração *Gravissimum Educationis*, p. 1 – Concílio Vaticano II). Entendendo-se a educação verdadeira como aquela que forma o cidadão, que ao se tornar adulto assume as suas responsabilidades como membro da sociedade.

Em 1964, vieram para o Brasil os padres Pulo, Nestor e Michel Dessy. No ano de 1965, Pe. Grégoire chegou ao Brasil como um dos missionários belgas que saíram do continente europeu para auxiliar Dom José Brandão de Castro na empreitada da fundação e desenvolvimento da diocese de Propriá.

Antes de partir do Velho Mundo para a América do Sul, Pe. Grégoire foi convocado a frequentar a Escola para Redentoristas da América Latina, que tinha como objetivo instruir os missionários com a língua portuguesa e aproximá-los da cultura brasileira, capacitando os sacerdotes para a nova empreitada em um país tropical.

O Pe. Grégoire chegou ao Brasil pela capital do Rio de Janeiro, em 1965, enviado pelo Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (Cime)<sup>17</sup>, hospedando-se durante 15 dias no Convento Redentorista da capital, ficando à espera de uma equipe de enfermeiras e assistentes sociais que Dom José Brandão de Castro pediu que a Ordem enviasse.

---

<sup>17</sup> O Cime foi criado em 1951, para estimular os processos de migração, especialmente, de situações como: migrações econômicas, étnicas, políticos e religiosos.

Fotografia 8 – Chegada de Pe. Grégoire e colegas no Rio de Janeiro (Grégoire é o segundo homem à esquerda na foto) (1965)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Nesta passagem pela cidade, celebrou sua primeira missa no Brasil, na favela do Salgueiro. Segundo Santos,

[...] ficando muito decepcionado com a Igreja, pois ainda era a filosofia de antes da Reunião de Medelin, era uma Igreja Burguesa que atendia, de preferência, aos ricos. Os pobres eram discriminados pela aristocracia e o padre Grégoire sentiu um grande choque ideológico. (SANTOS, 2000, p. 10).

Seguindo o trajeto para a cidade de Propriá que durou dez dias, o Pe. Grégoire foi de ônibus do Rio de Janeiro até Governador Valadares no estado de Minas Gerais. Na sequência partiu para Jequié, no estado da Bahia, depois Salvador. Posteriormente até Aracaju, no estado de Sergipe, onde pegou outro ônibus até a cidade de Maruim. Nesta cidade, na paróquia, foi recebido pelos sacerdotes franceses que o acolheram e no dia seguinte o Pe. Henrique o conduziu de carro até Propriá.

Chegando à cidade de Propriá, no dia 8 de abril de 1965, foi recebido com festa, sendo recepcionado pelo coral da professora Dona Odete<sup>18</sup>. Na cidade de Propriá, passou logo a ser chamado de Pe. Gregório. Foi convidado a exercer o cargo de diretor do Seminário Menor da cidade de Propriá e, ao mesmo tempo, ser vigário da cidade de Japarutuba, em Sergipe. No entanto, quando da sua chegada o

<sup>18</sup> Era a professora de música local, tocava piano harmônico e sanfona (SANTOS, 2000, p. 11).

Bispo José Brandão estava viajando e havia deixado uma carta, avisando a Grégoire que havia mudado de planos e que ele seria pároco de Propriá, Amparo do São Francisco, Canhoba e Telha, junto com o Pe. Nestor<sup>19</sup>.

Fotografia 9 – Chegada de Pe. Grégoire à cidade de Propriá (o padre de óculos e paletó preto na foto) (1965)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Em Propriá, Pe. Grégoire iniciou os trabalhos religiosos e teve diversas preocupações, inclusive sociais, como relatou Santos (2000, p. 10): “em Propriá o Pe. Grégoire era preocupado com o aumento da explosão demográfica, pedia que não gerassem filhos que não podiam educar”.

Pe. Grégoire, Nestor e Michel Dessy começaram a desenvolver trabalhos religiosos e sociais em Propriá, com a sua formação e experiência, atuaram no campo social e educacional. Durante os anos que permaneceu na cidade, juntamente com padre Nestor, firmaram convênios para implementação de 20 escolas de corte e costura; clube de mães; grupo de jovens; ambulatório médico; e um Colégio Comunitário de Utilidade Pública Federal (CNEC). Padre Grégoire fundou o Ginásio Santo Antônio e a Igreja de São Pedro, em parceria com o governo do estado de Sergipe.

Os programas desenvolvidos como o Clube de Mães e Colégio Comunitário de Utilidade Pública Federal eram ações do governo federal. O primeiro, criado pela Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), e o segundo pelo Ministério da Educação, com objetivo de ser implantado em todas as regiões do País. Pe.

---

<sup>19</sup> Foi vigário geral e coordenador da pastoral da Diocese (SANTOS, 2000, p. 11).

Grégoire então firmava convênios e parcerias com a perspectiva de implementar os programas nas comunidades que atendia.

Em entrevista concedida a Santos (2000, p. 10), Pe. Grégoire relatou: “quis Deus que trocando um contexto social e geográfico europeu viesse ao menos as paragens do Rio São Francisco”. Todavia, a vinda do Padre para o Brasil não aconteceu por uma decisão do destino ou divina, havia uma preocupação da Igreja Católica em parceria com Estados e organismos internacionais em acelerar o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, principalmente os localizados na América Latina, onde o capitalismo se instalou tardiamente.

Fotografia 10 – Pe. Grégoire com mulheres do Clube de Mães de Propriá/SE (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Entre as situações que foram diferentes para o Pe. Grégoire em Sergipe, na entrevista concedida a Maria das Virgens dos Santos (2000), ele relatou que o primeiro choque cultural foi no aniversário dos 50 anos do Colégio das Irmãs Hospedeiras de São Francisco. Na comemoração, estando presentes todos os representantes da Igreja Católica de Propriá, que se encontravam sentados no salão de festa à espera de um musical com repertório de Beethoven ou Mozart, quando a cortina do teatro se abriu foram surpreendidos pelas alunas de Pedagogia que cantaram “[...] acorda Maria Bonita, acorda vem fazer o café [...]” e tocavam sanfona.

Na década de 1960, o Brasil era governado pelo presidente Humberto Castelo Branco, do partido da Arena, apoiado pelos militares, cujo mandato durou de 1964 a 1967. O clero da Igreja Católica dividia-se nesse período: por um lado, os militares

tiveram o apoio da cúpula da Igreja; por outro, alguns setores da instituição atuavam na resistência ao regime autoritário. Pe. Grégoire dialogava com os setores da Igreja de resistência à ditadura militar, com isso também organizou grupos de jovens para discutir questões políticas, econômicas, sociais e culturais na Diocese de Propriá. Essa ação o levou a ser convocado pelo 28º Batalhão de Caçadores que o recomendou a se restringir apenas ao trabalho de vigário.

Pe. Grégoire começou a organizar grupos de jovens, enaltecendo a auto-estima de todos, bem como daqueles mais necessitados, fazendo sempre reuniões de cunho cultural. A sua vontade de melhorar o mundo e principalmente melhorar a vida dos marginalizados de Propriá, rendeu-lhe a sua convocação até o 28º Batalhão de Caçadores e através desta convocação, foi alertado de que não se envolvesse nas questões políticas com os jovens e com grande recomendação, voltasse a Propriá e que tivesse muito cuidado com as palavras que falara, já que era vigário, preocupasse em fazer um time de futebol com jovens do que fazer reuniões intelectuais. (SANTANA, 2008, p. 54).

Em 1970, os padres Marianos deixaram a paróquia de Nossa Senhora da Glória, cidade localizada no Alto Sertão de Sergipe, pertencente à Diocese de Propriá, apesar da necessidade de padres para dirigir os trabalhos da paróquia ser muito grande. Com a vacância dos padres Marianos, Pe. Grégoire foi convidado por Dom José Brandão de Castro a assumi-la, o que se deu no ano de 1971. No item a seguir analisaremos o cenário educacional, social e econômico de Nossa Senhora da Glória na década de 1970.

## **2.2 Padre Grégoire chega ao Alto Sertão**

No dia 28 de abril de 1971, Pe. Grégoire, aos 46 anos de idade, já nomeado com o Decreto Conciliar *Cristus Doinus* nº 1103, pelo Bispo Dom José Brandão de Castro, chegou à paróquia de Nossa Senhora da Glória, tornando-se responsável também por atender outros municípios do Alto Sertão de Sergipe, como: Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

Fotografia 11 – Fachada da Igreja Católica de N. Sr.<sup>a</sup> da Glória (1970)



Fonte: <http://histse.blogspot.com/2014/08/conhecendo-gloria-um-pouco-mais-entre.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

Sobre a chegada de Pe. Grégoire a Nossa Senhora da Glória, Santos relata que:

chegou Pe. Grégoire, em um pequeno jipe através de estradas carroçais em estado precário, num período de grande seca que durou dois anos e o Padre observou a saída de famílias inteiras fugindo da seca com destino ao sul do País. (SANTOS, 2000, p. 12).

Ele chegou a Nossa Senhora da Glória em um período de muita seca, passando a vivenciar os impactos da estiagem na vida do povo sertanejo nordestino. No Livro Ata da Casa Paroquial (1971, p. 46), Pe. Grégoire fez a seguinte observação:

os retirantes se reuniam nas calçadas da igreja, com crianças, bagagens e umas cabras; além da falta de água, faltava trabalho, pois os fazendeiros não oferecem mais alguns dias de serviço (conserto de cercas, roçagem de pastos, escavação de tanques, desmatamento), e a seca arruína todo mundo, a vida se torna impossível para muitos nessa região, assim castigado pela natureza. (ATA DA CASA PAROQUIAL, 1971, p. 46).

A seca não era novidade para o povo do sertão sergipano, tampouco para o poder público brasileiro, mas o era para um belga. Mendigar junto a políticos, tornando-se “refém de coronéis”, como afirmava ele, por uma vaga de trabalho na

prefeitura ou pelo dinheiro da feira, saquear, conformar, naturalizar e migrar eram alternativas para o sertanejo “driblar” a fome e a miséria. A morte por inanição era uma realidade no sertão (AGENDA PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE, 1971).

A esperança de vida ao nascer no Nordeste na década de 1970 era de 43,3%, numa região com 28.111,927 habitantes (IBGE, Censo Demográfico, 1970/1980). A taxa de natalidade, as más condições de vida, a falta de trabalho, de educação, saúde, assistência social, transporte público, saneamento básico e estrutura foram problemas sociais que chamaram a atenção de Pe. Grégoire. Pode se compreender porque, na divisão do território da Paróquia de Propriá, ouvia-se que o município ficou com as freguesias mais pobres de Sergipe.

De acordo com entrevista concedida pelo Padre (1997) ao jornal *Glória Classificados*, este afirmou que

[...] em 1971, quando as dificuldades eram enormes depois da seca rigorosa de 1970-71, quando a chuva voltou no dia 28 de abril, faltando apenas um mês para completar dois anos sem uma gota de água. Não havia água encanada (só chegou em dezembro de 1978): só açudes ou caminhão pipa. Não havia telefone, nem centímetro de asfalto. O posto de saúde, e depois o hospital Sagrado Coração, do FUNRURAL, só podiam atender o primeiro nível do atendimento médico: não havia escola de 2º grau, de maneira que faltava professores formados; a ausência de telefone obrigava pessoas a se deslocarem para a capital afim de resolverem qualquer coisa, por estradas de chão até Riachuelo, quando o asfalto trazia grande alívio ao viajante [...]. (JORNAL GLÓRIA CLASSIFICADOS, 1997, p. 3).

O cenário social era precário, não havia qualquer planejamento para o desenvolvimento industrial da região – mesmo estando o Brasil no quarto período de industrialização e ocorrendo a internacionalização da economia brasileira. Nossa Senhora da Glória penava com os altos índices de analfabetismo, sendo uma das cidades do Alto Sertão de Sergipe com o maior número de analfabetos nos anos de 1970 (OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2012). O descaso do Poder Público afugentava o sertanejo muito mais do que a seca.

As ações desenvolvidas pelo Estado para enfrentamento da seca eram as frentes de emergência de trabalho<sup>20</sup>, criadas nos governos militares para os

---

<sup>20</sup> Foram ações emergenciais, temporárias, realizadas pelo governo brasileiro para os períodos de calamidade provocados pela estiagem no Nordeste, acontecia com campanhas de assistência e abertura de frentes de trabalho. As frentes de trabalho na década de 1970, em Nossa Senhora da Glória/SE, foram chamadas de “magnu” pela população, pois diziam que o benefício promovido por elas era tão pouco que o povo permanecia “magro e nu”.

flagelados das secas. Era muito mais uma medida de contenção, do que uma ação de combate à estiagem, de acesso ao trabalho e garantia de sobrevivência. Era uma forma de um Estado ausente das necessidades do povo “mantê-los no cabresto” por meio de medidas assistencialistas (JORNAL GAZETA DE SERGIPE, 1971, p. 5).

Diante deste cenário, Pe. Grégoire passou a desenvolver trabalhos sociais na cidade, começou visitando os bairros mais pobres, especialmente a comunidade conhecida como Braço da Cruz, um local com mais de 30 famílias isoladas da sede da cidade. Em entrevista concedida a Santana (2008), relatou Pe. Grégoire que se tratava de

uma comunidade com mais de 30 casas, afastada do centro da cidade, nas estradas que dão acesso para a cidade de Monte Alegre. Era uma miséria só, as habitações não mereciam nome de casas; muitas crianças e criancinhas com barrigas enormes cheias de vermes; os adultos, grande parte, pálidos ou amarelos, anemias, hepatites, coceiras, verminoses e amebas, fome, falta de trabalho e de ganho. Não era diferente dos bairros miseráveis de Propriá, onde toda a população sofre do mesmo male, água não tratada do São Francisco. Já em Glória, o culpado é a água não tratada dos açudes que abasteciam o Braço da Cruz. (SANTANA, 2008, p. 57).

Tal cenário impulsionou Pe. Grégoire a criar projetos de combate às carências sociais do município, dando início à prática de captar recursos e mudar a realidade social. Utilizando-se da experiência dos trabalhos sociais desenvolvidos anteriormente em Propriá; do conhecimento técnico em filosofia, sociologia e economia; da abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II para realização de trabalhos sociais; e da conjuntura econômica e política do Brasil no período dos governos militares, que responsabilizava a população pelo desenvolvimento social e humano. Observando um agir compreendido pelas palavras de Bourdieu, “uma igreja não é simplesmente uma confraria sacerdotal, é a comunidade moral formada por todos os crentes da mesma fé, tantos fiéis como sacerdotes” (BOURDIEU, 1998, p. 42).

Fato que pode ser observado no Plano de Pastoral da Diocese de Propriá para as comunidades eclesiais, do ano de 1981. Dizia sobre os objetivos dos trabalhos das pastorais da Diocese.

- 1) Opção preferencial pelos pobres, exigida pela situação escandalosa dessa injustiça planejada e estabelecida, que vem

gerando a desigualdade e impedindo a participação e o exercício da liberdade do Povo de Deus (Puebla, 897, 930, 919).

- 2) Apoio às comunidades: que lutam entre nós para conquistar a mudança das estruturas sociais, econômicas e políticas injustas, movidas pela vontade de construir um mundo segundo a vontade de Deus Vivo (920).
- 3) Apoio às organizações pobres: acreditando que este povo oprimido tem suas organizações próprias, dispõe de seus meios próprios de ação e é construtor de sua história. Quer respeitar e estimular essa autonomia. Por isso, também não quer impor que, na esperança de salvar a situação do [...] (documento incompleto) (PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE PRÓPRIA, 1981).

Certo de que nesse período a Igreja Católica assumia a direção de trabalhar para os pobres, de acordo com princípios propostos pelo Concílio do Vaticano II, observa-se que os objetivos do Plano de Pastoral da Diocese de Propriá tinham como opção a preferência pelos pobres, dando total apoio a essas comunidades. Assim, outro fator importante para os trabalhos sociais do Padre foi a criação da “Cooperação Internacional<sup>21</sup>” nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil. A Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), passou a desenvolver diversos trabalhos sociais. Segundo Coutinho (2004), estes sofreram a influência da Teologia da Libertação.

A maioria desses “centros de assessoria” (as “proto-ONGs”) era considerada parte do campo progressista (Doimo, 1995; Gohn, 1997; 1998), pois, financiados pelas “ONGs/Agências” internacionais, denunciava internamente as violações dos direitos humanos e a pauperização da população. Não menos importante, foi a atuação da Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujo embasamento para sua militância é buscado nos princípios da Teologia da Libertação, que coloca o povo como “sujeito” da história. (COUTINHO, 2004, p. 1).

Neste aspecto, para captar recursos e empreender socialmente era necessário ter registrada uma Instituição da Obra<sup>22</sup>, que pudesse inscrever projetos

<sup>21</sup> Embora o termo “ONG” tenha sido utilizado na década de 1940, pela ONU, para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público (LANDIM, 1993; 1998; VIEIRA, 2001), no Brasil, a expressão se referia, principalmente, às organizações de “Cooperação Internacional”, formada por Igrejas católica e protestante, organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de “consolidar a democracia” (COUTINHO, 2004, p. 3).

<sup>22</sup> Atualmente são denominadas de: Organização Social, que é uma qualificação, um título, que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.), para a

sociais e receber os recursos de instituições nacionais e internacionais. A Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória<sup>23</sup> passa a ser utilizada como instituição filantrópica e, por meio desta, Pe. Grégoire começou a angariar recursos materiais e financeiros, pelos quais desenvolveu diversos trabalhos sociais que tiveram impacto na vida social das pessoas beneficiárias pelos projetos e programas desenvolvidos, como veremos.

### 2.3 O cenário educacional de Nossa Senhora da Glória

Com o objetivo de perceber como o Jardim de Infância Pequeno Príncipe se tornou uma instituição relevante para a região, é importante, num primeiro momento, tecer um pouco da história da educação de Nossa Senhora da Glória, na qual a instituição foi gestada, para compreendermos a estrutura organizacional e funcional da educação em Nossa Senhora da Glória na década de 1970. Para isso, vamos entender um pouco da historiografia do município.

A cidade de Nossa Senhora da Glória foi fundada a partir de viajantes que pernoitavam numa localidade que chamavam de Boca da Mata. O local tornou-se povoado do município de Gararu. Em 1922 o povoado teve a sua primeira evolução política, elevado a Distrito de Paz do município de Gararu, com a Lei nº 885 de 6 de fevereiro de 1928.

O Distrito recebeu o nome Oficial de “Nossa Senhora da Glória” denominada pelo Padre Francisco Gonçalves Lima contando com a intervenção ativa da Igreja Católica, principalmente do Bispo de Aracaju, atingiu sua emancipação em 26 de Setembro de 1928 quando, pela força da lei nº 1.014 do Governo do Presidente Manoel Corrêa Dantas, foi criado o Município de Nossa Senhora da Glória (DIÁRIO OFICIAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 2015).

O desenvolvimento da região e da cidade de Nossa Senhora da Glória passou por dificuldades a partir de 1929, devido à presença de Lampião e seus cangaceiros, o que afugentou vários fazendeiros. Segundo Resende (2018, p. 21),

---

realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade (AZEVEDO, s/d, p. s/p).

<sup>23</sup> Fundada em 03 de abril de 1958. Entidade de Fins Filantrópicos, certificada pelo Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS N. 83.660-60. Registrada como Pessoa Jurídica no Cartório do 10 Ofício – Aracaju – Livro A-8, Fls, 118, com inscrição estadual de N. 692 17.09.1959. CGC. 13.113.519/0001-28. Localizada a Praça da Bandeira, 146, N. Sra. da Glória – Sergipe.

“o banditismo estendia-se pelas vilas e povoados, chegando-se a assassinar famílias inteiras”. Todavia, nem a seca e tampouco os cangaceiros foram capazes de impedir o desenvolvimento da cidade. Com a economia assentada na criação de gado e agricultura, o município continuou a crescer (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS IBGE, 1957, p. 383).

A respeito da historiografia política-administrativa de Nossa Senhora da Glória.

O primeiro prefeito do município foi José Francisco de Souza que teve seu mandato interrompido pelo movimento revolucionário de 1930. A ele, outros se seguiram, como Gerino Tavares de Lima (1931-1938), José Bezerra Lemos (1939-1942), Francisco Ribeiro Aragão (1934 a 1946), Filemon Bezerra Lemos (1947 a 1950), Ulisses Alves de Oliveira (1951 a 1958), José Ribeiro Aragão (1959 a 1962), Filemon Bezerra Lemos (1963 a 1966), Antônio Alves Feitosa (1967 a 1970), José Batista Sobrinho (1971 a 1972), Antônio Alves Feitosa (1973 a 1976), José Elon Oliveira (1977 a 1982), Antônio Alves Feitosa (1983 a 1988), Sebastião Lopes da Silva (1989 a 1992), Antônio Alves Feitosa (1993 a 1995), Maria dos Santos Santana (1995 a 1996), Sérgio Oliveira da Silva (1997 a 2003), Ancelmo Andrade Dantas (2004), José Israel de Andrade (2005 a 2008), Jairo Santana da Silva, Luana Michele Oliveira da Silva (2009 a 2012) e Francisco Carlos Nogueira Nascimento (2013 a 2016) (DIÁRIO OFICIAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 26 DE JUNHO DE 2015).

Sobre os acontecimentos religiosos no município, encontramos no Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire (s/d) algumas anotações. Nessas constam que em 1890 foi celebrada a primeira missa pelo Pe. Pedro Dantas, de Gararu. As demais foram realizadas pelo Pe. Francisco Gonçalves Lima, também vigário de Gararu. Em 1904, foi construída, pelos moradores, a primeira capela de Nossa Senhora da Glória. Em 1905, foi celebrada a primeira festa de Reis Magos. Em 1906, Pe. Francisco trouxe a primeira imagem da padroeira da cidade e o sino da Igreja. Em 1933, a Capela cedeu lugar à Igreja Matriz. Em 1959, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Glória, que teve como primeiro pároco Pe. José Amaral. Em 1972, foi fundado o Apostolado de Oração da cidade.

Sobre a historiografia da educação de Nossa Senhora da Glória, as primeiras escolas são datadas da década de 1950, como escolas isoladas. Estas funcionavam na própria residência das professoras e em casas alugadas pelo Estado. Cássia Valéria Rezende (2014), na dissertação intitulada *Educação no Sertão: memórias e*

*experiências das professoras no Alto Sertão Sergipano (1950-1970)*, problematiza que o ensino era da 1ª à 4ª série, em classes multisseriadas. O perfil da maioria das famílias dos estudantes era de trabalhadores rurais, sem acesso aos serviços públicos, analfabetos, sem condições de apoiar os filhos nos estudos (REZENDE, 2014).

Havia, no município, a Escola Rural Alto da Glória, que foi demolida com a chegada do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e as escolas rurais dos povoados Quixaba e Angico, ambas compostas por quarto do professor, classe e galpão de recreação. As classes eram formadas por estudantes do sexo masculino e feminino. Durante o dia, as escolas recebiam crianças e jovens, à noite adultos analfabetos (REZENDE, 2014).

Em 1958, foi criado, na sede da cidade, o Educandário São Francisco de Assis, instituição de cunho particular que ofertava o ensino primário. O Educandário foi fundado pelo professor Manuel Cardoso dos Reis, conhecido como Manuel Professor, considerado um dos patronos da educação gloriense.

Fotografia 12 – Professor Manuel Cardoso, diretor do Ginásio Nossa Senhora da Glória, posando para foto com estudantes (s/d)

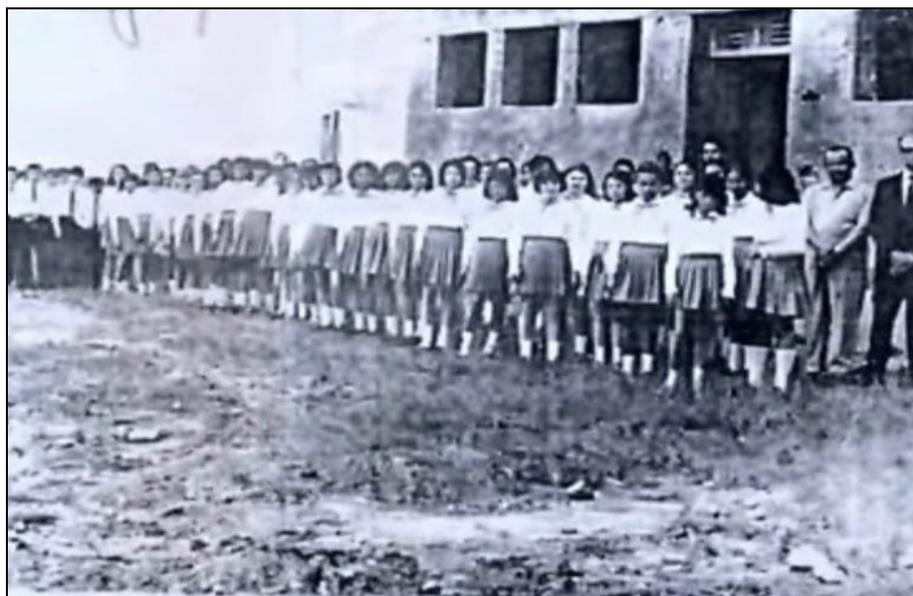


Fonte: [http://professor-manuel.zip.net/arch2011-04-24\\_2011-04-30.html](http://professor-manuel.zip.net/arch2011-04-24_2011-04-30.html). Acesso em: 7 de nov. 2018.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, Dona Terezinha fundou, na Avenida Lourival Baptista, o Educandário Menino Jesus, instituição particular de ensino primário e ginásial. O poder público mantinha um convênio com o Educandário, garantindo o custeio do ensino para estudantes.

Em 1961, com o trabalho missionário e social, os padres Marianos fundaram, na paróquia da cidade, a escola particular Ginásio Nossa Senhora da Glória, com o apoio do professor Manuel Cardoso. De acordo com manuscrito de Pe. Grégoire (ARQUIVO PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE, 1976-1977), o Colégio da Paróquia oferecia o ensino ginásio da 5ª à 8ª série.

Fotografia 13 – Inauguração do Ginásio Nossa Senhora da Glória (1961)



Fonte: Disponível em: <<http://histse.blogspot.com/2014/08/conhecendo-gloria-um-pouco-mais-entre.html>>. Acesso em: 7 de nov. 2018.

Em 19 de agosto de 1963, foi inaugurado um grupo escolar no centro da cidade, nomeado de Grupo Escolar Cícero Bezerra, recebendo este nome em homenagem a um ilustre filho da terra, por se destacar no meio político como deputado estadual. O Grupo Escolar Cícero Bezerra foi o primeiro centro de ensino de Nossa Senhora da Glória, com apenas uma sala de aula. Naquela ocasião, o estado era governado por João de Seixas Dórea e a cidade tinha como prefeito Filemon Bezerra Lemos, irmão de Cícero Bezerra (REZENDE, 2014).

Em 1978, o Grupo Escolar teve seu nome modificado para Escola de 1º grau Cícero Bezerra, a instituição foi reformada pelo governo do estado, sendo construídas quatro salas de aula, sala da direção, cozinha e três banheiros. A Escola de 1º grau passou a reunir os estudantes das escolas isoladas do município.

Fotografia 14 – Fachada do Grupo Escolar Cícero Bezerra, ano de 1978, de N. Sr.<sup>a</sup> da Glória/SE (s/d)



Fonte: <<http://histse.blogspot.com/2014/08/conhecendo-gloria-um-pouco-mais-entre.html>>. Acesso em: 7 de nov. 2018.

Neste aspecto, no período de 1950 a 1979, Nossa Senhora da Glória conviveu com três tipos de instituições educativas: escola isolada, escola rural e grupo escolar. Informações confirmadas pelo Plano Estadual de Educação e Cultura de 1970, atestam o seguinte:

[...] Anotamos que 8,36% do total das unidades de ensino são escolas de apenas uma sala de aula, sejam elas denominadas Rurais (200) ou isoladas (296). Além dos 103 Grupos Escolares registrados, somente 23 unidades possuem mais de uma sala de aula (9 E. Rurais, 5 E. Isoladas, 9 E. Reunidas). Em resumo, a rede estadual apresenta 1.172 salas pertencentes a subconjuntos agrupados e 496 salas isoladas, estas representando 42,32% do total de salas de aula. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p. 23).

Temos, então, que na sede do município existiam, nos anos de 1970, o Educandário São Francisco de Assis, o Educandário Menino Jesus, o Ginásio Nossa Senhora da Glória e o Grupo Escolar Cícero Bezerra, que ofereciam educação para população gloriense.

De acordo com anotações de Pe. Grégoire, datadas de 1976 e 1977, sobre a situação do ensino particular em Nossa Senhora da Glória nos anos 1970, observa-se que

dois colégios mais ou menos rivais na direção. Colégio da Paróquia, com ensino ginásio da 5ª à 8ª série, devendo muito ao INSS e fundo de garantia, com ameaça de fechamento. CNSG contra o prof. Manuel que não queria funcionar à noite para não ter professores bancários (época logo antes da minha chegada: paróquia sem padre), Pe. Paulo não queria nada do Colégio. (ANOTAÇÕES PESSOAIS PE. GRÉGOIRE, 1976 -1977).

Em Nossa Senhora da Glória, a maioria das instituições de ensino atendia estudantes da sede, grande parte das pessoas em idade escolar ficavam fora do ensino primário, especialmente da zona rural. O Plano Estadual de Educação e Cultura (1970, p. 55) corrobora esse fato, “[...] a grande barreira para aprendizagem vêm sendo, portanto, o 1º ano primário onde grande parte das crianças permanecem por 3, ou 4 anos e terminam por abandonar a escola, analfabetos ou semi-analfabetos”.

Numa região com base econômica rural, flagelada pela seca e pobreza, a maior necessidade era trabalhar para sobreviver. Os filhos de famílias carentes não frequentavam a escola e, se o faziam, quando chegava o período de chuva eram convocados a trabalhar na roça para ajudar no sustento da família, abandonando a escola.

Considerando que estamos historiando um jardim de infância fazer-se-á necessário sinalizar sobre o ensino pré-escolar em Sergipe. De acordo com Michelline Roberta Simões do Nascimento, na dissertação intitulada de *Jardim de Infância Joana Ramos: educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969-1985)*, de 2015, a educação pré-escolar em Sergipe, principalmente a pública, surgiu entre os anos de 1930 e 1940, com a criação do Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes (1932), que pertencia ao governo do estado, e o Jardim de Infância José Garcez Vieira (1944), da rede municipal de Aracaju. As instituições infantis foram criadas para promover educação pré-escolar a crianças de quatro a seis anos de idade.

Na década de 1960 aconteceu o surgimento de unidades de ensino vinculadas ao Sistema “S” criadas para ofertar a Educação Infantil aos filhos dos trabalhadores, a exemplo do Jardim de Infância Pequeno Polegar e Jardim de Infância João Bolinha, ambos pertencentes ao Serviço Social da Indústria – SESI. A discussão em torno da infância e como deve ser o atendimento resultou na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959) [...] (Fórum Estadual de Educação em Sergipe. Documento Base do Plano Estadual de Educação de Sergipe - PEE/SE, 2015).

Em Nossa Senhora da Glória, no início dos anos 1970, não existia ensino infantil público, filantrópico ou particular. A educação estava voltada para o ensino primário e ginásial. As iniciativas de educação para a infância no município surgiram a partir de entidade filantrópica e escola particular no ano de 1976.

#### **2.4 Pe. Grégoire e os trabalhos sociais**

Com a chegada de Pe. Grégoire na cidade Nossa Senhora da Glória, ele se deparou com diversos problemas sociais, tais como: altas taxas de natalidade e mortalidade, falta de trabalho, altos índices de analfabetismo, epidemias de doenças, pobreza, falta de água, migração, abandono de crianças e idosos.

O quadro social que se apresentava era complexo, todavia, durante o período em que Pe. Grégoire esteve na administração da paróquia da cidade, de 1971 a 2000, implementou diversas práticas sociais na área de educação, saúde, assistência social e trabalho, que contribuíram com o desenvolvimento econômico e social da região. O artigo da *Revista Flash*, publicado em 2003, destacou ações realizadas pelo Pe. Grégoire em Nossa Senhora da Glória.

Entre seus feitos podemos citar: implantação das primeiras sementes do cooperativismo, onde no exercício da filosofia estimula a criação da cooperativa agrícola que deu origem ao povoado São Clemente, preocupado com as crianças desnutridas da periferia criou Creche, para dar liberdade às crianças discriminadas, cria o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, para possibilitar tempo às mães que necessitam de emprego e não tinham com quem deixar os filhinhos, com fé e a coragem realiza o grande sonho do orfanato, para alegria dos que na maioria dos casos são abandonados pelos familiares, transforma o prédio do antigo hospital no asilo, em lar de idosos e assim foi a Pastoral da Criança, Projeto Luz do Sol, Pastoral da Saúde, Hospital, ambulatórios, farmácias comunitárias, Colégio de 2º grau, apoio aos assentamentos rurais, produção de milhares de muda de árvores, construção de igrejas, entre outros (REVISTA FLASH, 2003, p. 9).

Neste aspecto, em 1971, preocupado com a questão educacional em Nossa Senhora da Glória, tendo em vista o elevado número de analfabetos no município, Pe. Grégoire trabalhou para ampliação do Ginásio Nossa Senhora da Glória, criado pelos padres Marianos, na Ação Social da Paróquia. Também organizou a

implantação do curso de 2º grau e dos cursos profissionalizantes de contabilidade, pedagogia e adicional. O Ginásio, que funcionou na Rodovia Pe. José de Anchieta, passou a ser denominado Colégio Nossa Senhora da Glória (RELATÓRIOS DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1971).

Em dezembro de 1971 ajudou a fundar a unidade hospitalar e maternidade Fundação Médica Assistencial ao Trabalhador Rural / Hospital Sagrado Coração de Jesus, localizada na Avenida Lourival Batista. A unidade funcionou durante 14 anos no município. Somente com a inauguração do Hospital Regional Governador João Alves Filho, a instituição foi fechada e todos os funcionários foram transferidos para o novo hospital (RELATÓRIOS DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1971).

Em 8 de janeiro de 1973, o Padre elaborou o *Projet D'Assistance Technique Dans Le Nordest Bresillien*<sup>24</sup>, com o objetivo de “*une equipe d'infirmières*”<sup>25</sup>. A partir de um convênio com a instituição *Entraide et Mission*, o projeto possibilitou a chegada de enfermeiras francesas para trabalhar na saúde do Alto Sertão. De acordo com agenda pessoal do Padre, datada 23 de janeiro de 1974, Pe. Grégoire foi neste dia ao “Recife buscar três enfermeiras francesas Brigitte Delarox, Therese Lorres, Inés Lorris” (ARQUIVO PESSOAL DO PE. GRÉGOIRE, 2018).

Outra ação que foi desenvolvida na Ação Social da Igreja, a partir da iniciativa de Pe. Grégoire, foi a “Campanha de Filtros de Água”. O projeto foi desenvolvido de 1971 a 1978 e funcionou por meio de conscientização sobre a importância de ingerir água tratada e às pessoas eram fornecidos filtros de barro. Os filtros eram comprados pelo Pe. Grégoire na localidade de Carrapicho, próximo à cidade de Neópolis, para serem distribuídos para as famílias que não podiam pagar e vendidos a preço de custo às que pudessem pagar um cruzeiro por semana. O Projeto ocorreu nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, Canindé do São Francisco, Poço Redondo e povoado Santa Rosa do Ermírio, Monte Alegre e Piranhas. Tinha por objetivo diminuir os problemas decorrentes da falta de água no sertão, pois as águas existentes eram oriundas de açudes e cacimbas, deixavam as comunidades vulneráveis a verminoses e hepatites. O Projeto foi finalizado em 1978 com a chegada da água encanada na região (SANTANA, 2002).

---

<sup>24</sup> Projeto de Assistência Técnica no Nordeste do Brasil.

<sup>25</sup> Adquirir uma equipe de enfermeiras.

Ainda em 1971, Pe. Grégoire esteve envolvido em outra prática social, a formação da vila rural São Clemente, conhecida como Vila dos Padres. O projeto objetivou aquisição e distribuição de lotes de terra para o homem trabalhador rural, evitando que pessoas migrassem do campo para outras regiões. Parte do financiamento do Projeto foi feita com uma herança recebida pelo Padre, oriunda da Bélgica.

Então, o Pe. Léon Gregório comprou o terreno, “Lagoa de Pedro”, juntamente com Manoel Professor e Beronilton. Uma área de 1900 tarefas. E, segundo José Ferreira Neto, o padre dizia que queria formar uma Associação com as pessoas mais carentes. Aquelas que dependiam de fazendeiros para ganhar uma diária e que nem isso estava sendo possível. (SANTANA, 2002).

Nos anos de 1970 também adquiriu mais de 18 toneladas de sementes de milho, feijão e algodão e distribuiu 12 quilos de semente para cada família de agricultores do município. Foi firmada ainda parceria com organismos internacionais, que resultou na aquisição de máquinas e equipamentos industriais para o campo. Houve ainda o incentivo aos trabalhadores rurais para fazerem empréstimos bancários por meio do Proterra, para compra de gado. Além disso, ajudou os assentados da Vila a montar uma associação, facilitando as iniciativas para empréstimos rurais (SANTANA, 2002).

No âmbito da educação, em 1976, o Padre ajudou a fundar a primeira instituição de ensino infantil da cidade, para crianças de três a seis anos, financiada pela Ação Social, localizada no prédio da Paróquia da Igreja Católica à Rua Dom José Vicente Távora, bairro Centro (não localizamos documentos que ajudassem a identificar o nome da instituição). A ex-professora da instituição, Maria Adenilde de Melo Oliveira, relatou em entrevista não recordar se a escolinha tinha nome ou CNPJ. A escola atendia às crianças da classe média e rica da cidade. Funcionou de 1976 até meados de 1977, quando Tia Lourdes criou a Escola Nossa Senhora de Lourdes, de ensino particular, com educação infantil, e as crianças da “escola do Padre” migraram para a nova escola (Maria Adenilde de Melo Oliveira, 2018).

Com a saída das crianças da escolinha, Pe. Grégoire foi em busca do governo federal, para conhecer o Projeto Casulo, criado em 1977, vinculado à Legião Brasileira de Assistência Social, que atendia a crianças de zero a seis anos de idade e tinha a intenção de proporcionar assistência educacional, assistencial e

na saúde para crianças carentes com creches e ensino pré-escolar. Por meio do Projeto Casulo foi criado o primeiro e único jardim de infância da cidade, o “Pequeno Príncipe”. O Jardim foi instalado inicialmente no prédio da Paróquia da Rua Dom José Vicente Távora e atendia a crianças de três a seis anos (critérios de seleção dos beneficiários estabelecidos pela Febem<sup>26</sup>), funcionava oito horas por dia, com um mês de férias por ano. As crianças recebiam diariamente almoço completo e merendas. Além disso, fardas, materiais didáticos e remédios (RELATÓRIOS DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1977 - 1978). O Jardim de Infância funcionou pela Ação Social de 1977 até 1992, quando passou a pertencer à rede estadual de ensino.

Ainda em parceria com a LBA, foi implantada outra ação do Projeto Casulo em 1978, por meio da Ação Social, a Creche Sorriso da Criança. Esta atendia crianças de um mês a dois anos de idade. A creche funcionava dez horas por dia, sem nenhum período de férias. Possuía programa de atividade para as mães pobres, viúvas, abandonadas e solteiras, obrigadas a trabalhar e sem ninguém para cuidar das crianças (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1978).

Em 20 de março de 1979, de acordo com o termo de compromisso entre a Paróquia de Nossa Senhora da Glória, a Oxford Committee for Famine Relief (Oxfan) e a Congregação Redentorista Nordestina, Pe. Grégoire e o Pe. Michel ajudaram a implantar o projeto “Comunidade de Construção de Casas Populares”, por intermédio do qual foram construídas casas para as famílias da Vila São Clemente, em Nossa Senhora da Glória.

Segundo Relatórios de Ações da Ação Social, de 1978, localizados no arquivo pessoal do Padre, por meio da Ação Social foram criadas seis escolas de corte e costura, de ensino gratuito, que atendiam a 96 mulheres, sem nenhum convênio. As escolas funcionavam em dois regimes: quatro horas por dia, em cinco dias por semana, durante nove meses; ou, três dias por semana durante um mês. Além das atividades de corte e costura, era feito um trabalho de esclarecimento e

---

<sup>26</sup> Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, instituição estadual, foi criada durante o governo militar, incentivada pela Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão responsável por criar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM). Assim, na década de 1970 a Funabem desencadeou um processo de sensibilização dos governos estaduais para criação das unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

conscientização das mulheres, com palestras educativas sobre: higiene, alimentação, primeiros socorros, puericultura, planejamento familiar e natalidade.

Por intermédio da Ação Social foi criado o Centro Pastoral de Saúde São Camilo Lelles, com o objetivo de produzir alimentos alternativos e remédios naturais para distribuir à população pobre. Também foram criados seis ambulatórios de saúde nos povoados do município, com a prestação de atendimento gratuito de: curativos, injeções, remédios básicos, vacinação, acompanhamento de grávidas e o acompanhamento do crescimento das criancinhas, além de reuniões educativas, sob a responsabilidade da enfermeira belga Brigitte Delcroix Oliveira (SANTANA, 2002).

Em 1985, foi criado o “Lar Coração de Jesus”, mais conhecido como “Asilo do Padre”, pela Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, localizado no prédio do antigo Hospital Coração de Jesus. A necessidade de criação de um asilo surgiu devido ao número de idosos carentes, doentes, especialmente com deficiência, abandonados e negligenciados no município. O Asilo Lar Coração de Jesus funcionou no mesmo local e sob responsabilidade da Paróquia até o ano de 2018 (HISTÓRIA DO ASILO/IDOSO, s/d).

Foi fundado por meio da Ação Social o projeto “Campanha de Arborização e Hortas”, no qual havia o preparo e distribuição de mudas de árvores para serem doadas e plantadas por toda a cidade pelos moradores (RELATÓRIO DAS AÇÕES DA AÇÃO SOCIAL, 1986).

Também foi criada uma Pastoral Carcerária para o presídio de Nossa Senhora da Glória, em 1986, e o orfanato São Vicente de Paula, que atendia a crianças abandonadas da região (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Na década de 1990, foi criada, na Vila São Clemente, em Nossa Senhora da Glória, uma padaria comunitária, que teve o apoio do então deputado Gilmar Carvalho, Antônio Passos e Ulisses Andrade. A padaria foi criada devido ao número de crianças que não tinham alimentação, escola ou creche na Vila São Clemente (Robervaldo Alves Cruz, 2018).

A escola localizada no Bairro Independência Cohab, Escola Municipal Antônio Francisco dos Santos, foi resultado de uma solicitação de Pe. Grégoire a partir do Projeto Campo Verde. Ocasão em que foi firmada uma parceria com o governo do Estado, nessa Pe. Grégoire se comprometeu a fazer uma igreja no bairro por intermédio da Ação Social da Paróquia e o estado faria uma escola para atender a

comunidade. Depois de construída, a escola foi cedida à rede municipal de ensino de Nossa Senhora da Glória (Robervaldo Alves Cruz, 2018).

Diante do grande número de crianças órfãs o Padre desenvolveu, em parceria com o poder público e a Igreja Católica, o trabalho de adoção de crianças abandonadas.

Pe. Grégoire tirou muita gente da marginalidade, principalmente quando se trata de adoção de crianças por casais estrangeiros. Foram mais de 200 crianças que deixaram o solo brasileiro e passaram a morar no continente europeu, principalmente na Bélgica. Geralmente essas crianças eram filhas de prostitutas ou até mesmo casais paupérrimos que faziam doação ao Padre. Tudo antes tinha todo um preparo. Existiam famílias em Glória que ficava cuidando das crianças, ou seja, no preparo, assim como também, toda documentação perante a justiça brasileira. Atualmente o Pe. Grégoire recebe correspondências da Europa com notícias dessas crianças, que hoje muitas delas já adultas, quando retornam ao Brasil para conhecer os seus parentes. Caso não desmerecedor é o de Nicência, que fora adotada juntamente com seus dois irmãos por um casal de franceses, cuja a mãe era prostituta e com problemas de esquizofrenia. (SANTANA, 2008, p. 64).

Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e mudanças da legislação brasileira para adoção de crianças, Pe. Grégoire criou outro projeto social “Adoção à distância”. Este objetivava conseguir pais adotivos de forma simbólica para crianças carentes e eles tinham o compromisso de doar roupas, material escolar e donativos para as crianças que adotavam (RELATÓRIO DAS AÇÕES DA AÇÃO SOCIAL, 1990).

Outro projeto desenvolvido pela Ação Social da Paróquia do Pe. Grégoire foi o “Criança Cidadã”, em 1997, por meio de convênio com a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA). Este tinha como objetivo retirar crianças e os adolescentes que estavam em risco social da rua. O projeto chegou a atender 312 crianças e adolescentes, de sete a 17 anos de idade (RELATÓRIO DAS AÇÕES DA AÇÃO SOCIAL, 1997).

O Pe. Grégoire criou o projeto Sopão Comunitário. Este atendia a família das crianças carentes que estudavam no Jardim de Infância Pequeno Príncipe, numa parceria com a Pastoral da Criança. Ao lado do prédio do Jardim de Infância, ele recebia as pessoas cadastradas no projeto e distribuía sopa, inicialmente o Sopão acontecia durante dois dias à tarde, na semana, posteriormente passou a acontecer

em um dia. Os integrantes da Carismática e a equipe de profissionais do Jardim faziam a sopa, pois não havia condições de contratar pessoas, as despesas com a sopa eram com os alimentos (Robervaldo Alves Cruz, 2018).

Em 1998, a Ação Social da Paróquia, na pessoa do Pe. Grégoire, assumiu o Centro de Doenças Mentais Luz do Sol, fundado pelo psiquiatra Messias Cordeiro. A instituição atendia 76 pessoas com deficiência mental, recebendo atendimento ambulatorial e participando de atividades de terapias grupais e ocupacionais: arte, música, cerâmica e papel (RELATÓRIO DAS AÇÕES DA AÇÃO SOCIAL, 1998).

Para tanto, de acordo com documentos escritos, como convênios localizados no arquivo pessoal do Pe. Grégoire, verifica-se que para realização de tais ações o Padre captou recursos e firmou parcerias: no Brasil, por meio de convênios com governo federal (LBA, Ministério da Saúde, Funabem), estadual (Febem, Secretaria Estadual de Educação, Ação Social e Saúde) e municipal (Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Ação Social e Administração); verbas parlamentares de deputados e senadores (a exemplo de João Alves Filho, Maria do Carmo do Nascimento Alves, Ulisses Andrade e Antônio Passos); convênios com instituições internacionais<sup>27</sup> (Entraide et Mission); doações de pessoas físicas (a exemplo da sua ex-professora belga Pauline); como também uso de recursos da sua família para o desenvolvimento de projetos sociais no território do Alto Sertão. Como exemplo de convênios feitos pelo Padre foi localizado no seu arquivo pessoal um Convênio de Cooperação Técnica com a LBA<sup>28</sup>.

Outro documento encontrado no arquivo pessoal de Pe. Grégoire foi uma agenda permanente, nela havia registro de instituições e organismos internacionais<sup>29</sup> (nome, endereço, telefone e responsável). Esse documento sugeriu as articulações feitas pelo Pe. Grégoire para trazer para a região projetos, programas e serviços internacionais que pudessem contribuir para o desenvolvimento local.

Todavia, o conhecimento técnico adquirido pelo Padre foi fundamental para realização desses projetos. Isto é, as exigências técnicas das instituições para o desenvolvimento dos projetos sociais estavam além da condição de “boa vontade”, era necessário o conhecimento técnico para identificar as potencialidades e

---

<sup>27</sup> Ver apêndice 1.

<sup>28</sup> Ver anexo 2.

<sup>29</sup> Ver anexo 1.

dificuldades locais/regionais, bem como atender às formalidades técnicas e jurídicas que os processos careciam.

Neste aspecto, localizamos, no arquivo pessoal de Pe. Gregório, uma carta resposta endereçada a ele, de sacerdotes redentoristas de Salvador, nela eles enfatizavam ter avaliado a ata de criação da Ação Social de Nossa Senhora da Glória e sugeriram a inscrição da Instituição no Cadastro Geral de Contribuintes como instituição filantrópica, seria uma condição para inscrição e participação da Ação Social na implementação de programas e serviços governamentais.

Também foram encontrados, no arquivo pessoal do Pe. Grégoire, projetos sociais<sup>30</sup> elaborados por ele. Estes apresentavam características técnicas, as instituições que Pe. Grégoire buscou para formar parcerias estabeleciam critérios para constituição dos convênios. Como exemplo verificamos o documento da Legião Brasileira de Assistência Social<sup>31</sup>, que exigia o envio de projetos sociais ao Ministério da Previdência Social, com todos os elementos necessários para constituição de um projeto, como: identificação da instituição, caracterização do problema e justificativa, objetivos geral e específicos, metas, localização, plano de aplicação do projeto, recursos disponíveis da instituição executora e cronograma.

Havia outras exigências, como podemos verificar, por exemplo, no documento que trata dos critérios para firmar convênio com a LBA<sup>32</sup>. Era necessário a instituição executora apresentar: Cadastro Geral de Contribuintes (CGC)<sup>33</sup>, registro no Conselho Nacional de Serviço Social, Certidões negativas da instituição proponente. Além disso, no Cadastro Geral de Contribuintes a instituição proponente deveria estar inscrita com a natureza “instituição para fins filantrópicos”. Como corrobora Rosemberg (1996, p. 6), para que pudesse acontecer, o repasse de dinheiro da LBA “às instituições e prefeituras foi vinculado ao cumprimento de requisitos operacionais”.

Ainda de acordo com a fonte, Documentação necessária para firmar Convênio com o Projeto Casulo<sup>34</sup>, após assinatura do convênio havia outras requisições, como a obrigatoriedade do envio de relatórios técnicos mensais ou trimestrais das ações

---

<sup>30</sup> Os projetos são partes integrantes de um planejamento realizado por uma instituição, seja do setor público, privado ou filantrópico, como estratégia que possibilita a população ter acesso a bens e serviços, de forma a efetivar direitos e promover a melhoria de vida.

<sup>31</sup> Ver anexo 3.

<sup>32</sup> Ver Anexo 4.

<sup>33</sup> Atual CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

<sup>34</sup> Ver anexo 5.

implementadas pela instituição e a relação dos beneficiários atendidos pelos projetos com os recursos recebidos pela LBA.

As práticas sociais desenvolvidas por Pe. Grégoire, a partir da Ação Social da Igreja Católica, tiveram diversos desdobramentos para Nossa Senhora da Glória e região, como o acesso a programas sociais do governo federal e estadual que chegavam às localidades por meio de instituições filantrópicas para atender a comunidade. Melhoramento da saúde do município, com pessoas tendo acesso à água tratada e saneamento. Acesso à educação, especialmente nível pré-escolar e técnico. Geração de trabalho e renda por intermédio de atividades rurais e de agropecuária.

Os projetos sociais objetivavam a melhoria de diversos aspectos de uma comunidade, mudando a realidade social existente, e foram iniciativas que potencializaram a cidadania e a consciência social do indivíduo. Eram assentados em um projeto maior da Igreja Católica, respaldado pelo Concílio do Vaticano II de contribuir com a instauração da democracia nos países pobres, para promoção do progresso social.

Os reflexos dos projetos sociais desenvolvidos por Pe. Grégoire, para a sociedade gloriense, projetaram mudanças significativas que contribuíram para a modernização da região e do estado de Sergipe.

No capítulo a seguir iremos tratar sobre a criança do Jardim de Infância Pequeno Príncipe e o seu desenvolvimento na cidade de Nossa Senhora da Glória.

### **3 O JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE: a literatura inspira a educação da criança no Sertão**

Certa vez, quando tinha seis anos, vi num livro sobre a Floresta Virgem, *Histórias vividas*”, uma impressionante gravura. Ela representava uma jibóia engolindo um animal (SAINT-EXUPÉRY, Antoine de, 1900-1944).

Pe. Grégoire encontrou no livro *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944), inspiração para o nome de uma instituição de ensino pré-escolar para crianças de três a seis anos de Nossa Senhora da Glória. O Padre materializou o trabalho de melhorar as condições de vida no Alto Sertão, permitindo o acesso de crianças carentes à educação, por meio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

Para adentrar nesta seção, tivemos como suporte as orientações de Justino de Magalhães (2004), Kuhlmann Júnior (1998), Rosemberg (1992), fontes documentais, lista de estudantes, relatórios da Ação social, cadernos de ex-alunos, livro infantil, ofícios da Ação Social e fontes orais de ex-diretora, de ex-secretários, de ex-professora e de ex-alunos, que contribuíram para analisar e compreender o processo histórico da formação do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Buscamos nas evidências e indícios materializar a origem, e o desenvolvimento da primeira instituição de educação infantil de Nossa Senhora da Glória.

De acordo com Justino de Magalhães (2004, p. 134), para compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição é necessário integrá-la de forma interativa ao sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, compreendendo seus impactos na evolução de uma comunidade, de uma região, de um território, de públicos e zonas de influência. Com este olhar, procuramos historiar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe e compreender o papel e a função social da instituição no desenvolvimento da comunidade gloriense.

Ao adentrar neste espaço, analisamos o Jardim Infância Pequeno Príncipe como uma instituição de ensino pré-escolar, considerando que durante os anos de 1978 a 1992 foi um equipamento social da Legião Brasileira de Assistência Social do Governo Federal, em parceria com a Ação Social de Nossa Senhora da Glória, representada pelo Pe. Léon Lambert Joseph Grégoire, que oferecia serviços de

educação, saúde e assistência social, para crianças de três a seis anos, por meio do Projeto Casulo.

Nesta perspectiva, foi almejado trazeremos à cena a história da educação infantil para crianças, em um momento particular, envolvido em um contexto nacional, contribuindo com a tarefa de olhar o passado e pensar o presente, não apenas da educação, mas de toda a comunidade de Nossa Senhora da Glória.

Pesavento (2008) destaca o processo de historiar como sendo o acesso ao tempo passado, por intermédio de registros e sinais, que são representações do acontecido e, por meio do olhar do pesquisador, constituem fontes para a pesquisa, fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta para ser desvelada, mas que a partir do trabalho do pesquisador compõem uma narrativa que constitui a leitura do passado.

Ancorados em tal premissa, acessamos as fontes históricas para desvendar a genealogia do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Para isso, foi necessário compreender a expansão da educação infantil no Brasil, que se caracterizou inicialmente com a abertura do sistema educacional para o ensino pré-escolar.

O projeto nacional de expansão da educação infantil pode ser compreendido como processo e resultado de iniciativas nacionais e internacionais para criação e expansão do ensino para os infantes. Processo que se destaca nos anos de 1960 no Brasil por meio do Departamento Nacional da Criança (DNCr)<sup>35</sup>, sob a influência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (ROSEMBERG, 1996).

Dentre as recomendações do Unicef e da Unesco no âmbito setorial de políticas para a infância, Rosemberg (1996) destaca que

[..] faz-se agora mister complementar atenção familiar com serviços de creches e educação pré-escolar e, de outro, sugeriu-se que melhor seria prestar assistência financeira para que a família mantivesse o filho no lar e que, na área rural, fosse dada maior ênfase aos programas de informação e ajuda aos membros da família, principalmente às mães (ROSEMBERG, 1996, p. 3).

O DNCr foi responsável por apresentar o diagnóstico sobre a educação pré-escolar no Brasil e elaborar o Plano de Assistência Pré-escolar de 1967. O Plano

---

<sup>35</sup> Este departamento foi criado em 1940, junto ao Ministério da Educação e Saúde para ser o órgão responsável pela coordenação de todas as atividades relativas à proteção, à infância, à maternidade e à adolescência (ROSEMBERG, 1996, p. 3).

especificava que se tratava de uma política de assistência ao pré-escolar, prevendo três tipos de intervenções: estruturais e permanentes (criação de escolas maternas e jardins de infância e aperfeiçoamento de recursos humanos); a curto prazo (criação de Centros de Recreação destinados ao atendimento, a baixo custo, de pré-escolares); de alternativo (não convencional, informal em oposição à educação tradicional, institucional e formal).

Logo, a intervenção alternativa toma o lugar da proposta inicial elaborada pelo DCNr no Plano de Assistência Pré-escolar:

o ideal seria fomentar-se, desde já, a implantação de Escolas Maternas e Jardins de Infância, como instituições capazes de promover o atendimento integral e harmonioso da criança, mas ante a carência de recursos materiais e de pessoal, acreditamos que a solução intermediária oferecida, além de ser realizada sem maiores ônus [...] (DCNr, 1967 apud ROSEMBERG, 1996, p. 4).

A proposta intermediária foi a criação de Centros de recreação que bastavam ter as seguintes características:

[...] unidades simples, em forma de galpão, abrigadas pelas igrejas (por serem, de acordo com o DNCr, entidades de maior difusão nacional) visando atender as necessidades físicas e psicossociais dos pré-escolares 'evitando-se-lhe fiquem abandonados, ou semi-abandonados'. O pessoal para trabalhar nestes centros 'sendo o mínimo indispensável, recrutado entre pessoas de boa vontade, à base do voluntariado, reservando-se o pagamento para alguns técnicos necessários à supervisão e coordenação dos serviços cujos encargos seriam de maior responsabilidade'. (ROSEMBERG, 1996, p. 4).

O Plano de Assistência Pré-escolar também não previa recursos financeiros para realização das ações, indicava que organizações intergovernamentais, a exemplo de Unicef e Unesco, seriam parceiras no financiamento dos serviços. Órgãos do governo como Ministério da Saúde, Ministério da Educação, LBA, DNCr, DNS, estados e municípios iriam colaborar com recursos alimentares, atividades recreativas e de prevenção de doenças.

Em 1975, o Ministério da Educação lança o programa Educação Pré-escolar: uma nova perspectiva nacional, elaborado pelo setor de educação pré-escolar do MEC. O Programa acatou também as recomendações do Unicef e da Unesco, que previam o oferecimento de educação, nutrição e saúde de forma integrada para

crianças pequenas; uso de espaços físicos disponíveis na comunidade; a família e a comunidade fariam parte da educação escolar. Também não deixava claro a questão orçamentária, pois tratava apenas do fundo do MEC e da Assistência Social. Assim, o programa do MEC ficou na proposta e em 1977 a LBA retoma o programa e lança o Projeto Casulo.

Apesar de ter formulado um programa nacional de educação pré-escolar de massa, não foi o MEC que conseguiu implantá-lo na década de 70, mas sim a LBA, através do Projeto Casulo. Lançado em 1977, o projeto rapidamente se expandiu, ultrapassando a meta de atender 70 mil crianças no ano de implantação. Apesar de autodenominar-se Creche Casulo, o modelo mais se aproxima da pré-escola, pois oferece vagas predominantemente em meio período (quatro horas), principalmente para crianças a partir dos 4 anos. (ROSEMBERG, 1996, p. 6).

A LBA desenvolvia o Projeto Casulo de forma indireta, repassando recursos a instituições particulares, filantrópicas e prefeituras. Além disso, dispunha de verbas, que eram repassadas a partir do cumprimento dos critérios operacionais, dispondo ainda de quadros técnicos para atuar nas localidades. O Projeto de Creches da LBA foi um programa de âmbito nacional, que funcionou por meio de convênios, destinado às famílias pobres, cujas jornadas diárias eram de quatro a oito horas. Utilizavam-se de espaços simples, desenvolvia um trabalho preventivo e compensatório de serviços infantis (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1995).

No contexto de investigação, em Nossa Senhora da Glória destaca-se o papel da LBA no âmbito do atendimento à criança pequena, pois foi a partir dos recursos disponibilizados por este órgão que foi criado e mantido o primeiro jardim de infância no município. O processo de criação do ensino pré-escolar na cidade foi iniciado com a fundação de uma instituição de ensino pré-escolar em 1976, por iniciativa do Pe. Grégoire e Avelan Carlos Cruz<sup>36</sup>. Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), a primeira professora da instituição, “a escolinha<sup>37</sup> surgiu quanto à dificuldade que não existia educação infantil em Glória. Então, o Padre juntamente com Avelan Carlos Cruz teve essa ideia de colocar um jardim de infância que atendesse às crianças”.

---

<sup>36</sup> Membro do Rotary Clube e da Ação Social da cidade.

<sup>37</sup> Considerando que as fontes analisadas não nos deram vestígios sobre o nome da primeira instituição de ensino infantil criada pela Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, na dissertação nos referimos a ela, assim como a ex-professora Maria Adenilde Melo Oliveira, como “escolinha”.

A Escolinha foi criada pela Ação Social da Igreja Católica, registrada como instituição filantrópica. A esposa de Avelan Carlos Cruz, Rivanda Carlos Cruz, foi nomeada diretora e, “por outro lado, Maria Adenilde Melo Oliveira assumiu a função de professora”. De acordo com o relato da ex-diretora, Maria Adenilde Melo Oliveira,

a Escolinha começou a funcionar no mês de março de 1976, em um salão da Paróquia, esse tinha quatro salas e uma cozinha. A primeira turma era formada por mais de 30 alunos. Todavia, não lembro se tinha nome. A fardinha deles era um shortinho vermelho e a camiseta branca, não tinha o nome de Jardim, era outro nome, eu não lembro se tinha nome, porque só era uma salinha. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

A respeito da lembrança das crianças pequenas que estudavam na escolinha, a ex-professora da instituição assim destacou:

na primeira turma, eu lembro, de alguns alunos: Jefferson; André; Luciana; Cleobinho; Eubinho; Elisângela; Heloína; o irmão de Bebeta. Olhe! Serginho foi meu aluno, mas depois que Tia Lourdes começou ele saiu, aí ele não estudou o ano todo. Jefferson; Alessandro; André e Silvio (filhos de Leonda, eram os galeguinhos bem lindos, me davam muito trabalho). O filho do primeiro gerente do Banese que era de Porto da Folha; o filho de Ademildes; Marcos que trabalhava na Emdagro; o filho de Socorro Paiva; Carlos Augusto (Carlinhos) sobrinho de seu Valdemar (que era auditor fiscal da exatoria). (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Fotografia 15 – Ex-professora Maria Adenilde Melo Oliveira e alunos da Escolinha (1976)



Fonte: Arquivo Pessoal Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018.

Para o desenvolvimento dos trabalhos na instituição, a pedido da professora Maria Adenilde de Melo Oliveira, foi contratada uma auxiliar de sala, a filha de Zé de Paquinha. A professora e a auxiliar cuidavam da limpeza da Escolinha e, como não havia cozinha, nem merendeira, as crianças traziam o lanche de casa.

Nessa época só tinha eu na sala e ajudante, a gente limpava e os alunos levavam a merenda, não tinha merenda, eles levavam. Então, lá não se cozinhava não tinha cozinheira, não tinha faxineira, entendeu! Era eu que limpava junto com a ajudante. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

A instituição tinha como mantenedora a Ação Social, uma vez que era mantida com as doações da comunidade local, sendo a professora e a auxiliar de sala de aula remuneradas pela Ação Social da Paróquia. De acordo com Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), “nesse momento, eu era remunerada pela Ação Social, a partir de 1977”.

O currículo da instituição era composto por várias atividades voltadas para a educação da infância: cantos, oração, pinturas, brincadeira de roda e várias leituras. Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira,

as atividades eram voltadas para educação e não para o ensino de religião. Rivanda, a coordenadora, preparava as atividades porque eu não poderia preparar durante as aulas, tinha um mimeógrafo e a gente rodava e passava as tarefas para os meninos. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

No segundo semestre de 1978, Maria de Lourdes de Sousa, conhecida por Tia Lourdes, criou em Nossa Senhora da Glória uma instituição de ensino particular, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com ensino pré-escolar, primário e ginásio. A abertura da “Escolinha de Tia Lourdes<sup>38</sup>” esvaziou a Escolinha de educação infantil da Paróquia, pois as crianças que estudavam pela Ação Social migraram para a nova escola.

Quando Tia Lourdes criou a escolinha saiu todo mundo, porque eles podiam pagar, né! Os pais dessas crianças trabalhavam no Banco do Brasil, no Banese, na Emdagro, nessa época era a comunidade de Glória que tinha um poder aquisitivo maior. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

---

<sup>38</sup> É assim que a comunidade local se referia à Escola Nossa Senhora de Lourdes.

Assim, o primeiro projeto de fundação de uma instituição de ensino infantil criado por Pe. Grégoire e Avelan Cruz não obteve êxito. Isso em razão da falta de apoio financeiro, material e humano que garantisse o desenvolvimento da instituição. Não era função do Padre e nem da Igreja Católica fundar instituições e desenvolver a educação para crianças, de acordo com a legislação da época, que determinava ser atribuição do sistema privado e do município. Todavia, Pe. Grégoire, diante do cenário social carente encontrado e da falta de promoção da educação pré-escolar pelo serviço público, articulou ações para o acesso e permanência ao ensino infantil das crianças pequenas.

Com base na fonte oral, podemos perceber que o primeiro projeto de fundação de uma instituição de ensino pré-escolar no município não obteve êxito. Entre os motivos, destacamos a estrutura física e pedagógica, que era oferecida a famílias quem podiam pagar pela educação dos filhos, pois migraram as crianças para uma instituição de ensino particular, que oferecia uma melhor estrutura, deixando a Escolinha da Ação Social.

No entanto, consideramos que a Escolinha foi o “pontapé” para a implementação da educação pré-escolar em Nossa Senhora da Glória, bem como para que Pe. Grégoire reformulasse a sua concepção sobre o oferecimento de ensino infantil voltado para crianças pequenas e conseguisse formar parcerias, a exemplo da LBA e Funabem, para, em 1978, instalar o primeiro jardim de infância do município, o Pequeno Príncipe, atendendo a crianças pequenas carentes, como veremos no item a seguir.

### **3.1 Projeto CASULO: materialização do ensino pré-escolar para crianças carentes**

Pe. Grégoire atuou em diversos projetos sociais durante a sua estadia em Propriá e em Nossa Senhora da Glória, numa prática conjunta com outros sacerdotes, instituições governamentais, intergovernamentais, pessoas físicas e jurídicas. Alguns desses projetos foram criados por convênios, com foi o caso do Clube de Mães<sup>39</sup>, projeto nacional da Legião Brasileira de Assistência Social. Em

---

<sup>39</sup> Essa foi uma das primeiras ações do Unicef com o Departamento Nacional da Criança (DNCr). O DNCr foi criado em 1940 junto ao Ministério da Educação e Saúde para ser o “supremo órgão de

Nossa Senhora da Glória, Pe. Grégoire deu continuidade a esta prática, o que fez dele um agente social, especialmente da educação.

Durante o desenvolvimento do projeto social para a concessão de filtros de barro, o Padre começou a visitar várias famílias do município, distribuindo filtros de barro para as pessoas que não tinham acesso à água potável. Nas visitas às famílias, ele observou o elevado número de crianças pequenas fora da escola, com diversos problemas de saúde, realidade que o levou a refletir sobre a necessidade do desenvolvimento da educação pré-escolar no município.

Para Doralice Azevedo da Silva (2018), ex-funcionária do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, a proposta de educação pré-escolar do Padre, direcionada às crianças pequenas pobres, teve início no desenvolvimento do projeto de filtros de barro, que o fez perceber que as crianças estavam fora do sistema escolar.

Havia uma grande necessidade, na época, em decorrência da ausência dos órgãos públicos na assistência às pessoas carentes. E partindo desse pressuposto, que sua busca incessante em melhorar a vida das pessoas em seu entorno só era possível por meio da educação. Ele insistia na construção de um espaço onde as crianças pudessem ter suas vidas transformadas e, a partir dessa transformação, mudar de vida e ajudar a sua comunidade. (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Neste aspecto, em 1976, ocorria no território brasileiro a difusão do programa Educação Pré-escolar: uma nova perspectiva nacional, criado pelo setor de Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação (MEC)<sup>40</sup>, vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental. O programa era orientado pelas recomendações do Unicef e da Unesco, a saber: educação, nutrição e saúde deveriam ser promovidas de forma integrada; utilização de espaços físicos disponíveis na comunidade; a família e a comunidade deveriam ser trazidas a participar efetivamente das atividades de educação pré-escolar, para entender a importância da pré-escola e o barateamento dos programas; e os meios de comunicação deveriam ser um instrumento para atingir comunidades distantes das escolas (ROSEMBERG, 1992).

---

coordenação de todas as atividades relativas à proteção à infância, à maternidade e à adolescência” (ROSEMBERG, 1992, p. 23).

<sup>40</sup> O Ministério foi fundado em 1930, pelo decreto de nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, sendo denominado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo ex-presidente Getúlio Vargas.

Destarte, o MEC definiu como áreas prioritárias, para o desenvolvimento do Programa Educação Pré-escolar, periferias das cidades com mais de 20 mil habitantes e comunidades com taxas de mortalidade infantil elevadas. O programa do MEC estava assentado no plano do DNCr, que era responsável por assegurar o ensino da pré-escola sob a responsabilidade da sociedade e da família.

Conforme o II Plano Setorial de Educação e Cultura (Psec) (1975 – 1979), os recursos orçamentários para a pré-escola eram destinados para ações de apoio, de compensação das carências das populações pobres visando a sua inserção na escola formal. Prestando atendimento à população das zonas urbanas marginais, assegurando adaptação sociopedagógica do educando ao ensino regular (ROSEMBERG, 1992).

O Programa Educação Pré-Escolar do MEC, até 1977, não havia sido implantado. A LBA queria lançar uma proposta de atendimento assistencial em creches para crianças pequenas. Em acordo com o MEC foi lançado, durante o governo do então Presidente Geisel, o Projeto Casulo. A LBA, que havia sido criada em 1942 para prestar serviços de proteção à maternidade e à infância às famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial, em 1946, tornou-se órgão de consulta do Estado, passando a atuar nos cuidados à maternidade, à infância e à juventude, criando serviços no território nacional para este público pobre (KRAMER, 1987).

Com o Decreto Lei nº 593, de maio de 1967, do Governo Federal, a Legião Brasileira de Assistência Social se tornou uma fundação vinculada ao Ministério da Previdência Social. Com o Decreto nº 74.000, de 1º de maio de 1974, essa instituição passou a integrar o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, de acordo com a Lei de nº 6.439, de 1977, considerada a primeira instituição de Assistência Social em âmbito nacional, sendo o Projeto Casulo o seu principal projeto (KRAMER, 1987 apud CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 1995).

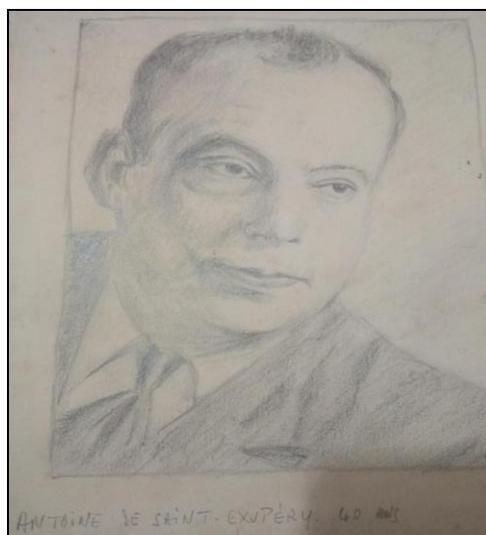
Atuando de forma indireta, repassando recursos a instituições privadas e prefeituras, a LBA conseguiu, então implantar o programa nacional antes do MEC. Além, de o projeto dispor de verbas para sua implantação, o repasse de dinheiro às instituições e prefeituras foi vinculado ao cumprimento de requisitos operacionais e a LBA dispunha de quadros técnicos atuando em nível local, tendo experiência de trabalho com a comunidade em projetos de assistência. Não havia resistência a quebrar (ROSEMBERG, 1992, p. 26).

Sobre a escolha do nome da instituição educativa, relatou Maria Adenilde Melo Oliveira (2018):

na primeira turminha a escola não tinha nome. Aí quando foi em 1978, que começa a vir as crianças da periferia e o Padre já coloca o nome. Ele colocou o nome Jardim de Infância Pequeno Príncipe, porque tinha uma história do príncipe que ele achava linda, essa história. Aí! eu acho, ele pensou em colocar, ele achava linda a história, tá entendendo? Aí colocou até a roupinha do Pequeno Príncipe, que é era um menininho com a blusinha e um lencinho azul igual ao desenho do livro. Era lindo... ele fez a fardinha. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Esta informação foi confirmada por meio do relato de Doralice Azevedo da Silva (2018), que nos contou que Pe. Grégoire ganhou o livro, *O Pequeno Príncipe*, de um amigo sacerdote e ficou encantado pelo personagem. Por causa dessa história literária, o Padre decidiu colocar o nome da instituição de Jardim de Infância Pequeno Príncipe. É provável que tenha existido um encanto, por parte do sacerdote, pelo escritor francês Antoine de Saint-Exupéry e o livro *O Pequeno Príncipe*, considerando que a maior obra social articulada pelo Padre recebeu o nome do personagem principal da obra citada acima. Também localizamos, no arquivo pessoal de Pe. Grégoire, um desenho do autor do livro. Procuramos no seu arquivo pessoal o livro original, que deu o nome à instituição, todavia esse não foi localizado.

Figura 3 – Desenho do escritor Antoine de Saint-Exupéry (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

O convênio firmado pelo Pe. Grégoire com a LBA, em 29 de agosto de 1978, permitiu a continuidade do projeto de educação pré-escolar para crianças pequenas. Todavia, nesse momento, a instituição educativa passou a atender uma nova clientela beneficiada<sup>41</sup>, constituída de crianças oriundas de famílias carentes, residentes das áreas marginalizadas do município e com baixa nutrição.

Esta nova clientela, de acordo com a ex-funcionária da instituição Doralice Azevedo da Silva, tinha o seguinte perfil:

[...] pode-se constatar que os seus pais na maioria das vezes, eram separados, mães solteiras, de baixa renda e outros criados com os avôs. Carência em todos os seus aspectos moral, intelectual, físico e mental. Usuários de drogas lícitas e, em alguns casos, ilícitas. Uma grande parte não teve chances de frequentar a escola e, por isso, se configuram analfabetos. Quase sempre possuem estrutura familiar frágil. (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

De acordo com o primeiro convênio<sup>42</sup>, firmado entre a Fundação Brasileira de Assistência e a Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, representado pelo Pe. Grégoire, o objetivo do instrumento legal foi “prestar uma melhor assistência pré-escolar, através do Jardim de Infância”. A LBA ficou responsável por repassar o valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o desenvolvimento de atividades e assistência técnica durante o prazo de cumprimento do convênio.

Coube à Ação Social as seguintes obrigações: acompanhar a execução do projeto e zelar pelo seu cumprimento; aplicar adequadamente os recursos; aceitar as orientações técnicas da LBA para aprimoramento das suas atividades assistenciais, permitindo visitas de inspeção de técnicos credenciados pela LBA; não aplicar o recurso recebido em locação de prédios e pagamentos de pessoal; apresentar trimestralmente à LBA relatório de suas atividades, de acordo com o convênio; prestar contas; utilizar placa fornecida pela LBA, alusiva à colaboração prestada; prestar assistência ao menor de quatro a seis anos; atender a clientela de 30 crianças.

O Convênio estabelecido pela LBA orientava a Ação Social a promover assistência educacional pré-escolar à criança carente de quatro a seis anos, não

---

<sup>41</sup> Termo utilizado pela LBA na década de 1970 e 1980, para designar o público-alvo em projetos sociais.

<sup>42</sup> Ver anexo 6.

ultrapassando por sala o número de 30 crianças. O perfil da clientela exigido denota os critérios estabelecidos internacionalmente pelo Unicef e Unesco, de promoção de assistência pré-escolar nos países de terceiro mundo, como uma forma de combater a pobreza e melhorar o desenvolvimento e a permanência dos estudantes no ensino primário. Critérios seguidos pelo MEC, na criação do programa nacional de educação pré-escolar.

Em entrevista realizada com Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), ela acentua que foi feita uma pesquisa na periferia da cidade. O Padre saía com as funcionárias, Maria Cristina de Jesus e Isabel Bispo de Jesus, com fins de pesquisar/mapear as famílias pobres com crianças. Ao encontrar famílias com crianças de idade entre quatro a seis anos, que apresentavam sinais de desnutrição e fora da escola, ele as convidava para estudar na instituição. O Padre explicava, para as famílias das crianças, que na escola tinha alimentação e fardamento sem custo. Os responsáveis deveriam ir até a instituição, localizada à Rua Dom José Vicente Távora e esquina com a Rua Tobias Barreto, para efetuar a matrícula. E as crianças que não tinham registro civil de nascimento<sup>43</sup> deveriam apresentar carteira de vacinação, posteriormente a instituição auxiliava aos pais a fazerem o registro de nascimento dos filhos, cujas cópias eram enviadas à LBA.

Como os recursos da LBA não podiam ser utilizados para pagamento de pessoal humano, nem tampouco com estrutura predial, Pe. Grégoire manteve o Jardim de Infância funcionando no prédio da Paróquia da cidade e procurou o então prefeito, José Elon Oliveira, para firmar um novo convênio com o objetivo de contratar professoras e diretora para trabalhar no Jardim de Infância.

---

<sup>43</sup> Na década de 1970 muitas crianças não possuíam Certidão de Nascimento. Um dos trabalhos realizados pela política de Assistências Social no Brasil é o acesso a este registro, importante para acesso aos benefícios do governo; realização de matrícula escolar; controle dos dados da criança, nome, filiação, data de nascimento; combate ao tráfico de crianças.

Fotografia 16 – Fachada do prédio da Paróquia onde funcionou o Jardim de Infância Pequeno Príncipe (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), com abertura de matrículas, aumentou o número de crianças estudando no “Jardim do Padre”. Foi necessário solicitar à prefeitura novos funcionários para o Pequeno Príncipe. Assim, a prefeitura contratou como diretora a senhora Idelma Oliveira e, além de Maria Adenilde Melo Oliveira, mais duas professoras: Celita Oliveira e Josabete Oliveira Lima.

As atividades escolares da instituição iniciaram no segundo semestre do ano letivo, com seis turmas de estudantes, três pela manhã e três pela tarde; as professoras trabalhavam nos dois turnos. O horário das aulas era das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, no inverno as aulas do turno vespertino terminavam mais cedo, porque anoitecia mais rápido e era necessário levar as crianças para casa.

O prédio da paróquia onde funcionava o Jardim de Infância inicialmente tinha três salas. Com o aumento do número de alunos, fez-se necessário ampliar o espaço, o que se tornou possível devido a doações e recursos da Ação Social, com os quais o Padre comprou a casa vizinha à instituição, permitindo o aumento do número de salas.

Em 1979, de acordo com o Relatório de Atividades da Ação Social de Nossa Senhora da Glória, o Jardim de Infância atendeu a duas categorias de estudantes: 180 crianças pobres, acolhidas gratuitamente, quatro horas por dia, com um mês de férias por ano; 64 crianças menos pobres, pagando Cr\$ 100,00 mensalmente, atendidas durante quatro horas por dia, com três meses de férias por ano. Constituindo atendimento anual a 244 crianças.

Chama nossa atenção, no relatório, a informação sobre 64 crianças que pagavam para estudar na instituição, como nas informações da LBA constam que este serviço era gratuito, conjectura-se que essa foi uma das estratégias criadas pelo Padre para ajudar na manutenção da instituição e, também, para ampliar os serviços, no sentido de atender mais crianças que não tinham condições de pagar. Nesse ano havia na instituição oito turmas de crianças pequenas, fato que demandou a contratação de mais professoras. Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), foi necessária a contratação de novas professoras, sendo recrutadas as professoras Adilce Rosa dos Santos, Lizenilde<sup>44</sup> e Ivone Oliveira.

Nos dois anos de funcionamento do Jardim de Infância, foram atendidas crianças carentes, dos bairros periféricos da cidade. O Padre promovia alimentação de qualidade, vestuário e material didático para as crianças pequenas, porém os convênios não eram suficientes para manutenção da instituição. Com isso, o Pe. Grégoire continuou a captar recursos por meio da elaboração de projetos e doações de pessoas físicas e jurídicas no Brasil e na Bélgica, com o fim de implementar as atividades, na maioria das vezes os familiares do Padre enviavam da Bélgica dinheiro para ajudar na manutenção da instituição.

A respeito da capacitação das professoras para o trabalho com a educação pré-escolar, esta ação ficava sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do município. Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), eram coordenados cursos no início do ano, orientando o trabalho das professoras. A capacitação durava uma semana e, nessa ocasião, as professoras aprendiam a elaborar atividades, contar histórias e fazer apresentações com as crianças pequenas.

Em 1979, Pe. Grégoire renovou o convênio com a LBA. Dessa vez, no projeto enviado pela Ação Social para a Fundação Brasileira de Assistência, ele solicitava recursos para atender à clientela de 244 crianças. Com o objetivo de “[...] execução indireta de atividades atinentes à (às), Divisão ou Setor (res) de Serviço Social, de Educação para o Trabalho, do Serviço Jurídico e do Núcleo de Saúde e Nutrição [...]”. De acordo com o convênio celebrado entre a LBA e a Ação Social de 1979, a cooperação financeira da LBA foi orçada no valor de Cr\$ 756.000,00, para o custeio de serviço como material escolar e alimentação para as crianças.

---

<sup>44</sup> Não localizamos o nome completo da professora.

Em convênio celebrado em 24 de fevereiro de 1981, a Ação Social representada por Pe. Grégoire encaminhou mais um projeto para LBA, dessa vez solicitando a expansão do Projeto Casulo para atender mais 120 crianças, por quatro horas durante a semana. O valor da cooperação financeira somou Cr\$ 720.000,00. Foi renovado ainda, nessa data, outro convênio com a LBA, para atender 180 crianças em regime de quatro horas e 30 crianças em regime de oito horas. Esse convênio se referiu à cooperação financeira no valor de Cr\$ 1.440.000,00, sendo responsável pela execução deste a enfermeira belga Brigitte Anne Marie L. Delcroix.

Os dados extraídos dos documentos permitiram mensurar que a educação pré-escolar, que aconteceu em escala nacional por meio do Projeto Casulo, chegou a Nossa Senhora da Glória por intermédio da atitude articuladora de Pe. Grégorio. Pesquisadores como Rosemberg (2003) e Kramer (1987) destacaram, em seus estudos, o sucateamento do Projeto Casulo, com base nos princípios formulados para esta prática, ou seja: educação não formal, de baixo custo, com pouco investimento público e com o envolvimento da sociedade civil. Todavia, percebemos, de acordo com os documentos analisados, que o Padre, com o propósito de oferecer educação de qualidade, articulou-se, além da LBA, com outras instituições que permitiam garantir a manutenção dos serviços, dentre os quais destacamos: Igreja Católica e Prefeitura. A primeira concedia o espaço físico e, a segunda, o material humano.

De forma que a renovação dos convênios viabilizou o desenvolvimento e expansão da prestação da pré-escola para crianças pequenas pobres, além da prestação de assistência social e cuidados com saúde destinados às crianças carentes, filhos de viúvas e mães solteiras, mulheres que, segundo o Padre, “não tinham com quem deixar os filhos para trabalhar (Relatório da Ação Social, 1979).

Nas agendas pessoais de Pe. Grégoire de 1972 a 1992, foram encontradas diversas anotações pessoais, que tratavam das condições econômicas, sociais e políticas do país no campo da saúde, da previdência, da assistência, da educação, do trabalho e da política. Informações diárias retiradas de jornais que se referiam ao valor da inflação; preço do dólar; preço do combustível; valor da cesta básica; valor do salário mínimo; descoberta de vacinas e remédios; chegada de água encanada nas cidades; novas tecnologias sociais. Informações que contribuíam com o

conhecimento técnico e ao mesmo tempo, eram indicadores sociais que diziam acerca da qualidade de vida e das necessidades da população. Uma forma de diagnosticar as condições de vida da população brasileira, bem como comparar com a realidade local e, a partir das informações, criar estratégias de mudanças.

Em 29 de abril de 1983, Pe. Grégoire renovou o convênio do Projeto Casulo com a LBA, mais uma vez. O objetivo deste foi atender a 30 crianças de zero a três anos, em regime de oito horas diárias, e 300 crianças de quatro a seis anos, em regime de quatro horas. O valor da cooperação da LBA foi de Cr\$ 5.400.000,00. Todavia, os valores recebidos neste convênio não foram suficientes para compra de materiais para execução dos serviços. Conforme informam os recibos de gastos dos materiais do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, do exercício de 1983, a Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, mantenedora da instituição educativa, arcou com a diferença de Cr\$ 1.265,00 do valor da compra de material. O documento também permitiu compreender que grande parte dos materiais comprados para o Jardim eram medicamentos.

Foi possível de mensurar outro fato a partir do convênio de nº 0693, de 04 de abril de 1984, constituído entre LBA e Ação Social, que as ações do Jardim de Infância Pequeno Príncipe não estavam restritas ao ensino da pré-escola, como podemos verificar no trecho do convênio a seguir:

O objetivo do presente CONVÊNIO, com base no aprovado no processo LBA nº 22-10.653/83, é a renovação do Projeto Casulo, para atendimento integral de 400 crianças em regime de 4 horas e 30 crianças em regime de 8 horas, proporcionando lhes alimentação, recreação, cuidados psico-pedagógicos e médicos, odontológicos, assistência social abrangendo o Município de Nossa Senhora da Glória. (CONVÊNIO Nº 0693, 1984).

Os serviços psicopedagógico, médico, odontológico e assistência social eram prestados por técnicos da LBA, por meio da Secretaria de Estado de Ação Social, que duas vezes por ano enviava os profissionais às instituições que desenvolviam o Projeto Casulo. Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2019), “a equipe técnica visitava o Jardim de Infância duas vezes ao ano, não dava para fazer a avaliação com todas as crianças, então eles atendiam aqueles mais carentes, faziam avaliação das crianças e depois se reuniam com os professores”. Passadas as avaliações, as crianças com necessidade de acompanhamento eram encaminhadas

para as redes de atendimento do município. No processo da prestação desses serviços verificamos fragilidades no programa, dentre as quais destacamos: a quantidade de profissionais, descontinuidade do atendimento às crianças, qualidade do serviço e o atendimento não chegava a todas as crianças.

O documento de matrícula<sup>45</sup> do Jardim de Infância chama atenção, pois não trata especificamente de uma ficha de matrícula comum, versa sobre um documento que possui todos os aspectos de um prontuário técnico de serviços sociais de uma instituição socioassistencial. Tal documento denota que a LBA, mesmo prestando serviços de educação pré-escolar, mantinha os seus princípios de prestar assistência por meio de equipamentos sociais e serviços que garantissem a proteção a família em situação de pobreza. Logo, o prontuário carecia de informações essenciais que permitem mapear as situações de carência social e projetar ações de intervenção.

No cabeçalho do prontuário de matrícula do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, podemos verificar que esse era um modelo concedido pela LBA. No documento, destaca-se as informações referentes ao número da matrícula, da data da matrícula e do desligamento da criança. Dados que fazem menção ao desenvolvimento do programa e que auxiliavam na quantificação das crianças para execução das ações.

Na parte I do prontuário, eram solicitados dados de identificação da criança, que ajudavam na caracterização do perfil social da criança e da família. O que permite mensurar que o prontuário era uma ferramenta que auxiliava no trabalho profissional. Especialmente no registro sistemático, mapeamento das famílias e crianças em situação de vulnerabilidade econômica e social, às quais o Padre prestava serviço de educação, saúde e assistência social.

Na II parte do prontuário eram colhidos os aspectos sociais da criança: constituição familiar: nome, parente, sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, registro civil, instrução, ocupação, horas trabalhadas e salário; Recebimento de benefício da previdência social; se possuía casa própria, cedida, invadida ou alugada; tipo de construção da moradia, alvenaria, taipa, pau a pique, palha e tábua; número de cômodos da casa e se as crianças tinham quartos próprios ou dormiam com pais e irmãos; condições sanitárias, origem da água e iluminação. Tais

---

<sup>45</sup> Ver anexo 6.

informações eram primordiais para elaboração e estudo do perfil social e econômico das crianças e das famílias, conhecer suas necessidades e criar estratégias com vistas às problemáticas identificadas.

Com o reconhecimento das necessidades das famílias, era possível criar outros projetos sociais, que atendessem os responsáveis das famílias, como o curso de corte e costura oferecido às mães das crianças. Além disso, no âmbito da Assistência Social, esses dados eram importantes para reconhecer as situações de vulnerabilidade do território de abrangência do Jardim de Infância, alocação de repasse de recursos e impactos do projeto oferecido.

Na parte III do prontuário, solicitava-se informações do aspecto nutricional da criança, que provocava um impacto considerável nas refeições oferecidas na instituição. Dados relevantes para a garantia do crescimento saudável da criança e que tinham um grande impacto nas refeições oferecidas no Jardim de Infância. Pe. Grégoire pesquisava sobre alimentos que auxiliavam no processo de nutrição e crescimento das crianças, produzia os alimentos e ofertava na merenda das crianças. Encontramos, no seu arquivo pessoal, livros, apostilas, documentários da área da saúde e nutrição, que o Padre estudava, com o fim de produzir suplementos alimentares para as crianças com baixo peso e desnutrição.

Corroborando com esta informação, Doralice Azevedo da Silva (2018) relatou que o Padre preparava misturas de sementes; também lavava, secava e depois ralava casca de ovo, fazendo uma farinha que era adicionada pelas merendeiras na alimentação das crianças do Jardim de Infância que sofriam com desnutrição.

Na parte IV do prontuário, analisava-se a condição do lazer da família: aspecto fundamental para reconhecer as ofertas do município e os espaços sociais frequentados.

Na parte V eram avaliados os aspectos de saúde: condição de nascimento da criança, parto normal, cesárea, fórceps ou prematuro; local do parto, domicílio ou maternidade; condições do nascimento, peso ao nascer, comprimento e defeitos físicos; Crescimento e desenvolvimento, andou na idade normal ou atrasou, sentou na idade normal ou atrasou, falou na idade normal ou atrasou; alimentação, foi alimentado com leite materno ou não; doenças adquiridas, sarampo, coqueluche, catapora, ataques ou desmaio; imunização da criança, BCG, tríplice, sabin, anti-sarampo, anti-varíola; doenças graves na família, alcoolismo, tuberculose e ataque. Apesar dos convênios da LBA determinarem atendimento médico, essa avaliação

aconteciam apenas duas vezes por ano quando os técnicos da LBA vinham ao município. Todavia, de acordo com o relato da ex-professora da instituição, Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018), “o Padre não media esforço, quando a mãezinha vinha avisar que a criança estava doente ou quando ela faltava a aula, a gente avisava ao Padre e ele ia a casa da família, se fosse doença ele levava ao hospital e ainda comprava o remédio”.

Por certo, quando o atendimento não chegava pela LBA era feito por meio dos serviços municipais. O corpo de profissionais do Jardim de Infância criava estratégias para as crianças não abandonarem o ensino e quando um discente se ausentava, os profissionais se mobilizavam para saber o motivo, no sentido de garantir o seu retorno à sala de aula.

As informações solicitadas sobre o aspecto da saúde diziam sobre as condições de saúde das crianças e a preocupação de garantir o acompanhamento do desenvolvimento ponderal e cognitivo, diante dos problemas de saúde pública enfrentados pelos países de terceiro mundo e a necessidade de melhorar os índices de desenvolvimento humano. Além de entender se as crianças cumpriram as fases andar, falar e pensar, fundamentais para que tivessem o crescimento e desenvolvimento cognitivo saudáveis.

Deste modo, as informações requeridas denotam a condição de uma estrutura institucional na qual eram articuladas ações combinadas de educação, saúde e assistência, para atender às necessidades da criança e da família. De forma a fortalecer a comunidade local por meio da diminuição dos problemas sociais existentes e assistência quanto às necessidades específicas da região. Além disso, denotam que o Jardim de Infância era uma instituição de ensino que se caracterizava como um equipamento social da LBA.

De outro modo, o prontuário era uma exigência técnica da LBA para comprovação do desenvolvimento dos serviços pela instituição e, também, um instrumento que contribuía para o desenvolvimento técnico e operativo dos serviços, de forma a adequar as ações nacionais à realidade local, com o reconhecimento das necessidades da criança e a oferta dos serviços, na definição de responsabilidades e para o planejamento de ações. Esse documento era uma exigência técnica da LBA, com vistas ao controle e fiscalização do desenvolvimento do programa; acompanhamento e avaliação dos serviços e recursos e liberações de fundos para

as instituições. No próximo tópico, abordaremos o processo de expansão da instituição, a partir da criação de um novo espaço escolar.

### **3.2 As crianças carentes ganham um Jardim**

O projeto do Padre de ensino pré-escolar para crianças pequenas, da sua fundação em 1978 e que durou até 1984, teve grande expansão. A cada ano o número de crianças estudando no Jardim aumentava. No Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA em 11 de setembro de 1978, consta que o objetivo do projeto era prestar uma melhor assistência pré-escolar, por meio do Jardim de Infância para a clientela de 30 crianças, de quatro a seis anos de idade. Em 1979 havia 240 crianças na instituição. No ano de 1980, todavia, com base no Relatório de Atividades da Ação Social, o Jardim atendeu a 206 crianças carentes, de três a seis anos de idade.

Em 1981, a Ação Social renovou o convênio com a Legião Brasileira de Assistência Social, com o objetivo de atender a 180 crianças e celebrou um novo convênio de expansão do atendimento para mais 120 crianças. Seria prestada, pelo Jardim, assistência educacional e social a 300 crianças, todavia, conforme expõe o relatório de exercício da Ação Social de 1981, o número de crianças estudando no Pequeno Príncipe, naquele ano, somou 343, ou seja, 54 crianças além do número previsto.

O Relatório de Atividades da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória de 1982 informa que foram atendidas no Pequeno Príncipe 367 crianças consideradas carentes, conforme os critérios da Febem e da LBA, no turno de quatro horas por dia, com atividades didáticas apenas em período escolar. Quando chegavam as férias, a instituição atendia as crianças no período de duas horas por dia, para brincarem e receberem almoço. Já durante o período regular de aula, as crianças recebiam, além do almoço, uma merenda à base de leite. No Relatório foi assim registrado:

A subvenção recebida pelo MEC serve para o pagamento das funcionárias deste programa, sendo esse pagamento o problema mais crucial para a Entidade. Este programa funciona graças a quatro CONVÊNIOS:

1. Com a FEBEM: Convênio com Entidades Particulares – Per Cápita, para 70 crianças.

2. Com a FUNABEM: Material de Consumo e Projeto de Construção de uma CRECHE.
3. Com a Prefeitura Municipal – Setor de Educação: fornece uma parte das funcionárias.
4. Com a L.B.A. para Alimentação, o Vestuário, o Material Didático, os Remédios para 300 crianças (30 de 8 horas, 270 de 4 horas). (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1982).

O Convênio de número 1030, da LBA e Ação Social, celebrado em 29 de abril de 1983, tinha como objetivo atender, naquele ano, 300 crianças de quatro a seis anos. Por outro lado, o Convênio de número 0693, da LBA e Ação Social, de 04 de abril de 1984, tinha a finalidade de prestar atendimento integral a 400 crianças. Com o crescimento anual de crianças estudando na instituição, o prédio da Ação Social não comportava mais a quantidade de crianças, levando Pe. Grégoire a buscar novos apoios e recursos para construção de um novo espaço institucional para as crianças.

Segundo Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), “o Padre teve a ideia de comprar o terreno e fazer uma escola maior porque a procura era muito grande de alunos, aí ele comprou o terreno”. O terreno ficava num bairro afastado da sede, conhecido como Loteamento São José, localizado em uma das periferias da cidade, na qual residiam famílias extremamente pobres. A estratégia de Pe. Grégoire de construir o Jardim na periferia possibilitou a aproximação da instituição com a comunidade, de forma a estreitar os laços entre a comunidade e a escola, ação que facilitou o acesso das crianças ao Jardim de Infância.

Em 1 de setembro de 1983, o Padre comprou ao senhor José Leandro dos Santos Filho, uma área de 12.870 metros quadrados para a construção do novo Jardim; o equivalente a quatro tarefas de terra, coberto de caatinga fechada. Pagou à vista Cr\$ 1.000.000,00 e parcelou em quatro vezes Cr\$ 800.000,00 (Caderno de anotações Pe. Grégoire da construção do Jardim de Infância, 1983).

Para a construção do novo Jardim, o Padre usou recursos próprios, formou parcerias com órgãos públicos, como a Sudene, e recebeu doações. Localizamos, no arquivo pessoal do Pe. Grégoire, uma folha com anotações de 1983<sup>46</sup>. Neste documento, o Padre assinalava que Maria do Carmo Alves Nascimento, esposa do governador da época, João Alves Filho, concedeu dez caminhões de pedras para construção do alicerce e a Sudene forneceu, por meio do seu amigo, o engenheiro

---

<sup>46</sup> Ver anexo 8.

Antônio Lucas, 300 mulheres da frente de emergência, 200 marretas para fazer brita e lonas plásticas. As mulheres da frente de emergência contra a seca que trabalharam na construção do novo Jardim foram remuneradas pelo Pe. Grégoire.

Ele recebeu uma herança de uma ex-professora da Bélgica, chamada Pauline! Ele comprou o terreno e construiu o Jardim com recursos próprios; com a ajuda da família, da senadora Maria do Carmo, de outros amigos e da comunidade em geral. E contou com a ajuda de um amigo engenheiro da Sudene que colocou o pessoal da frente de serviço para trabalhar na construção do Jardim para quebrar pedras; cavar alicerces; pedreiros; serventes e outros. (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Fotografia 17 – O Padre e as mulheres que trabalharam na construção do novo Jardim (1983)



Fonte: Arquivo Pessoal Maria das Virgens dos Santos, 2018.

Ainda de acordo com o Caderno de anotações de Pe. Grégoire, na construção do Jardim de Infância de 1983, ele diz que esta começou em 21 de setembro de 1983 e contou com o trabalho dos pedreiros Nino, Pe. Guido, Anselmo, Zezé, Carlinhos, Soares e José.

Passados quase cinco meses do início da construção, em 12 de fevereiro de 1984, o Padre comprou nove berços, três camas, 452 bancos, 12 mesinhas e uma mesa grande para mobiliar o prédio. A compra de material para a construção da instituição, como areia, cimento, blocos, vigas, telhas e portões foi registrada no caderno até a data de 4 de agosto de 1984. Essas informações revelam a preocupação do Padre com a estrutura física do Jardim, no sentido de proporcionar condições estruturais adequadas para acolher crianças de três a seis anos.

Também foram localizadas, no arquivo pessoal do Padre, orientações técnicas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), de 1983, para construção de instituições de atendimento ao menor. A Funabem, como órgão normativo, tinha a finalidade de criar e implementar ações nacionais para o bem-estar do menor, por meio da elaboração de diretrizes políticas e técnicas, como órgão ligado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, ao qual a LBA era submissa.

Neste aspecto, no documento constam orientações acerca da construção predial, com a seguinte estrutura: pátio coberto; refeitório; salas de aula e atividades; gabinetes médico e dentário, enfermaria coletiva e farmácia; dormitório; sala de higiene, despensa; lavanderia, passadeira e secagem; depósitos; áreas de circulação; copa e cozinha; pátio descoberto; hall de serviço e hall social; sala de administração; auditório; garagem; ginásio de esporte; escadas; rampas; barbearia; biblioteca.

Para cada ambiente o documento designava detalhes técnicos como: dimensões e capacidade; iluminação e ventilação; detalhes construtivos; disposição e localização; e instalações. Ao analisarmos os documentos, não foi possível saber se houve cooperação financeira da Funabem, destinada à construção do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

Localizamos, no arquivo pessoal de Pe. Grégoire, o documento “Atestado de Cadastro<sup>47</sup>”, referente ao cadastro do Jardim de Infância Pequeno Príncipe na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), datado de 26 de janeiro de 1984. Essa fonte reconhecia o caráter do Jardim de Infância Pequeno Príncipe como uma instituição educativa e assistencial, sem fins lucrativos. Encontramos, também, anotações do Padre solicitando recursos à Febem, com o propósito de construção do Jardim. Todavia, as fontes não deram dados para conjecturar o repasse de recursos financeiros pela Febem.

Para Doralice Azevedo da Silva (2018), Pe. Grégoire desejava um espaço onde as crianças pudessem ser recebidas e terem contato com árvores, terra e animais. Um espaço para aprender e, ao mesmo tempo, fortalecer os vínculos com a família. Por isso, houve muitos embates entre o Padre e os técnicos que trabalharam na obra.

---

<sup>47</sup> Ver anexo 9.

Nos documentos de plantas e anotações<sup>48</sup> do Pe. Grégoire, que denotam que ele ajudou na projeção da construção predial, foram encontrados cálculos de metragem das salas de aula e do pátio; desenhos de cobogós; projeto para iluminação e ventilação natural; informações sobre manutenção das árvores originais do terreno dentro do prédio da instituição; modelo de fonte para captação de água, biodigestor, parque infantil e banheiros adaptados para crianças. Para Doralice Azevedo da Silva (2018), o Padre teve embates com os técnicos para escolher a qualidade das tintas para pintura do prédio; ele só aceitou as pinturas que não fossem prejudiciais à saúde das crianças.

A primeira estrutura predial do Jardim de Infância Pequeno Príncipe foi composta por seis salas de aula, um refeitório, uma cozinha, uma cantina, banheiros para as crianças e funcionários. Todavia, com o passar dos anos a estrutura se tornou pequena e o número de salas de aula foi elevado para 13. Como podemos verificar no relato de Doralice Azevedo da Silva (2018),

Quando o Padre construiu o Jardim de Infância Pequeno Príncipe na av. Oeste (hoje escola Padre Leon Gregório), ele fez com 06 salas de aula e um depósito para merenda escolar! Mas, mesmo assim, ficou pequeno e depois ele construiu mais 03 salas! Anos depois ele construiu mais 04 salas e sala de informática (1º e 2º Piso) e mesmo assim a escola continuava pequena. (Doralice Azevedo da Silva (2018).

Era uma área muito extensa, então para garantir a segurança das crianças construíram muros ao redor da área externa do Jardim de Infância e a parte interna fora dividida, inicialmente, por cercas de arame. Posteriormente, foram substituídas por cercadinhos de madeira.

---

<sup>48</sup> Ver anexo 10.

Fotografia 18 – Vista frontal do prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe  
(1984)



Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2010.

Fotografia 19 – Vista interna do prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe  
(1984)



Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2010.

Para iniciar as atividades no novo Jardim, segundo relato de Maria Adenilde Melo Oliveira (2018),

trabalhamos na época pintando tudo, passamos um mês pintando tudo direitinho, depois mudou para lá. As professoras, diretora, merendeira e limpeza, ajudaram a pintar e a organizar o Jardim Pequeno Príncipe para que as crianças tivessem um novo espaço. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

O Pe. Grégoire continuou o trabalho de tornar o Jardim de Infância um lugar de melhoria de vida das crianças e suas famílias. Além de construir o prédio em uma região periférica, com inúmeras famílias que tinham crianças em idade escolar, o sacerdote buscou o poder público para melhorar a estrutura do loteamento no qual fora edificado o Jardim de Infância. Para Tanto, localizamos, no arquivo pessoal do Padre, um ofício datado de 22 de novembro de 1990, o conteúdo demonstra que o Padre Grégoire solicitou, ao Sr. Antônio Carlos Valadares, então governador do Estado de Sergipe, a ligação de água encanada tanto para o Jardim de Infância, quanto para a Escola Municipal Tiradentes, localizada, à época, na mesma Avenida do Jardim de Infância.

A partir do poder público municipal, o Padre articulou para tornar o loteamento São José, onde ficava a instituição, um bairro. Segundo informações de Doralice Azevedo da Silva (2018), ele sugeriu o nome pelo qual o bairro foi batizado, Novo Horizonte. Assim, a rua onde estava localizado o Jardim Pequeno Príncipe tornou-se a Avenida mais larga e arborizada da cidade, sendo batizada de Avenida Oeste. Articulou, também, o acesso à iluminação pública e saneamento básico. Além disso, atuou para a construção de escola pública (Escola Tancredo Neves) e posto de saúde no bairro. No item a seguir analisaremos acerca da rotina no Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

### **3.3 Abrindo os portões do Jardim para as crianças carentes**

Iniciando as aulas no novo prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Avenida Oeste, nº 495, bairro Novo Horizonte, em 11 de junho de 1984, período de inverno no sertão sergipano, onde a chuva faz barulho e buraco no chão. A alegria do sertanejo fica estampada no seu olhar ao ver o verde da caatinga avivar e a vida brotar. Durante o inverno, a chuva encheu a barragem que o Padre construiu no terreno do Jardim de Infância Pequeno Príncipe; então, no primeiro dia de aula as crianças fugiram da sala de aula e foram encontradas pelas professoras tomando banho na barragem (SANTOS, 2000).

Assim se iniciaram as atividades do Jardim de Infância; a Instituição ganhou novas espaços, cresceu a estrutura, aumentou o número de profissionais, foram feitos novos investimentos.

No dizer de Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), a diretora do Jardim de Infância, Maria Rosevalda Andrade, trabalhou no Pequeno Príncipe até o início das atividades do novo prédio e deixou o cargo. Com isso, o Pe. Grégoire convidou a professora Maria Adenilde Melo Oliveira para assumir a direção da instituição, e ela permaneceu no cargo até o ano de 2011.

Eu me tornei diretora através do Padre, ele queria colocar uma pessoa para tomar conta da escola, então ele me chamou para ser diretora, acho que ele pensou! primeira professora, aí foi lá e me chamou, né? Perguntou se eu aceitava ser diretora, aí eu disse não vou dizer não, né? Aí passei o tempo todo e eu dizia Padre esse ano eu vou entregar e ele dizia não, ele me chamava, a “prefeita da escola”. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Fotografia 20 – A diretora Maria Adenilde Melo Oliveira e o Pe. Grégoire (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018.

Enquanto o Jardim de Infância funcionou no prédio da Ação Social, na Rua Dom José Vicente Távora, o quadro de funcionários era formado apenas pela diretora, professoras e pessoal de apoio. Depois do novo Jardim, foram contratadas diretora, auxiliar de secretaria, coordenadoras, merendeiras, vigia, servente e mais professoras. Este quadro de profissionais foi mantido na instituição até o ano de 1991, por meio de uma parceria entre a Ação Social e a Prefeitura.

Devido à distância da instituição dos outros bairros da cidade e dos povoados, Pe. Grégoire, mais uma vez, conseguiu recursos com seus familiares na Bélgica

para comprar um automóvel e transportar as crianças para o Jardim de Infância. Ele contratou o motorista José Milton da Silva e duas auxiliares, Doralice Azevedo da Silva e Maria Cristina de Jesus, para fazer o transporte escolar das crianças. Segundo o depoimento de Doralice Azevedo da Silva (2018), para trazer as crianças para o Jardim de Infância,

primeiro ele comprou uma caminhoneta, depois comprou uma Kombi... mais tarde... uma mercedinha e quando ficou pequeno devido ao aumento da procura de vagas para as crianças, ele comprou um caminhão (na época o ministério público não implicava em transportar crianças em caminhão adaptados com grades e forrados com esteira). (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Fotografia 21 – Caminhonete que transportava as crianças do Pequeno Príncipe, crianças e as monitoras Doralice e Cristina (1986)



Fonte: Arquivo Pessoal Doralice Azevedo da Silva, 2018.

Nos anos seguintes, continuou a crescer o número de crianças pequenas no Jardim, a instituição passou a ser considerada uma das melhores da região. A sociedade gloriense, segundo Doralice Azevedo da Silva (2018),

acolheu muito bem o Jardim de Infância. Ele se tornou uma boa referência, tanto que a demanda era grande e a cada ano precisava ampliar o espaço para acomodar mais crianças e atender a todos sem distinção de religião, raça, cor ou posição social. (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Além disso, a instituição concedia às crianças material didático, fardamento, alimentação, festa de formatura com becas e quando saíam do ensino infantil e

migravam para outro colégio recebiam do Padre todo material didático para continuar seus estudos.

Assim, declara Maria Adenilde Melo Oliveira,

Tinha fardamento todo ano, mesmo que ele não recebesse recurso, mas ele recebia ajuda da família dele. Todos os anos ele dava o fardamento, eram duas camisas e o short. Que era dona Nita que costurava e teve um ano que ele deu até o tênis. E quando os alunos saíam do Jardim a funcionária Doralice ia até Aracaju, comprava aquelas mochilas, com material escolar e o Padre doava, quando os alunos iam iniciar em outra escola os pais já não se preocupavam em comprar o material. Quando terminava o ensino infantil ele também dava a mochila com material básico caderno, lápis. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Fotografia 22 – Crianças do Pequeno Príncipe no desfile cívico anual, fardadas com uniforme concedido pela LBA (1978)



Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

A Ação Social da cidade oferecia curso de corte e costura. Oferecia sopão, roupas, alimento e medicamentos para as famílias das crianças que estudavam no Pequeno Príncipe. Doralice Azevedo da Silva (2018) ressaltou que “o Padre não queria que as crianças faltassem a escola, então se ficavam doentes ele levava ao médico e comprava os medicamentos”. De outro lado, Maria Adenilde Melo Oliveira destacou que o Padre

pensava nesses meninos carentes. Olhe! Teve uma época que o Padre dava sopa às mães mais pobres, às mães mais carentes, era na quarta e na sexta, depois passou a ser na sexta só, porque era

muito trabalho. Teve dias que fazia no Jardim e outro dia se fazia naquela casa que era a Pastoral da Criança. Quando era tardezinha começaram a chegar as mães com aquelas vasilhinha para levar o sopão. Quando dava aquela época de seca ele se preocupava de levar roupa (que vinha da Bélgica) e alimento e a gente distribuía, era aquela fila enorme de mães que era para receber e ainda tinha o leite ninho (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

A rotina do Jardim de Infância também foi destacada pela ex-diretora dessa instituição:

Ele orientava tudo, ele sabia de tudo, ele estava sempre lá passando, passava pela manhã e à tarde olhando todas as salas. Não era para olhar professor, era para olhar os meninos. Os meninos adoravam quando ele chegava, todo mundo ia ao encontro dele e também as professoras gostavam, porque ele passava para conversar com as professoras. Interagir com todo mundo, com as serventes, com as merendeiras. Ele não opinava nas atividades, agora como estava funcionando a escola ele observava, se tivesse alguma coisa para consertar ele estava ali: observar tudo, se tinha cupim, se estava uma peça fora do lugar, tudo ele observava, olhava as salas se estavam limpas, aquela cerquinha se tinha lixo. Também, porque quando tinha lixo eu ia para as meninas para elas limparem. Ele sentava comigo eu ia para casa dele, ele ia para lá, ele almoçava lá com os meninos se a comida estivesse salgada ou sem sal ele dizia. Era assim, tudo ele estava observando (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Fotografia 23 – Pe. Grégoire com as crianças no Pequeno Príncipe (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

O reconhecimento da comunidade e do poder público, da qualidade dos serviços prestados no Pequeno Príncipe, além da não existência da educação pré-escolar nos municípios adjacentes, a exemplo de Nossa Senhora Aparecida e Feira

Nova, provocava o deslocamento das pessoas desses municípios com o objetivo de matricular seus filhos na instituição.

Quanto ao processo de alimentação, um dos pilares do Projeto Casulo, em cada turno havia refeições completas. Pela manhã, como muitas crianças vinham estudar sem se alimentar, apenas iam para a sala de aula após ser servido o café da manhã, às 7h30. Antes de retornarem para casa era servido o almoço. A comida era de qualidade, logo o almoço era recheado de bandejas com verdura (cenoura e beterraba ralada), além de feijão, arroz, carne e sobremesa. A primeira turma almoçava às 10h30, as crianças maiores almoçavam depois das crianças pequenas. No turno da tarde, quando as crianças chegavam, eram recebidas com o almoço e apenas depois de terem feito a refeição retornavam às salas de aula. O lanche da tarde era servido às 15h30 (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Os alimentos do cardápio escolar eram definidos por uma nutricionista concedida pelo município e a sua montagem, durante a semana, era feita pela diretora Maria Adenilde Melo Oliveira e as merendeiras.

Para Maria Adenilde Melo Oliveira (2018), a perspectiva de Pe. Grégoire era que todas as crianças do Jardim tivessem uma vida digna, logo a missão da instituição era “educar as crianças para um futuro melhor”.

Ele só pensava no futuro daquelas crianças; era muito preocupado com tudo. Se tinha uma mãe que chegava lá e passava necessidade ele dizia vamos ajudar! Aí, levava a cesta de alimentos. Ele dizia: Adenilde vamos ajudar! Vamos fazer uma cesta de alimento, levar para essa mãe que ela está passando necessidade. Fazia uma cestinha e mandava para essa família. Ele sabia onde morava quase todos os alunos e ficava lá interagindo, porque gostava de ficar lá para saber. Conversava com os meninos e os meninos contavam estórias e tudo. Ele era bem participativo. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

No Pequeno Príncipe as aulas aconteciam em dois turnos, pela manhã e à tarde. Os turnos tinham no mínimo quatro horas de duração. Todavia, algumas crianças ficavam oito horas na instituição. Isso em razão de não terem alimentação em casa e muitas mães que trabalhavam não tinham com quem deixar os filhos. Essa era uma das questões previstas pelo Projeto Casulo, ou seja, garantir ambiente socialmente seguro de turnos de quatro a oito horas para crianças de zero a seis anos. A LBA, que tinha como objetivo promover a proteção da maternidade, família, infância e juventude, era responsável pela oferta dos serviços de creches,

mas na falta da oferta desse serviço para criança pequena, a LBA gerenciou o projeto, com a oferta de pré-escola e de creches. No entanto, de acordo com a legislação da época a oferta de educação infantil era responsabilidade dos municípios.

Havia crianças que ficavam o tempo integral. Teve tempo integral, agora eu não lembro o ano, 1985, 1986, 1987, não lembro. Aquelas mães que trabalhavam e as crianças ficavam dia todo lá, não eram todas as crianças, eram aquelas mais carentes que a mãe trabalhava o dia todo nas cozinhas, nas casas de famílias, na roça, aí deixavam as crianças lá. Por exemplo, Jacinto, que faz propaganda, ele ficava o dia todo na escola e Percivaldo também, na hora de ir para casa, a gente colocava Jacinto no caminhãozinho e Jacinto voltava para escola era aquele trabalho, quando chegava em casa ele não queria descer do transporte escolar. (Maria Adenilde Melo Oliveira, 2018).

Conforme consta na relação de estudantes, localizada no Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, datada de 1 de março de 1985, o Jardim de Infância, nesse ano, passou a atender 168 crianças em período integral. Os documentos escritos localizados não foram suficientes para mensurar até qual período foi mantido o ensino pré-escolar integral na instituição para as crianças pequenas.

As ações para garantir o Jardim de Infância funcionando não paravam, a exemplo do projeto de cultivo de hortaliças<sup>49</sup>, as hortas eram feitas em potes de barro cru, permitindo que a terra permanecesse molhada e, com isso, conseguia muito alimento para o sustento das crianças.

Foi criado também o projeto para criação de peixes e patos<sup>50</sup>, ambos ajudavam na manutenção de alimentos para o Jardim de Infância. O projeto funcionava da seguinte forma: os patos eram alimentados e as fezes dos patos serviam de comida para os peixes, assim eram mantidos dois ciclos de produção.

A quantidade de refeições servidas às crianças pequenas era grande, acarretando num alto custo com gás de cozinha. Deste modo, para garantir duas alimentações diárias para cada turno, foi criado o projeto Biodigestor<sup>51</sup>, que tinha como matéria-prima esterco de gado, com o biogás. O Pe. Grégoire conseguiu, com fazendeiros da região, doação do esterco que era transportado por Adelson Batista dos Santos (zelador do Jardim), mas os fazendeiros, após perceberem que o

---

<sup>49</sup> Ver anexo 11.

<sup>50</sup> Ver anexo 12.

<sup>51</sup> Ver anexo 13.

biodigestor funcionava, não quiseram mais doar, e sim vendê-lo. Como o Padre não tinha condições de comprar o esterco, parou-se de utilizar o biodigestor. No ano de 1992, a instituição foi transferida para a esfera do Governo do Estado de Sergipe, que por sua vez se responsabilizou pelo fornecimento do gás de cozinha (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

Outro projeto produzido para ajudar na manutenção da alimentação e nutrição das crianças pequenas foi a criação de codornas em cativeiro. A carne da ave e os ovos serviam para a alimentação das crianças, a casca do ovo era lavada e colocada para secar, depois ralada, feito uma farinha que era colocada na comida das crianças que sofriam de desnutrição. Nos documentos não foram localizados nome ou dados sobre técnicos que fizeram esse projeto, e sim livros, revista, anotações pessoais, desenhos do Padre, que tratavam de agricultura, da criação de animais e da construção de biodigestor. Inclusive, foi localizada a planta com traços e medidas da construção do biodigestor feita por Pe. Grégoire. Segundo Doralice Azevedo da Silva (2018), a construção do biodigestor foi realizada por pedreiros contratados pelo Pe. Grégoire, mas todas as orientações para a construção foram dadas pelo Padre. A manutenção do biodigestor era feita com orientações dadas por ele, por pessoas que o Padre pagava com recursos próprios para zelarem do Jardim de Infância. Já as hortas eram cuidadas pelo pessoal de apoio que trabalhava na instituição.

As turmas do Jardim de Infância Pequeno Príncipe eram compostas por 30 a 35 crianças. Havia uma professora e dois auxiliares de sala. Era necessário garantir que as crianças, em idade pré-escolar, tivessem acesso à escola.

O Padre fazia visita às famílias carentes e convidava as crianças para a escola. Fazia reuniões nos povoados da cidade: Lagoa dos Ramos, Piabas e Umbuzeiro. Certa vez, uma escola do interior fechou, os pais dos alunos da comunidade, depois da barragem de Glória vieram pedir ao Padre para colocar seus filhos no “Jardim do Padre”, porque a professora faltava e não tinha uma rotina de horário e os pais queriam que as crianças tivessem horário de chegada e saída, porque os pais chegavam da roça e as crianças já estavam em casa (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

A situação, apresentada no relato de Doralice Azevedo da Silva, demonstra o compromisso social do Pe. Grégoire com a educação, de forma que ele criava estratégias para que as crianças do município tivessem acesso ao ensino pré-

escolar por meio de reuniões e visitas às comunidades. Além disso, para as comunidades distantes, a tática era enviar transporte para garantir o acesso das crianças, que muitas vezes faltavam às aulas por causa da falta de oferta, por parte dos municípios.

Em 1986, segundo a Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo<sup>52</sup>, de 12 de setembro desse ano, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe atendia a 600 crianças, com idade de três a seis anos, nos turnos da manhã e tarde. Crianças oriundas do bairro Centro, Conjunto Cohab, Bairro Brasília, Bairro Silos, Bairro Divinéia, Bairro São José, Bairro Boa Esperança, Bairro Braço da Cruz, Sítio São Domingos, Sítio Pau do Cedro, Sítio Piabas, Fazenda Novo Horizonte, Povoado Boa Esperança, Sítio Olhos D'água, Baixa de Pedro, Fazendo São Domingos, Sítio Riacho Grande e Sítio São Domingos (RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1986).

De acordo com o registro de matrícula do Jardim de Infância Pequeno Príncipe de 1986, o aumento na quantidade de matrículas gerou um impacto na quantidade de crianças por sala, passando a ter então cada turma entre 48 e 51 alunos. Eram 12 turmas, seis no primeiro e mais seis segundo turno do dia. As turmas eram de responsabilidade das professoras Sônia Oliveira, Maria de Lourdes Melo Costa, Genilva Barbosa, Rosimeire Nunes da Mota Pereira, Ângela Ferreira de Sá, Maria de Lourdes Barreto (Lourdinha), Sonja Voulei Lima Rodrigues Aragão, Marilandes dos Santos, Adilce Rosa dos Santos, Altair Pereira, Josefa Batista dos Santos Santana e Jadina Oliveira dos Reis Santos.

Em 1987 continuou a crescer o número de crianças carentes estudando no Jardim de Infância Pequeno Príncipe, assim nesse ano foram matriculadas 630 crianças pequenas, para cursar o ensino pré-escolar.

No arquivo pessoal do Pe. Grégoire não foram localizados documentos ou registros referentes aos anos de 1988 e 1989, do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, que pudessem auxiliar na construção do cenário dessa instituição nesses respectivos anos.

O documento de Prestação de Contas de Contratos e Convênios da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, de janeiro a junho de 1990, informou que nesse período o Jardim de Infância Pequeno Príncipe tinha no seu

---

<sup>52</sup> Ver anexo 19.

quadro de alunos 660 crianças carentes. Recebeu da Funabem o recurso de Cr\$ 991.666,62, para manutenção de sete meses da instituição, sendo desenvolvidas no período as seguintes atividades: seleção de menores mais carentes para estudar na instituição; reunião de mães e funcionários; aulas com férias de acordo com calendário letivo; distribuição de alimentos, material didático e recreativo, remédios e vestuário.

No ano de 1991, de acordo com documento da Central de Contratos e Convênios do Projeto Casulo (Cecon), *Fatura Mensal para os convênios da área de Assistência Social ao Projeto Creche*, foram matriculadas na instituição 664 crianças de três a seis anos. Com isso, foram contratadas mais docentes para a Instituição.

Nesse período passaram a fazer parte do quadro de docentes: Marta Gardênia Barreto, Maria Geane Feitosa Aragão Santos, Maria Rita Santana Santos, Maria Adelzuita Santos e Maria José Dias.

No que concerne à mão-de-obra ou material humano que havia atuado nas diversas áreas, desde a merendeira, faxineiras e, finalmente, as professoras, a paróquia não tinha recursos financeiros para custear o pagamento. Em face disso, Pe. Grégoire firmou parceria não apenas com o município de Nossa Senhora da Glória como, posteriormente, com o Estado de Sergipe. E, por fim, passou-se a contar apenas com funcionários cedidos pelo Estado de Sergipe, não mais fazendo uso de funcionários municipais.

No ano de 1992, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe atendia ao número de 660 crianças pequenas, a procura por matrícula na instituição aumentava cada vez mais. Nesse ínterim, o Conselho Estadual de Educação, por intermédio da Resolução<sup>53</sup> de nº 452/92/CEE, concedeu autorização para o Jardim de Infância Pequeno Príncipe oferecer educação pré-escolar por meio do governo do Estado. Além de reconhecer a regularidade do ensino desde 1978.

O governo do Estado de Sergipe, por meio Conselho Estadual de Educação, reconheceu, em 10 de dezembro de 1992, a função social da instituição para o município e estado, considerando relevante os serviços prestados à população carente, e concedeu a autorização para funcionamento do ensino pré-escolar no Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Como este serviço era prestado desde 1978 pela instituição, o reconhecimento foi feito de forma retroativa.

---

<sup>53</sup> Ver anexo 15.

Deste modo, a Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, por meio de regime de comodato<sup>54</sup>, assumiu a administração do Jardim de Infância Pequeno Príncipe em 1992.

Entregar a responsabilidade do Jardim de Infância para o governo do Estado foi uma das soluções encontradas pelo Padre para a instituição não se tornar cabide eleitoral do poder público; evitando, assim, perder a qualidade dos serviços e a possibilidade de ter indicação política para as crianças estudarem no Pequeno Príncipe. Para Doralice Azevedo da Silva (2018), a questão da manutenção do Jardim de Infância se constituía uma das preocupações do Padre.

O Padre sempre trabalhou a consciência política das pessoas a respeito dos seus direitos. Na época das eleições ele tinha a preocupação de explicar nas comunidades que o voto não era por amizade ou para vender. O voto era coisa séria e só podia ser dado a quem tivesse a capacidade de administrar e prestar um bom atendimento à população. O fato de governo ceder parte dos funcionários e ajudar com outras questões foi visto por alguns políticos como uma oportunidade de se colocarem como responsáveis pelo Jardim, tanto na indicação de pessoas para trabalhar, como nas vagas de matrículas das crianças e isso incomodava muito o Padre. Ele tinha medo da escola se tornar um cabide eleitoral. (Doralice Azevedo da Silva, 2018).

O Pe. Grégoire, embora reconhecesse a necessidade das parcerias e da presença dos recursos – financeiro e material humano – advindos do poder público, trazia a constante preocupação para que o Jardim não fosse utilizado como instrumento para “fazer política” por parte dos gestores públicos, nas mais diversas esferas. O que iria diretamente de encontro com as concepções defendidas pelo Padre e reforçadas nos períodos eleitorais, enfatizando a importância do voto e da autonomia do eleitor no exercício da sua cidadania.

Com a função social da educação, defendida na práxis diária com instrumento de mudanças, o Padre não se limitou à educação formal dos paroquianos. Teve o Jardim de Infância Pequeno Príncipe como meio de acesso à comunidade mais carente da região do Alto Sertão e atuou nesta, promovendo mudanças educacionais. Havia, por parte da Igreja, a preocupação de atuar nos trabalhos assistenciais, sendo atribuído a Pe. Grégoire este papel. Destarte, este transcendeu

---

<sup>54</sup> Refere-se a um tipo de contrato em que acontece o empréstimo gratuito de um objeto único, singular, que não podem ser substituídos. Tendo como obrigação de quem recebe o objeto devolvê-lo no prazo acordado e nas mesmas condições que recebeu.

e, utilizando-se dos seus saberes trazidos da formação como padre redentorista, bem como de novos conhecimentos buscados posteriormente, a partir da realidade que se apresentava na região do Alto Sertão de Sergipe, sempre tendo a Educação dos pequeninos e a promoção da melhora/mudança desta mesma realidade, nos mais diversos campos, como objetivo primal.

Para tal, buscou diversas parcerias com entidades públicas ou de cunho social, a exemplo dos poderes públicos das três esferas – município, Estado e União –, bem como Legião Brasileira de Assistência Social, dentre outras. Sendo que tais parcerias traziam critérios e/ou parâmetros a serem observados, com o fito de alcançarem os objetivos comuns a ambos: Pe. Grégoire e Entidade.

No processo de criação e manutenção do Jardim de Infância, percebemos o lugar atribuído pelo Padre Grégoire para a educação das crianças pequenas, principalmente, a partir das estratégias criadas, como: concessão de material escolar quando as crianças saíam do Jardim para cursar o ensino fundamental; reuniões e visitas a comunidades e famílias para explicar a importância das crianças serem matriculadas e cursarem o ensino infantil; visitar as famílias das crianças que evadiram ou faltavam às aulas; disponibilização de transporte escolar para as crianças que moravam distante da instituição. Essas ações demonstram que o Pe. Grégoire atribuía à educação formal a função principal, no processo de desenvolvimento social e humano.

### **3.4 Lembranças do Jardim de Infância Pequeno Príncipe**

Para tratar das lembranças do Jardim de Infância Pequeno Príncipe utilizamos da metodologia da história oral, por meio da entrevista com roteiros estruturados, as quais foram realizadas com agentes que participaram da instituição: a ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos, a ex-diretora Maria Adenilde Melo Oliveira, a ex-secretária Doralice Azevedo da Silva, o ex-aluno Amintas Vieira de Santana e a ex-aluna Glaucia Pamela de Jesus Silva.

Para Halbwachs (1968), lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e experiências do passado, no presente. Nesta perspectiva, as recordações também podem ser entendidas como uma figura formada pelos materiais e grupos sociais a que o sujeito esteve exposto, mas que na realidade

atual estão à disposição de um conjunto de representações que povoam a consciência do sujeito.

Por mais clara que seja a lembrança, não é a mesma vivência, devido à mudança do tempo, espaço e percepção. A lembrança no contexto presente também pode se diferenciar entre os sujeitos que a vivenciaram, pois, a percepção dessa é individual. De acordo com Chauí (1987),

(...) o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-la, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária, no que lembra e no como lembra (...). O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar. (CHAUÍ, 1987, p.84).

É reconhecendo que as lembranças ganham outros significados de acordo com o momento presente do sujeito e experiência de vida de uma pessoa e que as lembranças são muito mais subjetivas do que objetivas (MEIHY, 1996), que analisamos as recordações dos agentes que fizeram parte do Jardim de Infância Pequeno Príncipe.

Também ancorado em Justino de Magalhães (2004), ensaiamos as lembranças de uma instituição educativa:

As instituições educativas, como as pessoas são portadoras de uma memória e de memórias. Essas memórias-representação, frequentemente assentes na transmissão oral, revelam-se fixistas, cíclicas, fruto de olhares particulares e consubstanciam-se em relatos dispersos, memórias factuais e justificativas de destinos de vida marcadas não raro por arbítrios e exageros de vária ordem. (MAGALHÃES, 2004, p. 127).

O pensamento de Justino de Magalhães nos permitiu compreender o Jardim de Infância a partir das suas singularidades mergulhando no interior buscando lembranças do seu espaço, seu funcionamento interno e a relação dos seus agentes.

Como mencionado na seção anterior, as professoras Jadina Oliveira dos Reis Santos, Altair, Josefa Batista e Genilva Barbosa foram contratadas na gestão do então prefeito Antônio Alves Feitosa, para compor o corpo docente da instituição, o critério para a contratação foi ter formação em pedagogia. Deste modo, o quadro de

professoras do Jardim de Infância Pequeno Príncipe em 1985 era constituído por pedagogas. Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018), no seu relato explica que fez o curso Técnico de Pedagogia no Colégio Ginásial Nossa Senhora da Glória, no período de 1981 a 1983, sob a direção de Lucas (na época também funcionário do Banco do Brasil). Ancorados em Justino de Magalhães (2004), podemos inferir que a educação é ação, ora o sujeito é centro da didática, ora torna-se agente da educação.

Era o corpo docente, junto com a direção da instituição, que planejava o currículo escolar e as atividades. O planejamento anual era uma ação obrigatória na instituição, que envolvia professoras, coordenação e direção. No Jardim de Infância não havia disciplinas específicas, no entanto, os conteúdos relacionados a português, matemática, ciência e estudos sociais eram trabalhados, também, utilizando-se das datas comemorativas: Dia do Índio, Dia das Mães, Dia do Pai, Dia das Crianças, Independência do Brasil, Dia do Folclore, que eram elementos para o planejamento dos conteúdos. Não havia avaliações, mas as atividades feitas em sala de aula eram organizadas e entregues no final do semestre ao responsável da criança (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018). Em relação ao currículo, destacamos que o ensino na pré-escola estava assentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 4024/61, mas esta norma de diretriz não especificava as questões de currículo e as finalidades educativas para o ensino infantil.

Talvez por isso não havia livros didáticos na instituição, a diretora Maria Adenilde Melo Oliveira conseguia algumas coleções no colégio particular, Comecinho de Vida, da cidade, que eram utilizados pelo corpo docente no planejamento das aulas. As professoras, por sua vez, também se mobilizavam em busca de material didático, como recorda Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018): “nas viagens para Aracaju eu e outras professoras visitávamos as editoras à procura de material didático e conseguíamos”. O preparo das aulas era uma exigência institucional e deveria ser seguido com rigor pela direção e pelo corpo docente.

O planejamento das aulas foi lembrado com orgulho nas entrevistas da ex-secretária Doralice Azevedo da Silva e da ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos. Um exemplo desse trabalho foi a produção de atividade, que iniciava às sextas-feiras, com a entrega das tarefas em papel extenso, pelas docentes, para organizarem o planejamento da semana seguinte. A responsabilidade da reprodução dessas no mimeógrafo era da ex-secretária Doralice Azevedo da Silva, que fazia o

trabalho durante o final de semana. O material de cada professora era entregue impreterivelmente na segunda-feira. Recorda Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018): “não é me gabando, não! Mas as crianças saíam alfabetizadas, lendo mesmo!”. O processo do planejamento escolar e aquisição de material didático diz não apenas sobre a rotina de uma instituição educativa, mas suas práticas escolares e culturais que também se materializavam nas atividades nas pinturas, colagens, linhas para cobrir, desenhos e pinturas de formas geométricas, colagens com grãos e pedaços de papel, preenchimento de desenhos com papel picotado.

Outro fato rememorado pela professora Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018) foi sobre o material pedagógico para as atividades. Ela relatou que era mínimo, mesmo assim esse não era obstáculo para a instrução das crianças pequenas. Uma estratégia criada pelas professoras foi a participação dos estudantes na confecção do material para as atividades, atitude que rendeu às crianças “aprenderem mais, valorizar mais e não destruir o que eles construíram” (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018). As crianças, com ajuda das professoras, confeccionavam massa de modelar com farinha de trigo, barro e Ki-suco. Essa prática pedagógica das docentes diz ainda sobre a atitude de inculcar hábitos e valores que deixam marcas na vida das crianças. Os comportamentos e condutas estabelecidos em sala de aula de alguma forma se materializavam em ações educativas propostas pela instituição que, podemos assim dizer, constituíam as experiências do cotidiano escolar.

O material escolar era disponibilizado pela direção no começando do ano. A diretora Maria Adenilde de Melo Oliveira e o Pe. Grégoire comprovam o material, que na primeira semana de aula ou na última semana do planejamento era disponibilizado para as professoras: lápis de cor, giz de cera, lápis, borracha, apontador. Os cadernos, as borrachas e os lápis eram de uso individual; lápis de cor, giz de cera e apontador eram materiais de uso coletivo, compartilhados pela turma. Neste caso, as regras eram imprescindíveis quanto ao uso, “usou coloca na caixinha”. O material ficava guardado na sala de aula e os estudantes sabiam que não podiam levar para casa e as professoras ensinavam que era importante cuidar do material (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018).

A vinda das crianças para o Jardim de Infância foi recordada pela ex-aluna Glaucia Pamela de Jesus Silva (2018),

A viagem começava na “mercedinha de Milton”, guiada pelas mãos de tia Lize e tia Cristina que nos colocavam e tiravam da carroceria do carro, além de cuidar da gente durante todo o percurso. No portão do Jardim éramos recebidos pelo Padre. No pátio nos esperava as nossas tias. Para mim, chegar no Jardim era muito alegria, era a hora de brincar, no Jardim tinha tudo que a gente não tinha em casa (Glaucia Pamela de Jesus Silva, 2018).

O Pe. Grégoire gostava de ficar no portão do Jardim de Infância recebendo as crianças com abraços. As professoras faziam a recepção dos seus alunos no pátio da escola, tocando o sinal elas levavam a sua turma em fila para a sala de aula e lá começavam as brincadeiras, constituídas de muita dinâmica e música. Como relembrou a ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018): “Bom dia, bom dia, bom dia! Hoje eu estou tão feliz! Bom dia, bom dia, bom dia! Meu coração é quem diz. Bom dia, bom dia, bom dia! Vamos sorrir e cantar. A natureza é tão bela. Que nos ensina a amar” (ALENCAR, Barros de, s/d).

Uma das brincadeiras recordadas também pela ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018) foi a da “bola”, na qual as crianças formavam uma fila e uma passava a bola para outra cantando: “Passa, passa, passa a bola. Passa, passa sem parar. Quem ficar com a bola, uma prenda vai pagar!” (ALENCAR, Barros de, s/d).

Nas lembranças dos ex-alunos Amintas Vieira de Santana (2018) e Glaucia Pamela de Jesus Silva (2018), eles rememoram com vivacidade e prazer a rotina da sala de aula que iniciavam com oração e música; a seguir havia as atividades do conteúdo do dia, posteriormente explorado no quadro, depois no caderno. Na sequência entregava-se a cada estudante uma tarefa, feita com cuidado, pois o papel era fino e podia estragar. Também havia as brincadeiras de pular corda, encher garrafa, amarelinha e estourar bexiga. Esse processo destaca que a instrução e a formação das crianças pequenas evidenciavam as noções de aprendizagem e organização da instituição educativa. O ex-aluno Amintas Vieira de Santana (2018) rememorou com emoção acerca da música que aprendeu a cantar no Jardim de infância:

Mãezinha do céu, eu não sei rezar. Eu só sei dizer quero te amar. Azul é seu manto, branco é seu véu. Mãezinha eu quero te ver lá no céu. Mãezinha do céu, mãe do puro amor. Jesus é seu filho. Eu também sou. Mãezinha do céu, vou te consagrar. A minha inocência,

guarda-a sem cessar. Azul é teu manto, branco é seu véu. Mãezinha eu quero te ver lá no céu. (SALGADO, Waldemar, s/d).

Outro momento recordado pelos ex-alunos foi o da higiene pessoal. A instituição fornecia individualmente toalhas de rosto e escova de dente para todas as crianças e após as refeições a professora levava as crianças para a sala de aula, onde havia pias e todos faziam a limpeza bucal, prática que eles aprendiam no Jardim de Infância e relatam que reproduziam em casa. Logo, pode-se assim dizer que as ações e conteúdos instruídos na instituição ganhavam materialidade na vida das crianças e das suas famílias para além dos muros do Jardim de Infância.

As festividades tradicionais estavam no calendário escolar: os festejos juninos, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia dos Pais, Páscoa e Natal. Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018) relata que um dia marcante era o das mães, que ela chamava do dia do “milagre”, porque a quantidade de pessoas triplicava nesse dia. A diretora Adenilde Melo Oliveira (2018) fazia um bolo e conseguia que todos os presentes comecessem uma fatia do bolo, “primeiro comiam as mães e as crianças, depois os funcionários e o bolo dava para todo mundo”. A vivência desse momento, pelos entrevistados, denota que ficaram registradas nas memórias práticas pedagógicas e ações que apresentam significado (BOSI, 1994, p. 66).

A quantidade de estudantes por sala na instituição é outra lembrança rememorada pela ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018), pela ex-secretária Doralice Azevedo da Silva (2018) e pela ex-diretora Maria Adenilde Melo Oliveira (2018). As salas de aula eram compostas de 40 a 45 crianças, segundo os documentos escritos localizados. No entanto, a disposição da sala de aula auxiliava o processo pedagógico, não havia bancas individuais, as salas de aula eram dispostas de mesas com várias cadeiras, que no processo de instrução é um método pedagógico.

Para convivência na sala de aula eram criadas regras de rotina com os estudantes. O regimento da sala de aula era instituído junto com as crianças na primeira semana de aula e versava sobre direitos e deveres, que depois de colocados em votação se tornavam regras de convivência. Tratava-se de uma forma de educar os estudantes sem castigo, com o “por favor”, com “obrigado” e “com licença” (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018).

A disposição da sala de aula era feita de acordo com a idade das crianças, isto é, formava-se as turmas considerando a faixa etária do infante. Da mesma forma acontecia no processo de instrução com os conteúdos e tarefas com as crianças menores. Trabalhava-se com cores, com formas geométricas, com vogais e com números. Quando maiores iam para outra sala aprender o alfabeto e a formar palavras (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018).

Não houve nenhuma menção às práticas de castigos tanto na fala da professora da direção, quanto na dos estudantes. A professora e a direção disseram ser uma exigência do Pe. Grégoire não castigar, e sim dar muito carinho, pois ele pensava que as crianças que chegavam ao Jardim de Infância eram carentes, não apenas financeiramente, mas de afeto. As práticas de castigo foram proibidas pela Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 e foram utilizadas, no sistema educativo, com uma forma de corrigir atos e comportamentos.

Uma das dificuldades lembradas pela professora e pela direção, que atrapalhava o processo de ensino, se dava no momento em que as crianças vinham de outras instituições ou de outros municípios para estudarem no Jardim de Infância.

Elas chegavam sem formação dos processos iniciais, o professor tinha que se rebolar para dar uma atenção maior ao aluno que entrou, para que ele não ficasse atrasado. Ao chegar no final do ano ele estava no mesmo nível. A gente dava o reforço escolar. (Jadina Oliveira dos Reis Santos, 2018).

As práticas desenvolvidas no dia a dia da instituição educativa constituíam mecanismos pedagógicos de instrução, mas também de cuidados essenciais à infância que as crianças muitas vezes não tinham na família. Jadina Oliveira dos Reis (2018) lembrou a situação de vida das crianças do Jardim de Infância.

Os mais carentes! Crianças que vinham da zona rural, Cohab, Macaca Pelada. Crianças que só tinham pai tinha daqueles que só tinha mãe. Eu não chamo “puta”, chamo caridosas, a maioria das mães eram todas caridosas, certo! Tinham muitos que achavam que lá era um depósito, elas tinham isso! No início, quando colocavam o filho na escola achavam que lá era um depósito, mandava o filho para lá e achava que lá estava bem cuidado e bem alimentado. Eles não tinham a visão que os filhos iam ser alfabetizados, depois é que eles viam isso, quando os alunos já estavam lendo. As crianças iam para escola sem roupa, roupa suja, roupa rasgada, descalço (pé no chão) e muitos pais achavam que o filho ia lá só para comer e não era! Tinha regrinhas, chegava na sala e a gente já orientava, tem

regrinhas aqui e a partir daí eles ficavam sociáveis (Jadina Oliveira dos Reis, 2018).

Na lembrança da ex-professora, a instrução das crianças acontecia com atividades escolares, mas também com práticas de disciplina. Quando percebidas pelos responsáveis das crianças, mudava não apenas a percepção do estudante, mas da família, sobre o papel da escola no âmbito individual e social. Demonstrando que as experiências vivenciadas e partilhadas na sala de aula configuravam uma mudança de percepção, hábitos e comportamentos, que transcendia os muros institucionais, havia, então, uma ordem de atividades cotidianas que eram seguidas: oração, lavar as mãos, lanche, escovar os dentes, atividades de sala de aula, recreio, lavar as mãos, almoço, brincadeiras, escovar os dentes, retornava para a sala de aula.

O Jardim de Infância, até a década de 1990, foi a única instituição educativa do município que recebia crianças especiais, apesar das docentes não terem formação para instruir crianças com deficiência, a exemplo dos ex-alunos José Jacinto dos Santos e Jairo dos Santos. Para a ex-professora Jadina Oliveira dos Reis (2018) as “crianças especiais, a escola pegava, tratava como uma criança normal, usávamos as mesmas regrinhas dos demais, de pedir desculpas. A aprendizagem era lenta, mas elas desenvolviam”.

O Jardim de Infância foi uma instituição exemplo para outras escolas do município e teve um papel fundamental para a educação em Nossa Senhora da Glória. A comunidade conhecia como “Jardim do Padre”. Atualmente, alguns alunos que estudaram nessa instituição desenvolvem funções de professores, mestres de escolas públicas e particulares; funcionários dos Correios; trabalham no comércio; ex-vereador e ex-deputado e advogado (OLIVEIRA, 2018).

Para Justino de Magalhães (2004), a institucionalização da educação escolar é um processo histórico em que as determinações históricas suscitam atender à realidade social. Assim aconteceu com o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, que surgiu da necessidade de se promover educação pré-escolar para crianças pequenas no município. Então, a instituição pode ser entendida como parte de um processo evolutivo, que resulta da função da educação, fato relevante, citado no item anterior que corrobora esta concepção, foi o Jardim de Infância ser a primeira

instituição de ensino pré-escolar e, até o ano de 1985, ser a única a prestar serviços educacionais de forma gratuita à população do município.

Foi pelas lembranças dos agentes da instituição educativa que podemos analisar elementos que constituíram tempos, espaços, agentes e práticas escolares e que, também, permearam no cotidiano da instituição. Percebemos os processos internos dessa instituição que se materializam na historiografia do Jardim de Infância. Revelamos um pouco de uma época, de uma instituição educacional voltada à educação das crianças pequenas, no município de Nossa Senhora da Glória e do Alto Sertão Sergipano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tivemos como ponto de partida a curiosidade de conhecer o trabalho de Pe. Grégoire na educação pré-escolar. Nas visitas às instituições educativas da cidade de Nossa Senhora da Glória, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe chamou logo nossa atenção, devido à sua estrutura arquitetônica: árvores ao redor do prédio escolar e no pátio, prédio com telhado estilo europeu, espaço amplo e colorido, que se destaca no cenário árido do Sertão. Ainda em um diálogo informal com uma das coordenadoras, outro ponto relevante foi observado quando esta afirma: “você está diante da maior obra social feita pelo Padre, não é por acaso que as pessoas chamam de ‘Jardim do Padre’”. Tais fatos suscitaram o desejo de analisar as configurações da educação a partir do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, em Nossa Senhora da Glória (SE), no período de 1978 a 1992, sendo uma forma de contribuir com a história da educação em Nossa Senhora da Glória e para o estado de Sergipe.

Conduzidos pelos documentos e pelas vozes daqueles que foram agentes da instituição, fomos compondo o seu cotidiano. Na primeira seção deste trabalho, apresentamos nosso encontro com o objeto de pesquisa e buscamos retratar as configurações que deram corpo à educação da pré-escola no sertão, passando a compreender os motivos de criação, a forma de organização do Jardim de Infância e os atores que deram vida à Instituição. Deste modo, fomos tecendo a sua história, buscando, no referencial, o apoio teórico necessário para alcançar os objetivos propostos.

Nas leituras de Justino de Magalhães (2004) encontramos o fio condutor que nos fez entender a relevância e a riqueza de historiar as instituições educativas, reconhecendo o papel e a função desses organismos vivos para a História da Educação. Aprender os processos evolutivos de uma instituição educativa, relacionando-os ao seu cotidiano escolar, seus processos históricos sociais e locais, possibilitou caminhar pela história de Nossa Senhora da Glória e, como assevera Justino de Magalhães (2004), reconhecer que a educação é um “constructo humano” formada por mudanças de processos sociais, processuais, culturais, que materializaram um projeto nacional de educação pré-escolar, o Projeto Casulo, no município de Nossa Senhora da Glória. Nesta perspectiva, estabelecemos um diálogo com as fontes buscando interpretá-las a partir de sinais, pistas e fragmentos

para assim confrontá-las. O uso da metodologia da história oral foi fundamental às leituras de Alberti (2005), pois fizeram entender a importância das lembranças por meio das entrevistas, que junto com as fontes documentais ajudaram a costurar a nossa versão da história do Jardim de Infância.

Pelas narrativas dos entrevistados que vivenciaram um dado momento do Jardim de Infância, foi possível ampliar os conhecimentos do passado e compreender a história da instituição. Por intermédio das lembranças de ex-alunos, de ex-professores e de ex-funcionários, foi possível responder aos silêncios fazendo relação com os documentos escritos. As lembranças dos agentes institucionais foram fontes imprescindíveis no processo de construção desta pesquisa, uma vez que parte de muitas das informações, documentos, fotografias e vídeos da instituição que abordavam os trabalhos sociais do Pe. Grégoire fora extraviada. Neste sentido, construir a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe constituiu-se em um desafio. Por outro lado, as narrativas das fontes orais tornaram-se, nesta dissertação, documentos importantes para a história da composição da historiografia da educação pré-escolar em Nossa Senhora da Glória.

A dificuldade de localizar documentos que contribuíssem com a investigação não foi tida como empecilho para esta pesquisa, ao contrário, despertou a atitude investigativa da pesquisadora. Nas entrevistas pudemos encontrar dados e informações que nos fizeram chegar a registros escritos e fotográficos, não apenas do Jardim de Infância, mas, também, da Ação Social da Paróquia da cidade, da Legião Brasileira de Assistência Social e do Pe. Grégoire, que ajudaram a configurar a historiografia da educação pré-escolar no sertão.

Seguindo as fontes, compomos primeiramente a história de Pe. Grégoire, uma vez que precisávamos compreender o papel exercido por esse agente da educação. Ele não resumiu os trabalhos que fazia enquanto pároco à mera condição de caridade, apesar da sua formação religiosa ter sido a mola propulsora para que chegasse ao Alto Sertão e tivesse as competências e habilidades necessárias para atuar ante os problemas sociais encontrados. O fato de ser um representante da Igreja também permitiu formar redes de apoio com políticos e técnicos para desenvolver ações de assistência aos pobres. O seu conhecimento técnico possibilitou ainda condições para desenvolver projetos no âmbito da educação, saúde, campo, trabalho e renda em parceria com organizações nacionais e internacionais, que tiveram um papel preponderante no processo de modernização

da região. Nos documentos avaliados, verificamos que a implementação dos projetos resultava de práticas de planejamento, com diagnósticos que versavam sobre os problemas, as demandas e as potencialidades, isto é, o Padre fomentava o ponto de chegada e partida para cada situação diagnosticada. Tal estratégia permitia a busca e formação de parcerias para implementação de ações e serviços.

Por meio da Ação Social da Igreja Católica, ele desenvolveu diversas ações, todavia nesta pesquisa é visível que o Padre considerava a função da educação primordial, possivelmente elemento para promoção de mudanças na realidade social. O que ratifica os preceitos defendidos por Justino de Magalhães (2004), segundo o qual a Educação representa um instrumento que permite ao Homem transcender os saberes formais, ou seja, com a instrução torna-se sujeito da sua própria história. E, como tal, torna-se agente de mudança da sociedade na qual está inserida. Como exemplo, podemos trazer Amintas que, de aluno do Jardim, hoje é professor mestre da rede pública estadual de ensino, replicando ou multiplicando a práxis da qual outrora fora produto.

Ainda de acordo com as fontes, pudemos compor o processo de institucionalização da educação pré-escolar em Nossa Senhora da Glória. Desvendamos que, antes do Jardim, houve um primeiro projeto da Ação Social de educação para crianças pequenas, voltado para atender às crianças da classe média e rica da cidade, mas que não obteve sucesso diante da falta de estrutura para atender a este público. Perceber que o “Jardim do Padre” constituiu-se com um processo e como resultado de uma ação pública nacional, da LBA, por intermédio do Projeto Casulo, que tinha como objetivo os primeiros cuidados com a infância, incluindo a educação.

Deste modo, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe pode ser compreendido como um serviço educacional e assistencial criado no município por meio de convênios do governo federal concebido pela LBA, com a Ação Social da Igreja Católica da cidade, representado por Pe. Grégorie. Sendo inegável que nas configurações da educação para a infância no município, o Padre teve um papel fundamental, especialmente na criação de estratégias e articulação desse projeto, que mesmo com o fim da LBA, continua funcionando até os dias atuais. A LBA não concedia espaço físico, tampouco recursos financeiros para pagamento de pessoal humano e compra de material, coube a Pe. Grégorie criar estratégias para manutenção desses serviços e assim manter o funcionamento do projeto Casulo.

Estudos como o de Kramer (2006) e Rosemberg (2003) denotam o Projeto Casulo como a “rainha da sucata” da educação infantil, um projeto falido, com serviços precários, que não conseguia atender às reais necessidades de uma instituição de educação, mascarando uma educação em massa de crianças pequenas. No relato dos entrevistados, bem como de acordo com as fontes documentais, o Jardim de Infância foi uma instituição educativa diferente das considerações desses autores. Isso porque os serviços oferecidos pela instituição funcionavam, havia uma mobilização e articulação conjunta do corpo docente e direção para que as crianças não apenas tivessem acesso a um lugar seguro e confortável, mas que entrassem no sistema escolar e fossem alfabetizadas e continuassem no sistema de ensino. Fato corroborado nos relatos da ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos (2018), quando postula que “as crianças realmente eram alfabetizadas, quando os pais percebiam que eles aprendiam a ler mudavam o tratamento com a escola”.

Analisar a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe não foi somente tracejar a historiografia da primeira instituição de educação infantil do município de Nossa Senhora da Glória, mas nos levou a entender o contexto da educação infantil ao longo dos anos, compreendendo que as instituições educativas compõem um território espacial, social e cultural, formado por estudantes, professores, demais funcionários e comunidade que constituem um projeto educacional (MAGALHÃES, 2004). Institucionalizar, no final da década de 1970, um jardim de infância num município do sertão sergipano, pode ser entendido como um projeto para a mudança da realidade, considerando a função primordial exercida na sociedade pela Educação. Nas palavras de Justino de Magalhães (2004), a ação educativa integra sujeitos, agentes e argumentos compondo um processo de evolução.

Também havia, em verdade, um acolhimento de toda a estrutura familiar da criança, estudante do Jardim, de forma a mantê-la presente na rotina escolar e dar ferramentas para que seus responsáveis tivessem melhores condições de vida. Fazendo com que a Educação desempenhasse o papel de promotora de mudanças, a qual estava além da função desempenhada pela Igreja representada pelo Pe. Grégoire.

Outro fato evidenciado e não menos importante concerne às inferências extraídas da fala da ex-professora e dos ex-funcionários, acerca da constante preocupação e zelo do Pe. Grégoire de manter a instituição educativa isenta de

influências dos mais diversos agentes políticos, por acreditar que o povo deveria ter uma autodeterminação no exercício de sua cidadania, o que nos faz compreender que ele acreditava na Educação com uma condição primordial de mudança.

Ainda podemos compor com a pesquisa os quadros de funcionárias da instituição. Eram professoras com formação em pedagogia, parte formada no Colégio Ginásial Nossa Senhora da Glória, no curso técnico pedagógico, o qual teve ajuda do Padre para a sua fundação. Situação diferente do que denotou Kramer (2006) e Rosemberg (2003), nos seus estudos sobre as “Creches Casulos”, que eram compostas de professores leigos. Desta forma, as docentes foram as protagonistas das ações educativas e pedagógicas desenvolvidas pelo Jardim de Infância.

Pelas vozes da ex-professora Jadina Oliveira dos Reis Santos, da ex-professora e da diretora Maria Adenilde Melo Oliveira, que podemos entender a organização das turmas da instituição, o número de crianças por turma, a organização das séries, o processo de planejamento e os conteúdos que compunham o currículo escolar. Essas ações e práticas pedagógicas aconteciam mediante o desenvolvimento das atividades, exercícios, jogos, celebração das datas comemorativas e festivas, ações que diziam sobre a instrução de hábitos, valores e conhecimento.

A preocupação do Pe. Grégoire em preparar a instituição para receber crianças carentes de três a seis anos, não apenas do município, mas de cidades circunvizinhas, com estrutura adequada, configura-se em um fato de extrema importância. Percebemos, pelos relatos dos funcionários e dos ex-alunos, que a criação de uma instituição para crianças pequenas modificou os hábitos dos responsáveis e das crianças, que passaram, a partir de 1978, a ter acesso ao ensino infantil.

Esta pesquisa responde ao que se propôs contribuir com a historiografia das configurações da educação infantil no Alto Sertão Sergipano, também do município de Nossa Senhora da Glória, ampliando o campo de pesquisa no âmbito da História da Educação, especialmente no estado de Sergipe. Por meio dessa pesquisa, registramos as lembranças de sujeitos e agentes que fizeram parte da instituição. Foi por intermédio do arquivo fotográfico, documental e de lembranças que constituímos a pesquisa ora apresentada. Compreendemos a importância de investigações sobre instituições educativas como uma forma de conhecer os

processos educativos de uma comunidade por meio da instrução e institucionalização do ensino.

Perceber o Jardim de Infância enquanto instituição educativa, nos fez entender a sua representatividade na sociedade gloriense, pois essa possui um sentido histórico, uma consciência particular, a partir de um lugar e um tempo. Este estudo, além de projetar a expectativa de novas pesquisas sobre as configurações da educação, particularmente sobre a história da educação infantil, teve a pretensão de caracterizar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe como patrimônio histórico. Tê-lo como objeto de pesquisa representou a possibilidade de dar voz à história da educação da infância no sertão e, em específico, à contribuição dada pela instituição neste campo.

Além de instigar outros pesquisadores a investigar sobre essa instituição, tendo em vista a função e os diversos papéis desempenhados na sociedade gloriense, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe funcionava numa perspectiva de serviços em rede que tratavam de interdisciplinaridade profissional. A sua história atravessa o século XX e continua no século XXI, o que nos leva a compreender a durabilidade de uma instituição infantil, suas mudanças, uma vez que os seus processos revelam que ainda tem muito a ser dito sobre essa instituição escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ALENCAR, Cristóvão Barros de. **Bom dia, bom dia, bom dia**. s/d.
- ALMEIDA FILHO, José Carneiro de. **Memórias da educação rural em Sergipe (1947 a 1951)**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2017.
- SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no Estado de Sergipe (1947-1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2016.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANJOS, Diougo Rafael M. dos; SANTANA, Ednaldo Vieira; GRAZIELLE, Katyúcia. **A vida do Padre Grégoire na Bélgica e sua participação na Segunda Guerra Mundial: Um homem pré destinado**. Aracaju: Unit, 8 de novembro de 2007. 8 p.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BERRIO, Julio Ruiz. El metodo historico en la investigación historica dela educación. **Revista Española de Pedagogia**. Madrid: Instituto “San José de Calasanz” de Pedagogia/Consejo superior de investigaciones científicas. Año XXXIV.-Núm. 134.- Octubre- Diciembre, 1976.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo. Perspectivas, 1998.
- BRASIL. **Tendências demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico**. IBGE, Censo Demográfico 1970/1980.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Gois de Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

CODEX LURIS CANONICI, BENEDICTI PAPE XV. **Typis Polvalottis Vaticanis**. MCMXXXVI. 1917, 803 p.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. **Totus Tuus**. São Paulo: Edição Loyola, 1983, 764 p.

CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini. **Políticas públicas para a educação da criança pequena: uma análise das décadas de 1970 a 1990**. *Jornal de Políticas Educacionais*. v. 7, n. 13, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/35896>>. Acesso em: 6 set. 2018.

COSTA Rosemeire Macedo. **Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. 2003. 170 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2003.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. *Recherches Internationales*, n. 73, 3 – 2004. Disponível em: <<http://www.espaces-marx.net/>>. Acesso em: 8 ago. 2004.

DIDONET, Vital. **Balço crítico da educação pré-escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90**. Aberto, Brasília, ano 10, n. 50/51, abr./set., 1992.

FEBVRE, Lucien. Combats pour l'histoire. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. – Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

GRAÇA, Rogério Freire. **Civilidade e formação de professoras: um mosaico do ensino normal regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância/SE, 1949-1955)**, de 2012, Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Graduação, CITE – Centro de Inovação e Tecnologia Educacional, Universidade Tiradentes, 2012.

GULLAR, Ferreira. **A luta corporal**; Prefácio de Miguel Conde. 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1968. Disponível em: <[https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica\\_nacional/\\_social/Tecnologia\\_Social.html](https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html)>. Acesso em: 24 set. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 1950/2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios**. Aracaju, 1957.

IDÁNEZ, Maria José Aguilar; ANDER-EGG, Ezequiel. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. 3. ed., REAPN, 2007.

KRAMER. S. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1987.

KRAMER. S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e fundamental**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: n. 1, p. 5-14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, Cristiane de Souza Santana. **O Padre José Carvalho de Souza e o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus: uma história indissociável da educação**, de 2013. Aracaju/SE. Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Graduação, CITE – Centro de Inovação e Tecnologia Educacional, Universidade Tiradentes, 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Da Cadeira ao Banco: Escola e modernização (séculos XVIII – XX)**. Educa: Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Uma mulher difícil de ser convencida: Eugenia Hamann e os caminhos cruzados do feminismo e da filantropia**. Relatório de estágio de Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como bolsista sênior do CNPq (2015/2016).

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, José Joaquim Pereira. **Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais - Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. **Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do Baixo São Francisco**, 2010, 144 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2010.

NASCIMENTO, Michelline Roberta Simões do. **Jardim de Infância Joana Ramos: educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969-1985)**, 2015. Aracaju/SE. 129 p.: il., 30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Graduação, CITE – Centro de Inovação e Tecnologia Educacional, Universidade Tiradentes, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. **“Instruir e educar”**: práticas de formação no Colégio “Jackson de Figueiredo” (1938-1980). 2014. 213 f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 41. ed. Rio, São Paulo, Record, 1978.

REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

REZENDE, Cácia Valeria de Rezende. **Educação no sertão: memórias e experiências das professoras do Alto Sertão Sergipano (1950-1970)**. 2013. 217 p. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2013.

REZENDE, Cácia Valéria de. **Luzes do sertão: a contribuição da Escola Estadual Cícero Bezerra para a sociedade gloriense**. Aracaju: Editora Brasil Casual, 2018. 108 p.

RODRIGUES, Icles. **Histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra no leste europeu a partir do Heavy Metal: análise da obra da banda Sabaton**. Orientador: Márcio Roberto Voigt. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2016. 276 p.

ROSEMBERG, F. **A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 82, p. 21-30, agosto, 1992.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. F. **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 6/ 32, março, 2002.

ROSEMBERG, F. **Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea**. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO INFANTIL: construindo o presente. Anais. – Brasília: Unesco Brasil, 2003.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Revista Pro-Posições**, vol. 14, n. 1 (40), Jan/abr. 2003b.

SANINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 49. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

SANTANA, Gileno da Silva. **Padre Léon Grégoire: experiências sociais em Nossa Senhora da Glória (1971 – 2002)**. Nossa Senhora da Glória-SE, 2002. Monografia (Licenciatura em História) – Polo Regional de Nossa Senhora da Glória, Programa de Qualificação Docente II, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. 2011. 185 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.

SANTANA, Ednaldo Vieira de. **Vida e Obra de Padre Léon Grégoire**. Itabaina/SE. Monografia (Licenciatura em História) – Campus Itabaiana, Universidade Tiradentes-Unit, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Gral, 1989.

SANTOS, Bonifácio Nadja. **Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952)**. 2011. 287 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.

SANTOS, Carmem Lúcia. **O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”**. Instituto de Estudo Socioambientais: Boletim Goiano de Geografia. v. 30, n. 01. 2010.

SANTOS, Maria das Virgens dos. **O testemunho: Padre Léon Gregório. Nossa Senhora da Glória/SE**, 2000.

SILVA, A. S. e ROSA, M. F. Recordando e colando: origens da educação infantil nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul. In: MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira: 1875 – 1983**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

SILVA, France Robertson Pereira da. **Educação e preceitos da fé: o Colégio do Salvador (Aracaju/SE, 1935-1959)**. 2016. 162 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

SOUZA, G. História da educação infantil no Brasil: lugares, propósitos e ações que conformaram o jardim de infância e a creche como espaços de educação das crianças. In: FARIA FILHO, L. M. e ARAÚJO, V. C. (org.) **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória/ES: Edufes, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Márcia Moreira. **Creches e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fumec, 2005.

## FONTES DOCUMENTAIS

AZEVEDO, Eurico de Andrade. **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>>. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1980)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. [ECA (1990)]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília/DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. **Código de Menores**: Mello Mattos. Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, p. 1. Disponível em: <[http://ciespi.org.br/media/decreto\\_17.943%20A\\_12\\_out\\_1927.pdf](http://ciespi.org.br/media/decreto_17.943%20A_12_out_1927.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei nº 593**, de maio de 1967.

BRASIL. **Decreto nº 74.000**, de 1º de maio de 1974.

BRASIL. Decreto-lei nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. In: **Coleção de Leis do Brasil**, de 31/12/1923 - vol. 003, p. 363, col. 1.

BRASIL. Decreto-lei nº 30.846, de 02 de setembro de 2017. Dispõe sobre nova denominação da Escola Estadual Padre Léon Gregório e da outras competências. In: **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 2018.

BRASIL. **II Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979**. Brasília, 1977.

BRASIL. **Lei de nº 6.439**, de 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República [2018]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. **Lei que estabelece as “Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º Graus”**. Decreto-Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Mestrado e Doutorado em Educação**: linhas de pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<https://ppg.unit.br/pped/paginas/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CONCÍLIO VATICANO II. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/concilio-vaticano-ii/>>. Acesso em: maio 2018.

CONHECENDO GLÓRIA UM POUCO MAIS. Disponível em: <<http://histse.blogspot.com/2014/08/conhecendo-gloria-um-pouco-mais-entre.html>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

MAPA BÉLGICA. Fonte: Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belgium\\_relief\\_location\\_map.jpg?uselang=fr](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belgium_relief_location_map.jpg?uselang=fr)>. Acesso em: 20 maio 2018.

NAS GARRAS DA HISTÓRIA: Conhecendo Nossa Senhora da Glória-SE. Fonte: Disponível em: <<http://histse.blogspot.com/2014/08/conhecendo-gloria-um-pouco-mais-entre.html>>. Acesso em: 2 nov. de 2018.

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. **Biografia e Vida de Padre Léon Gregório**. 2015. 2p. Localizado em: Arquivo da Escola Padre Léon Gregório, Nossa Senhora da Glória, Sergipe.

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. **Diário Oficial de, 26 de junho de 2015**. 18 - Ano V - Nº 563, 26 de Junho de 2015.

PROFESSOR MANUEL CARDOSO. Disponível: <[http://professor-manuel.zip.net/arch2011-04-24\\_2011-04-30.html](http://professor-manuel.zip.net/arch2011-04-24_2011-04-30.html)>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SERGIPE. Fórum Estadual de Educação em Sergipe. Documento Base do Plano Estadual de Educação de Sergipe PEE/SE. Sergipe, maio de 2015.

SEPLAG. **Estudo sobre o analfabetismo em Sergipe**. Observatório de Sergipe, 2012.

SERGIPE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Estadual de Educação e Cultura**. 1971 – 1974. Aracaju – Dezembro de 1970.

## JORNAIS E REVISTAS

JORNAL GLÓRIA CLASSIFICADOS. Nossa Senhora da Glória, 19 de março a 02 de abril de 1997.

JORNAL GAZETA DE SERGIPE. **22 municípios sergipanos sofrem o flagelo da seca. Aracaju**. Ano XVI – nº 4.366. 21 e 22 de fevereiro de 1971.

REVISTA FLASH. Edição nº 5. Nossa Senhora da Glória/SE, outubro de 2003.

**FONTES ORAIS**

CRUZ, Robervaldo Alves. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

OLIVEIRA, Maria Adenilde Melo. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

SILVA, Doralice Azevedo. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

SANTOS, Jadina Oliveira dos Reis Santos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

SANTANA, Amintas Vieira de. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE, 2018.

SILVA, Glaucia Pamela de Jesus. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Ana Cristina de Sá. Nossa Senhora da Glória/SE 2018.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Nome de instituições nacionais e internacionais

QUANT.	NOME DAS INSTITUIÇÕES
1.	BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
2.	BIRD – Banco Mundial
3.	Câmara de Deputados de Brasília
4.	Comissão das Comunidades Europeias
5.	Comunidade da Austrália
6.	Consulado Confederação Suíça
7.	Consulado da Bulgária
8.	Consulado da Finlândia
9.	Consulado da Grã-Bretanha
10.	Consulado da Grécia
11.	Consulado da República Federal da Alemanha
12.	Consulado da República Francesa
13.	Consulado do Canadá
14.	Consulado dos Estados Unidos da América
15.	Consulado Estados Unidos Mexicanos
16.	Consulado Países Baixos (Capital Amsterdam)
17.	Consulado Recife
18.	Consulado Reino da Bélgica
19.	Consulado Reino da Dinamarca
20.	Consulado Reino da Espanha
21.	Consulado Reino da Suécia
22.	Consulado República da Austrália
23.	Consulado República da Hungria
24.	Consulado República da Itália
25.	Consulado República da Noruega
26.	Consulado República de Cuba
27.	Consulado República do Chile
28.	Consulado República do Panamá
29.	Consulado República Federal da Iugoslávia
30.	Consulado República Portuguesa
31.	Consulado Salvador

32.	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso)
33.	Ministério da Cultura
34.	Ministério da Educação e do Desporto
35.	Ministério da Previdência e Assistência Social
36.	Organização dos Estados Americanos (OEA)
37.	Organização Mundial de Saúde
38.	Organização Pan-Americana de Saúde
39.	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
40.	Senado Federal
41.	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)
42.	Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
43.	Fundo das Nações para a Infância (Unicef)
44.	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados coletados no arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

## APÊNDICE B – Nomes e ano dos documentos utilizados na pesquisa

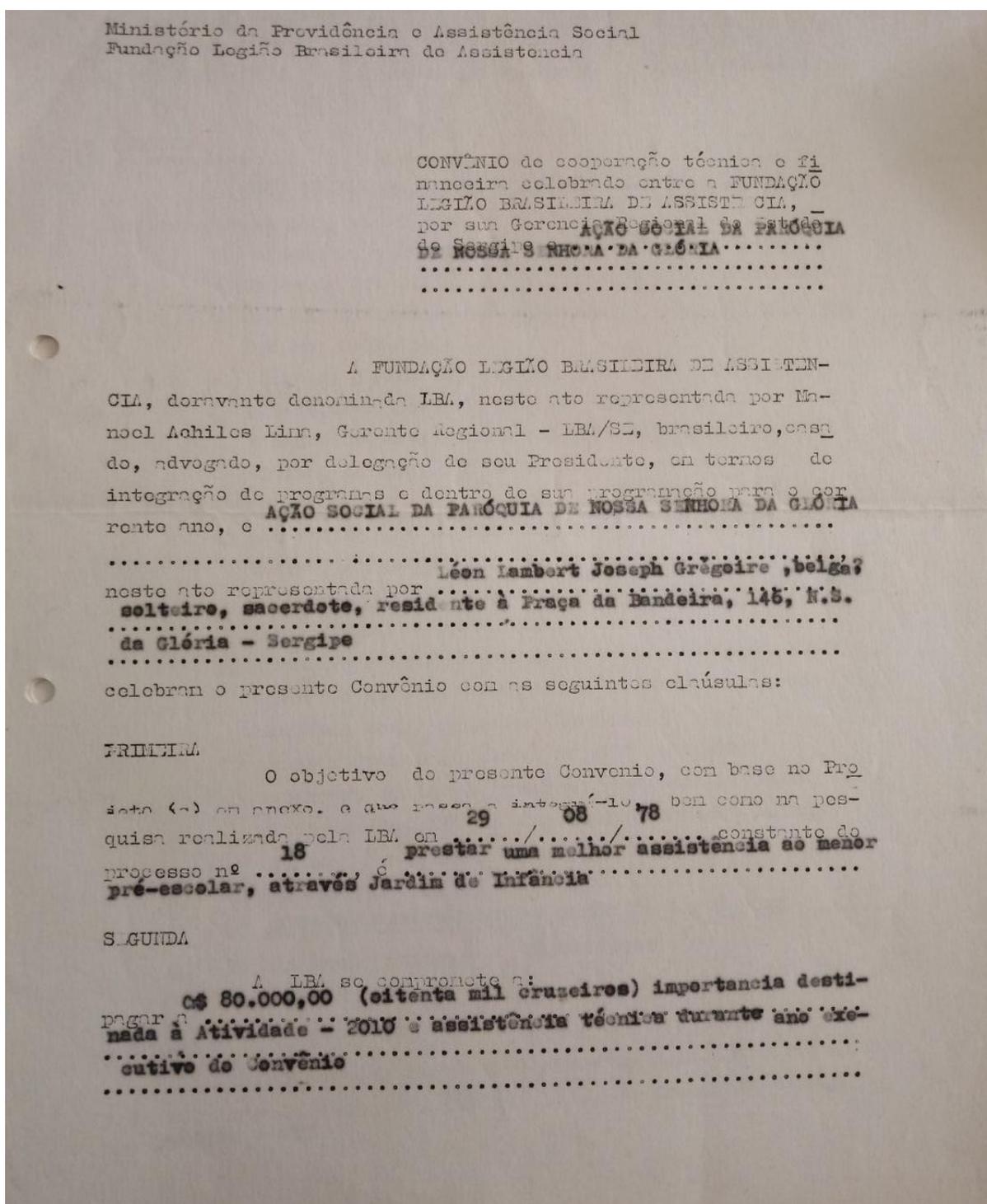
<b>DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>
Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória. Jardim Pequeno Príncipe – compra de materiais. Referente ao exercício de 1983. 31 de dezembro de 1983	1983
Agendas Pessoais de Pe. Grégoire	1968 de 1992
Anotações pessoais Pe. Grégoire	s/d
Anotações pessoais Pe. Grégoire	1976 – 1977
Anotações sobre doações para construção do Jardim de Infância Pequeno Príncipe	1983
Atestado de Cadastro, referente ao cadastro do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), datado de 26 de janeiro de 1984	1984
Caderno de anotação Pe. Grégoire	1969
Caderno de anotações de Pe. Grégoire da construção do Jardim de Infância Pequeno Príncipe	1983
Cálculos do Padre sobre a metragem das salas de aula	1983
Central de Contratos e Convênios do Projeto Casulo (Cecon), Fatura Mensal para os convênios da área de Assistência Social ao Projeto Creche	s/d
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA em 11 de setembro de 1978	1978
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA	1979
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA	1980
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA	1981
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA	1982
Convênio de Cooperação Técnica firmado entre Ação Social e a LBA	1983
Convênio de número 0693, da LBA e Ação Social, de 04 de abril de 1984, tinha a finalidade de prestar atendimento integral a 400 crianças	1984
Convênio de número 1030, da LBA e Ação Social, celebrado em 29 de abril de 1983	1983
Documentação para firmar convênio Legião Brasileira de Assistência Social	1978
Documento Ação Social informando ao Projeto Casulo sobre mudança no quadro de atendimentos das crianças do Jardim. Datado de 1 de março de 1985	1985
Endereços de Instituições Nacionais e Internacionais	1970 a 1990
História do asilo/idoso	s/d
Jornal <i>Glória Classificados</i>	1997
Livro Ata da Casa Paroquial de Nossa Senhora da Glória	1971
Mensagem de homenagem	2000
Ofício solicitação de ligação de água encanada para o Jardim de	1990

Infância. Datado de 22 de novembro de 1990	
Orientações técnicas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), de 1983, para construção de instituições de atendimento ao menor	1983
Plano de Pastoral da Diocese de Propriá para as comunidades eclesíásticas	1981
Planta do jardim de Infância Pequeno Príncipe	1983
Prestação de Constatos de Contratos / Convênios da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória de janeiro a junho de 1990	1990
Primeiro convênio de cooperação técnica entre a LBA e Ação Social de Nossa Senhora da Glória	1978
Projeto Casulo Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória	1978
Prontuário de Matrícula das crianças no Jardim de Infância Pequeno Príncipe	s/d
Quadro do escritor Antoine de Saint-Expéry	s/d
Registros de matrícula do Jardim de Infância Pequeno Príncipe	1979
Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, de 12 de setembro de 1986	1986
Relatório de Atividades Ação Social de Nossa Senhora da Glória Exercício	1979
Relatório de Atividades da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória	1982
Relatórios de Atividades da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória	1981
Resolução de nº 452/92/CEE.	1992

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos coletados no arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

**ANEXOS**

ANEXO A – Convênio de cooperação técnica entre Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória e Legião Brasileira de Assistência Social (1988)



Fonte: Acervo Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO B – Modelo de Projeto Social da Legião Brasileira de Assistência Social  
(s/d)

PROJETO CASUAL

Exercícios .....

Total de verbos recebidos.....

1. Justificativa *Benefício a criança carente e sua família.*

2. Objetivos

3. Metas (numero de Unidades-consultas e numero de vagas a serem criadas)

4. MUNICÍPIO ATINGIDO

5. PLANO DE APLICAÇÃO - (em anexo)

6. Recursos financeiros disponíveis pela Entidade (outros além de L.B.A.)

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (em anexo) (Trabalho Educativo com as pais das crianças beneficiadas pela Unidade no ano .....

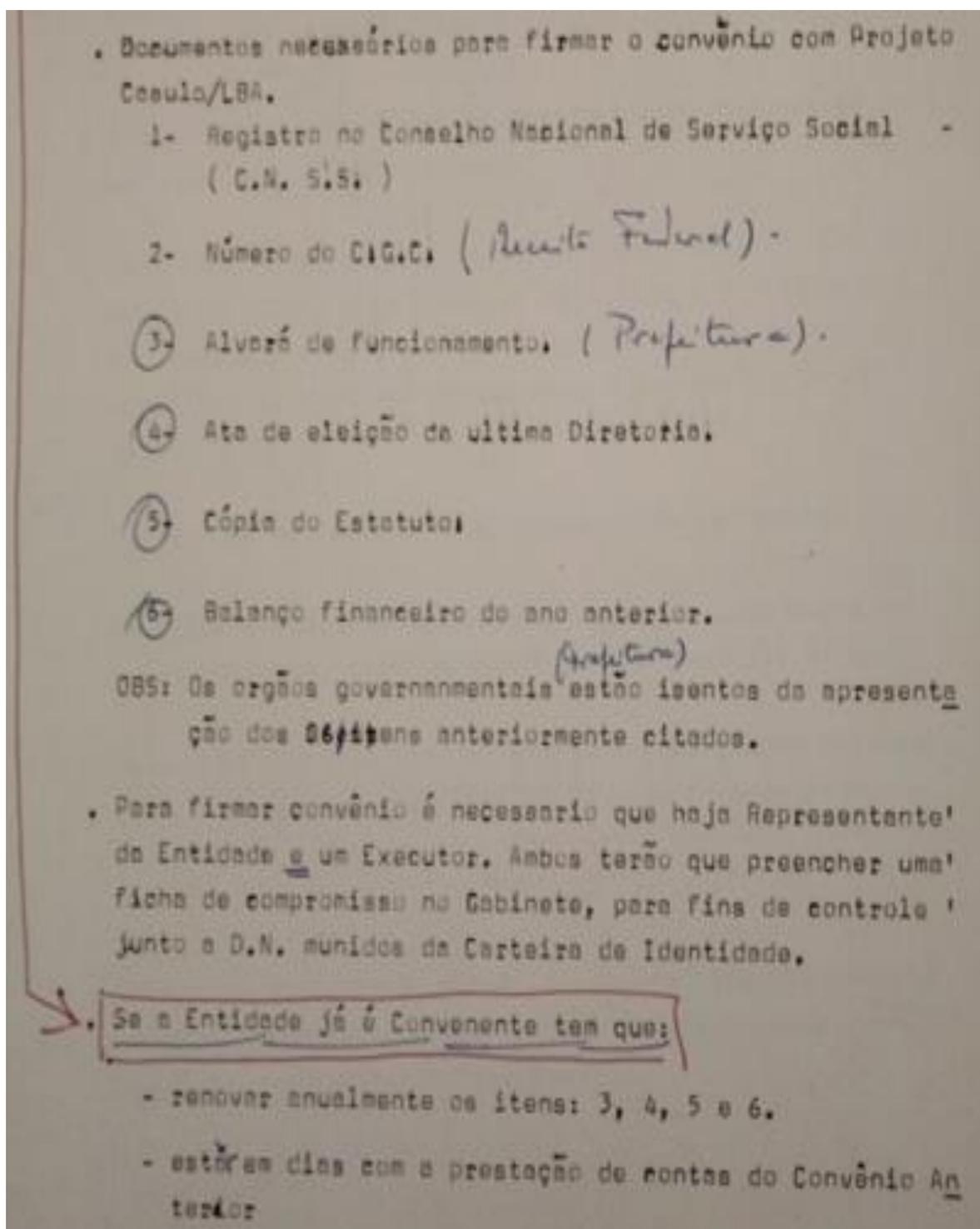
8. ENTIDADE RESPONSÁVEL:

\_\_\_\_\_  
DATA

\_\_\_\_\_  
SIGNATURA DO RESPONSÁVEL

Fonte: Arquivo pessoal Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO C – Documentação para firmar convênio Legião Brasileira de Assistência Social (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO D – Relatórios de Atividades da Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Glória (1981)

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1958      CNES N. 83.060-60  
 Praça Antônia - Centro de N. S. da Glória - Aracaju - Livro A-5, Fm. III N. 002 17.09.1959  
 C.E.C. 011537021-02      PRAÇA DA SENHORA, 146  
 N. S. da Glória - Sergipe

**EXERCÍCIO DE 1981**  
**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES**  
 \*\*\*\*\*

**PROJETO CASULO:** 30% crianças de 1 mês a 6 anos.  
 Completamente gratuito para as famílias.  
 Vistos regularmente pelo médico.

3 convênios :

- Com a Legião Brasileira de Assistência - L.B.A.  
 (para a Alimentação, o Vestuário, o Material didático)  
 para 300 crianças.
- Com a FHEM (para material de consumo)  
 para 20 crianças.
- Com a Prefeitura Municipal - Setor de Educação  
 (dá uma parte das funcionárias)

1) **CRACHE "SORRISO DE CRIANÇA"** : para os 30 casos mais graves  
 (mães pobres obrigadas a trabalhar fora de casa sem ninguém para cuidar das crianças: viúvas, abandonadas, solteiras)  
 De 1 mês a 2 anos de idade.  
 Funciona 10 horas por dia sem nenhum período de Férias.  
 Tem programa de atividades educacionais para as mães.

2) **JARDIM "PEQUENO PRINCIPE"** : de 3 a 6 anos de idade.  
 35% crianças consideradas como "carentes" (critérios da FHEM)  
 Funciona 8 horas por dia com 1 mês de férias por ano.  
 Recebem diariamente um almoço completo e merendas.  
 Recebem farda, material didático, remédios.

A verba do MEC serve para o pagamento das funcionárias, problema mais difícil para a Entidade.

**ESCOLAS DE COSTA-COSTURA:** 6 escolas totalizando 96 alunas pobres.  
 Gratuito. (Sem convênios).

Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO E – 1º convênio de cooperação técnica entre LBA e Ação Social de N. Sra.  
da Glória (1978)

Ministério da Previdência e Assistência Social  
Fundação Legião Brasileira de Assistência

CONVÊNIO de cooperação técnica e financeira celebrado entre a FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, por sua Gerência Regional do Estado de Sergipe e AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA .....

A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, doravante denominada LBA, neste ato representada por Manoel Achilles Lima, Gerente Regional - LBA/SE, brasileiro, casado, advogado, por delegação de seu Presidente, em termos de integração de programas e dentro de sua programação para o corrente ano, e AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA .....

neste ato representada por Léon Lambert Joseph Grégoire, belga, solteiro, sacerdote, residente à Praça da Bandeira, 146, N.3. da Glória - Sergipe .....

celebram o presente Convênio com as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

O objetivo do presente Convênio, com base no Projeto (a) em anexo, e que possui a integralidade, bem como na pesquisa realizada pela LBA em 29/08/78, constante do processo nº 18, é prestar uma melhor assistência ao menor pré-escolar, através Jardim de Infância .....

SEGUNDA

A LBA se compromete a: pagar a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) destinada à Atividade - 2010 e assistência técnica durante ano executivo do Convênio .....

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.



3.5 Piso: ladrilho ( ) cimento ( ) tijolo ( )  
terra batida ( )

3.6 Cobertura: telha ( ) zinco ( ) palha ( )  
outros ( ) \_\_\_\_\_

3.7 Condições sanitárias: esgoto ( ) fossa ( )  
terreno ( ) nenhuma ( )

3.8 Origem da Água: encanada ( ) outros ( ) \_\_\_\_\_

3.9 Iluminação: elétrica ( ) outros ( ) \_\_\_\_\_

3.10 Destino do lixo: queimado ( ) enterrado ( )  
coletado ( ) outros ( ) \_\_\_\_\_

III-ASPECTO NUTRICIONAL

1. Número de Refeições diárias: \_\_\_\_\_

2. Alimentos mais frequente: \_\_\_\_\_

IV- LAZER:

1. Fora do horário de Trabalho, o que faz a família? \_\_\_\_\_

V - ASPECTO DE SAÚDE:

1. Condições de Nascimento:

1.1 Parto normal  cesário  forceps   
premature

1.2 Local do Parto: domiciliar  Maternidade.

1.3 Peso: Nascer \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_

1.4 Comprimento: Nascer \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_

1.5 Defeitos físicos: Sim  Não

2. Crescimento e Desenvolvimento:

1.6.1 Andou na idade normal? ou atrasou? \_\_\_\_\_  
Sentou na idade normal? ou atrasou? \_\_\_\_\_  
Faleou na idade normal? ou atrasou? \_\_\_\_\_

3. Alimentação:  
Leite Materno Sim  Não  Outro \_\_\_\_\_

4. Doenças:  
Sarampo:  Coqueluche  Catapora   
Ataques ou desmaio  Outros: \_\_\_\_\_

5. Imunização:  
BCG  Tríplice  Sabim  Anti-Sarampo   
Anti-Variola  Outros \_\_\_\_\_

6. Doenças graves na família (atuais) - alcoolismo, tuberculose, ataque, outros \_\_\_\_\_

GRAU DE PARENTESCO DO MENOR	TIPO DE DOENÇA	RECEBEU TRATAMENTO

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO G – Anotações do Pe. Grégoire de doações para construção do Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1983)

VIGAM. JARDIM 1983.

1,20	:	25	(portas)	1.000,00	
1,50	:	14	(janelas - casa)	1.000,00	
3,00	:	41	(combos, janelas). (100 kg)	3.500,00	
				3.500,00	
2,90	ETA CH	:	150 (63 kg)		
<hr/>					
BRITA - ZERO	:	7.400	/m <sup>3</sup>	} imposto : ± 1.000 /m <sup>3</sup> .	
"	briz	:	5.600 /m <sup>3</sup>		
<hr/>					
<u>VERGALHO</u>	:	1/2 x 50	:	<u>Mediana</u> 300	<u>União</u> 490
	:	3/5 x 25	:	400	570
<hr/>					
<u>PEDRA de ALICERCE.</u>					
D. Maria do Carmo Alves Nascimento.					
10 caminhões.					
FRENTE de SERVIÇO - SUDENE - SECA - Sr. Lucas :					
300 Mulheres.					
200 maretas (p. fazer brita).					
Lonas - plásticas					

Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO H – Atestado de Cadastro do Jardim de Infância Pequeno Príncipe junto à  
Febem (1984)

Governo  
JOÃO ALVES FILHO  
**SERGIPE**  
MÃOS A OBRA

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR / FEBEM

**ATESTADO DE CADASTRO**

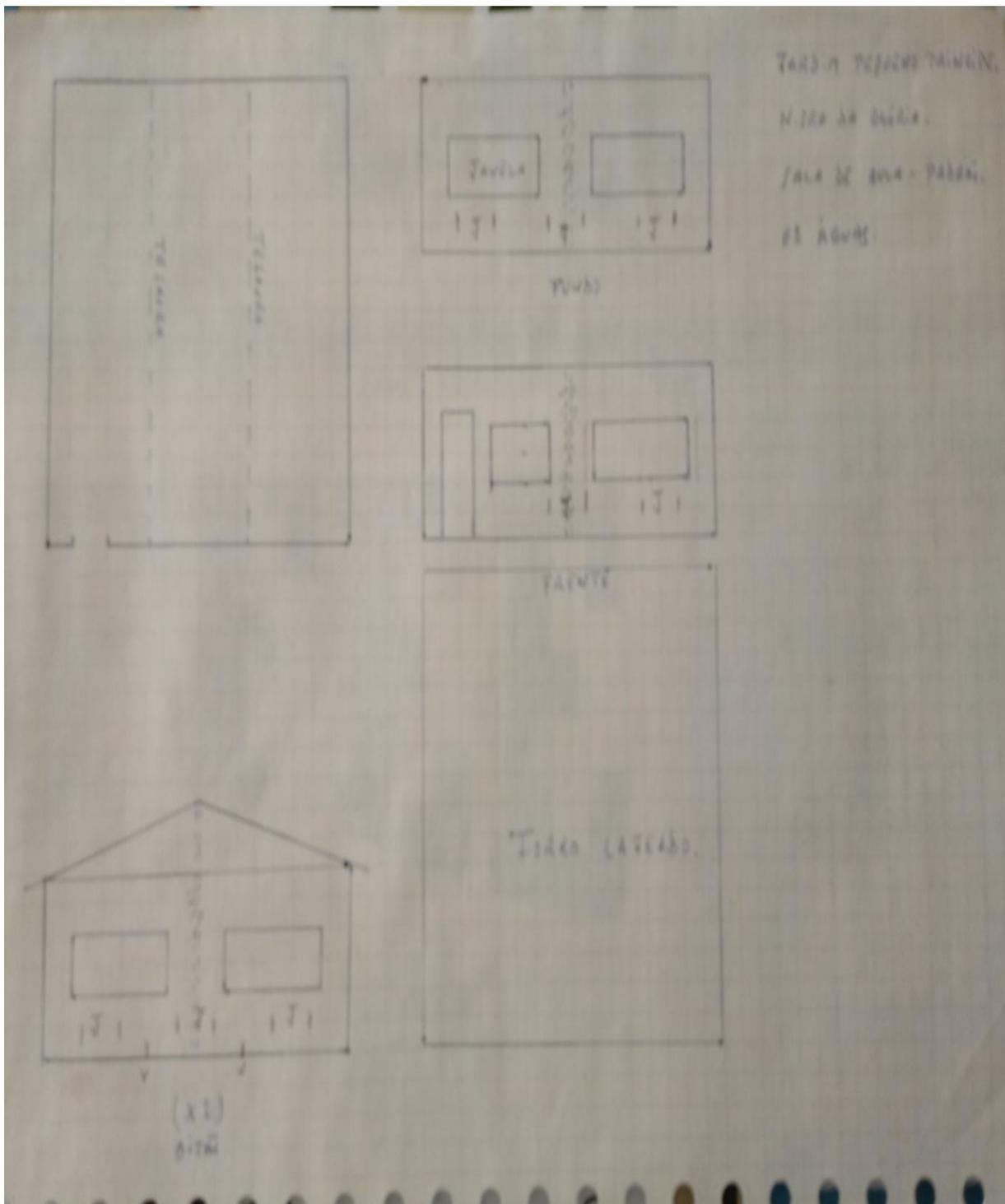
ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE,  
JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE (GLÓRIA-SE) .....,  
SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER EDUCATIVO E ASSISTENCIAL SEM  
FINS LUCRATIVOS, COM SEDE NO ESTADO DE SERGIPE, ENCONTRA-SE  
CADASTRADO (A) NA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR -  
FEBEM/SE, SOB O NÚMERO.27.(02/10/81) ....

APACAJU, 26 de janeiro de 1984

PROF. REV: JEREMIAS BOMÃO DE BRITO  
PRESIDENTE DA FEBEM/SE

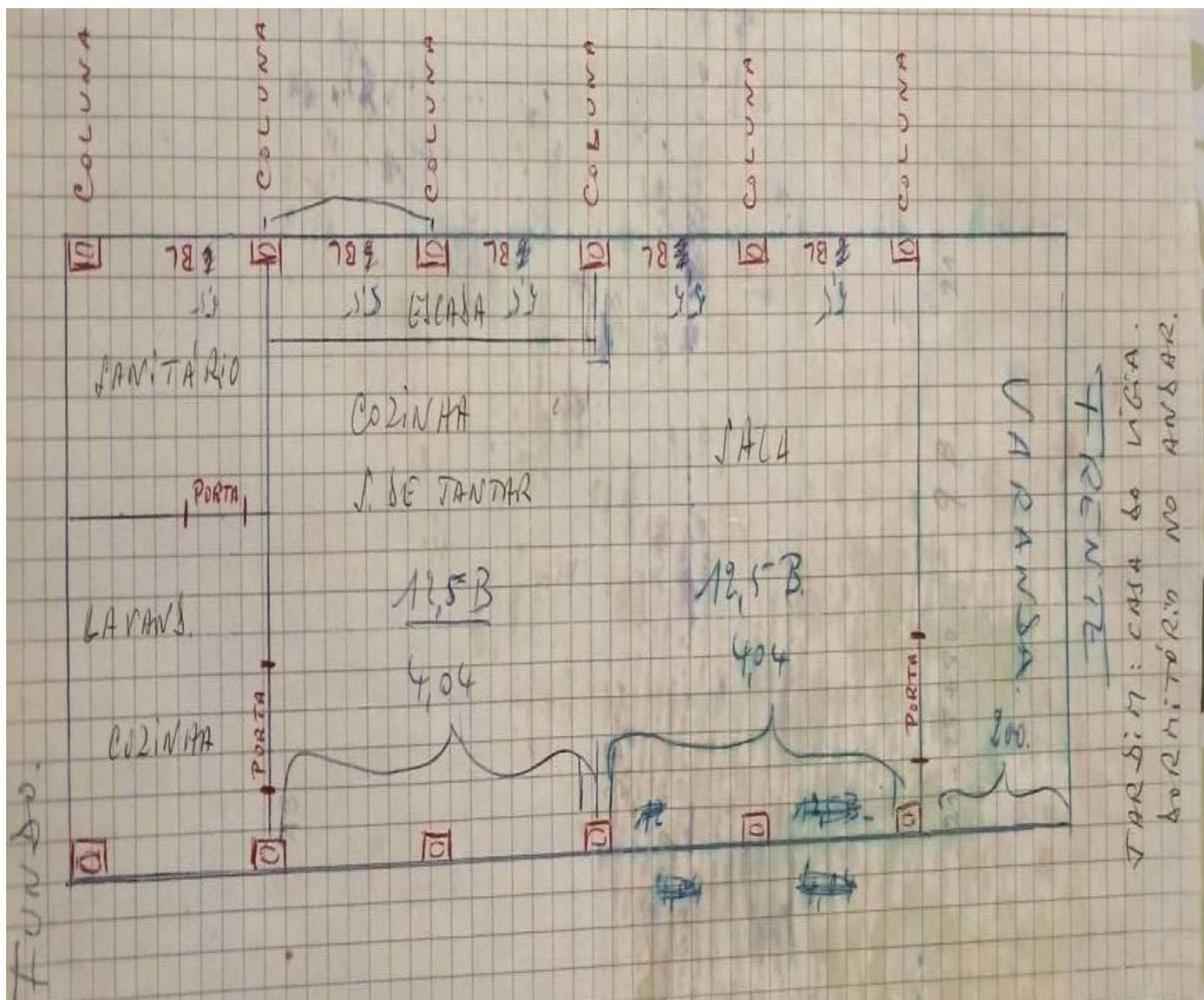
Fonte: Arquivo do Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO I – Planta do Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1983)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO J – Planta da casa para o vigia do Jardim de Infância (1983)



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO K – Projeto de Hortaliças (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

## ANEXO L – Projeto de Criação de Patos e Peixes (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO M – Projeto Biodigestor (s/d)



Fonte: Arquivo pessoal de Doralice Azevedo da Silva, 2018.

## ANEXO N – Relação dos Funcionários Pequeno Príncipe (1991)

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA  
JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE E CRECHE  
 DATA: 13.08.91

PROFESSORES (2)

Marta Gardênia Barreto  
 Maria Geane Feitosa Aragão Santos  
~~Maria Luciene Santana~~  
~~Suldaia Silva da Graça~~  
 Maria Rita Santana Santos (Tia R. L.).  
 Maria Edelvita Santos  
 Maria José Dias (T. K. L.).

SERVENTES (3)

Maria Alzenira dos Santos  
 Maria da Graça O. Goes - (~~M. L. S. S. S. S.~~)  
 Lejaldina Sinessia Amaral (~~M. S.~~) (M. S. de B. L. C.)  
 Maria José Santos Lima  
 Maria de Lourdes Feitoza Santos  
 Elma Santos (carro).

FUNCIONÁRIOS DA CRECHE (Preferência) (1) Recebem na Prefeitura.

06 MS. Prof. Maria do Socorro Souza.  
 07 MS. Prof. Elizabete de Jesus Bispo.  
 04 MS. Prof. Terezinha Rodrigues Barreto Santos.  
 04 MS. Prof. Maria José de Andrade Santos.  
 06 MS. Prof. Rita de Cécia Santos. (8-11 MS?)  
 07 MS. Prof. Maria Souza (M. S. Augusto).  
 04 MS. Prof. Maria de Fátima (amiga de Elvizia) recebe?  
 4 MS. Prof. Maria Hilda Souza (recebe pelo folha da ama) (10.000 / MS) (4 MS na ca.)

JOSIAS  
 FAVELIAS

M<sup>a</sup> Adenilde Oliveira Melo  
 Maria Adenilde Oliveira Melo  
 Diretora

Fonte: Arquivo Pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO O – Resolução de nº 452/92/CEE (1992)

  
 GOVERNO DE SERGIPE  
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
**RESOLUÇÃO Nº 452/92/CEE**

Concede autorização para o oferecimento da Educação Pré-Escolar, no Jardim "Pequeno Príncipe", localizado no município de Nossa Senhora da Glória.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Resoluções nºs 094/85 e 003/85, deste Colegiado,

considerando o que consta do Processo nº 456/89/CEE;

tendo em vista, ainda, o Parecer nº 458 aprovado por este Conselho, em Sessão Plenária de 10.12.92,

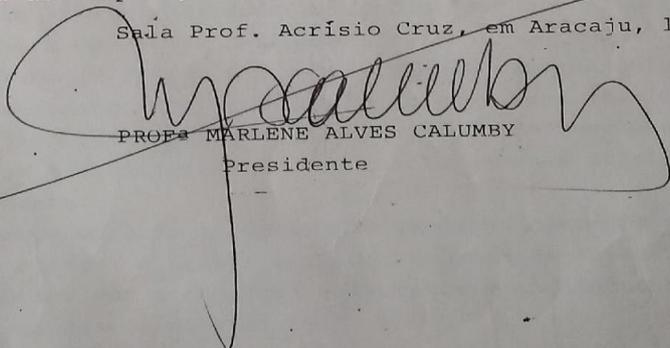
**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Fica concedida autorização para o oferecimento da Educação Pré-Escolar no Jardim "Pequeno Príncipe", localizado no município de Nossa Senhora da Glória, com efeito retroativo ao início de suas atividades.

**Art. 2º** - A presente autorização será concedida, inicialmente, pelo prazo de 4 (quatro) anos, podendo ser renovada por período de igual duração, de acordo com o disposto no Art. 16 da Resolução nº 094/85, deste Colegiado,

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala Prof. Acrísio Cruz, em Aracaju, 10 de dezembro de 1992.

  
 PROF. MARLENE ALVES CALUMBY  
 Presidente

nma  
 Biblioteca Pública Epiphânio Dória  
 alongamento da Rua Vila Cristina, S/N  
 e: 224-1931 - CEP: 49020-150 - Aracaju-SE

Fonte: Arquivo pessoal de Pe. Grégoire, 2018.

ANEXO P – Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**  
Fundada em 03-04-1958 — CNSS N.º 83.660-60 (14-09-60)  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-8, Fls. 118 N.º 692 17 - 09 - 1959  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELAÇÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
R. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OBSTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MÊSES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
01	Ana Paula da Silva Resende	Conj. COHAB, S/N	5 ano	7:00-12:0
02	Antonio Ferreira Santos	Coj. COHAB, S/N	" "	" "
03	Alaelson da Silva	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
04	Ademilson Batista dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
05	Antonio César Santos	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
06	Cleverton Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
07	Dilma Maria Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
08	Elaine Cristina Santos	Rua 15 de Agosto, S/N	" "	" "
09	Elenilza Vieira Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
10	Flávio Garcia Monteiro	Rua Projetada, S/N	" "	" "
11	Genison Alberto de Oliveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
12	Gilberto de Santana Andrade	Av. Carira, S/N	" "	" "
13	Ivanilde dos Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
14	Ivanluzia Silva Reis	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
15	Ionas Santos Araujo	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
16	Jacira de Lima Santos	Rua José P. Santos, S/N	" "	" "
17	Josineide Feitosa Santos	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
18	Josileide Lima Costa	Rua Ana M. Bezerra, S/N	" "	" "
19	Josivania da Silva Monteiro	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
20	José Ricardo S. Feitosa	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
21	José Roberto Vieira Aragão	Av. 7 de Setembro, S/N	" "	" "
22	José Niveton Feitosa	Rua Projetada, S/N	" "	" "
23	José Carlos da Costa	Rua Alfredo N. da Mota, S/N	" "	" "
24	Jenilvon Oliveira dos Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
25	Manoel Messias da Rocha	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
26	Maurilio de Jesus Andrade	Av. Manoel E. da Mota, S/N	" "	" "
27	Marilene da Silva Borges	Rua Projetada, S/N	" "	" "
28	Maria Madalena Fausto de M.	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
29	Maria Auxiliadora S. Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
30	Maria José de Almeida	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
31	Maria Nelvania Barbosa	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
32	Nadja Gardenia da Silva	Rua Projetada, S/N	" "	" "
33	Patricia Alves da Silveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
34	Reginaldo Bispo Nunes	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
35	Rosileide Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
36	Silvio Lima de Sousa	Rua Projetada, S/N	" "	" "
37	Silvia Adriana da Silva	Boa Esperança	" "	" "
38	Suzana Maria Barreto Santos	Rua Manoel Bezerra Lemos	" "	" "
39	Weslamark Barreto	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
40	Wilamis Ribeiro	Rua José P. Santos	" "	" "
41	Antonio Marcos de Amaral	Rua Manoel B. Lemos, S/N	" "	" "
42	Alessandro Pereira Santos	Rua Monte Alegre, 521	" "	" "
43	Arenilton da Silva	Bairro Silos, S/N	" "	" "
44	Diartele Nogueira de Souza	Conj. COHAB	" "	" "
45	Daniel Ferreira da Silva	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
46	Everton Alves da Silveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
47	Elaine Cristina S. Angelo	Rua Porto da Folha, S/N	" "	" "
48	Herbeto Lima	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
49	José Vaudeanes Nunes	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "

*Maria Ademildi Melo Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1958 — CNSS N.º 83.660-60 (14-09-60)  
 Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-8, Fls. 118 N.º 692 17 - 09 - 1959  
 Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1577 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
 C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELAÇÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
 N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
 PERÍODO DOS MÊSES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
 CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
 - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
50-	José Francisco Filho	Rua Poço Redondo, S/N	6 ano	8:00-12:00
51-	Josevaldo Feitosa da Cruz	Rua São Francisco, S/N	" "	" "
52-	Julio César Santos	Rua Manoel B. Lemos, 31	" "	" "
53-	José Ricardo Silva Conceição	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
54-	José Alberto de Lima	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
55-	Jerelucia Souza dos Santos	Rua D. José V. Tavora, S/N	" "	" "
56-	Josecleide Oliveira Santna	Rua Alcino Alves Oliveira	" "	" "
57-	Lucineide da Silva	Rua Jucelino Kub, S/N	" "	" "
58-	Lucineide Gomes da Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
59-	Marcio André Moreira	Rua da Palma, S/N	" "	" "
60-	Marcio André da Paixão	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
61-	Manoel Messias dos Santos	Rua Manoel F. Lemos, S/N	" "	" "
62-	Marta Fabiana dos Santos	Rua Amilton Goes, 47	" "	" "
63-	Maria Rosileide Barros	Rua D. José V. Tavora	" "	" "
64-	Maria Roxangela Barros	Rua D. José V. Tavora, 38	" "	" "
65-	Maria da Conceição Lima	Rua Amilton Goes, S/N	" "	" "
66-	Maria Elizangela Aragão	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
67-	Maria Lucia Medrade	Rua Tobias Barreto, 219	" "	" "
68-	Maria Edivanea da Silva	Rua José P. dos Santos, S/N	" "	" "
69-	Maria Aparecida Leandro	Rua da Palma, S/N	" "	" "
70-	Maria Elizangela V. Rocha	Trav. da Alegria, S/N	" "	" "
71-	Maria Cecília S. Bomfim	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
72-	Roseane Santos	Bairro Silos, S/N	" "	" "
73-	Rosimeire G. dos Santos	Rua Alto da Glória, 450	" "	" "
74-	Rosania dos Santos	Rua Manoel Bexerra Lemos	" "	" "
75-	Sandra Ferreira dos Santos	Sítio Olhos D'água	" "	" "
76-	Silva Adriana dos Santos	Trav. da Alegria, S/N	" "	" "
77-	Vagnerm Ferreira da Silva	Poço Redondo, S/N	" "	" "
78-	Valdilene dos Santos	Sítio Olhos D'água	" "	" "
79-	Vanúbia Alves dos Santos	Rua Esaira de Oliveira	" "	" "
80-	Kátia Simone P. Santos	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
81-	Ancelmo Oliveira Lisboa	Av. 7 de Setembro, 111	" "	" "
82-	Anderson Charles Santos	Av. Oeste, S/N	" "	" "
83-	Andreia Pereira dos Santos	Rua Isaura De Oliveira, S/N	" "	" "
84-	Almira Feitosa Aragão	Rua Canindé de S. Francisco	" "	" "
85-	Angela Marcia de C. Aragão	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
86-	Cristiane dos Santos Nazaré	Av. Leste, 33	" "	" "
87-	Ana Lucia dos Santos	Trav. da Alegria, S/N	" "	" "
88-	Cristiana Ramos da Silva	Conj. COHAB, 44	" "	" "
89-	Evilasio Alves da Silva	Rua Floriano Peixoto, 56	" "	" "
90-	Edivanio Silva Santana	Rua Antonio P. de Souza	" "	" "
91-	Dianna dos Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
92-	Genae Souza Angelo	Rua Porto da Folha, S/N	" "	" "
93-	Franco André dos Santos	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
94-	Irene da Silva	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
95-	José Roberto Andrade Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
96-	José Edinaldo Araujo	Bairro Silos, S/N	" "	" "
97-	José de Lima	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
98-	Jean Everton Santos	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "

*Maria Ademildi Melo Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

**ACÇÃO SOCIAL DA PAIÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1955 - CNSS N.º 83600-00 1-09-4  
 Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju - Livro A-5, Fls. 118 N.º 82 17 de 09-1955  
 Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 03-12-74  
 G. C. 13.113.519/0001-28 - Praça da Bandeira, 146 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
 N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/E - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
 PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
 CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
 - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
89-	Mã. Katia Daniela dos Santos	Sítio Riacho Grande	3 anos	8:00-12:00
90-	Maria Leidivania de Santana	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
91-	Maria Cleidice de Souza	Rua D. José V. Tavora, S/N	" "	" "
92-	Doro Cristina de Oliveira	Pça. 15 de Agosto, S/N	" "	" "
93-	Elisandra Santos Feitosa	Sítio São Domingos	" "	" "
94-	Fernanda Mã. Freitas Santana	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
95-	Gledson Cardoso Feitosa	Rua Ana Mã. Bezerra, S/N	" "	" "
96-	Jackson da Silva Santos	Rua São Domingos	" "	" "
97-	Josefa Leticia de Oliveira	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
98-	Everton E. de Almeida	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
99-	Maria Regiane da Silva	Faz. São Domingos	" "	" "
00-	Mã. da Conceição M. de Freitas	Rua José L. da Silva, S/N	" "	" "
01-	José Elclis dos Santos	Rua Carira, 344	" "	" "
02-	Edvânio Ribeiro	Rua Amilton Goês, 224	1 "	7:00-17:00
03-	Edna Oliveira Alves	Barro Braço da Cruz, S/N	" "	" "
04-	Eliângela Vieira Costa	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
05-	Josivan Silva Santana	Rua Antonio V. de Souza, 170	" "	" "
06-	Estevão José Santana	Rua Tobias Barreto, 378	" "	" "
07-	José Valdinêi da Silva	Rua Alto da Glória, 318	" "	" "
08-	Luciano José Ribeiro	Rua Amilton Goês, 277	" "	" "
09-	Aurelina de Oliveira	Rua Isaura de Oliveira, 360	" "	" "
10-	Clesiane Bernardo Nascimento	Rua Isaura de Oliveira, 423	" "	" "
11-	Carlos Henrique Santana	Rua Isaura de Oliveira, 430	" "	" "
12-	Elandio Vieira da Costa	Rua Tobias Barreto, 325	2 "	" "
13-	Gilberto dos Reis Santos	Bairro Braço da Cruz, S/N	" "	" "
14-	Jucileide de Jesus	Rua Alto da Glória, 178	" "	" "
15-	Solange Dantas de Almeida	Rua Jucelino Cub, 345	" "	" "
16-	Marcone da Silva Vieira	Rua Luiz José da Silva, 193	" "	" "
17-	Jairo Dias dos Santos	Rua Alto da Glória, 134	" "	" "
18-	Maria Elizânia Nunes	Rua Manoel V. de Souza, 404	" "	" "
19-	Jucileide Dias dos Santos	Rua Alto da Glória, 455	" "	" "
20-	Luciana Tavares de Lima	Rua Alto da Glória, 118	" "	" "
21-	Janisson Pereira dos Santos	Rua Isaura de Oliveira, 540	" "	" "
22-	Maria Patrícia G. da Silva	Rua Isaura de Oliveira, 423	" "	" "
23-	Pedro Roberto A. dos Santos	Rua D. José V. Tavora, 165	" "	" "
24-	Flávia Nayara dos Santos	Rua Luiz José da Silva, S/N	" "	" "
25-	Gildivan Silva S. Santos	Rua Isaura de Oliveira, 210	" "	" "
26-	Jackson Aparecido Oliveira	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
27-	Alexandra de Santana	Rua Santos Dumont, S/N	" "	" "
28-	João Paulo dos Santos	Rua Santos Dumont, S/N	" "	" "
29-	Jakeline da Conceição	Bairro Braço da Cruz, 403	" "	" "
30-	Eliza Regina dos Santos	Rua Capela, 11	" "	" "

*Assinado Adenildo de Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA				
Fundada em 03-04-1958				
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju - Livro A-5, Fls. 118 N.º 692 17 - 09 - 1959				
Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1577 de 29-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74				
C. G. C. 13.113.519/0001-28 - Praça da Bandeira, 146 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe				
<p>RELAÇÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.</p> <p>EM 12.09.1986</p>				
Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
99-	Josevanio Vieira da Costa	Rua 15 de Agosto, 373	5 anos	8:00-12:00
100-	José Sergio Goês Lima	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
101-	Joelma Vieira da Costa	Rua Ana M <sup>a</sup> . Bezerra, S/N	" "	" "
102-	Jozenita Reis	Rua Luiz José da Silva	" "	" "
103-	Luiz Carlos de Jesus	Rua Luiz J. da Silva, S/N	" "	" "
104-	Leane Cristina A. da Silva	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
105-	Marcelo Santos Oliveira	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
106-	Marcelo da Silva Rexende	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
107-	Marcia José Nazare	Av. Oeste, 33	" "	" "
108-	Maria Adriana Lima	Rua Claudon de Souza, 78	" "	" "
109-	Marcia Cristina Santos	Rua Alto da Glória, 482	" "	" "
110-	Marli da Silva Borges	Rua da Palma, S/N	" "	" "
111-	Maria Sandra de Jesus	Rua Manoel Odilon, S/N	" "	" "
112-	Marcia Cleane dos Santos	Bairro Silos, S/N	" "	" "
113-	Nicácia Maria Vieira	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
114-	Patricia Alves Feitosa	Trav. Alegria, S/N	" "	" "
115-	Overlandia de Aragão	Rua da Palma, S/N	" "	" "
116-	Suzilei Almeida dos Santos	Rua Mestre Senhorzinho, S/N	" "	" "
117-	Terino Lima de Jesus	Rua Mizaél de Barros, S/N	" "	" "
118-	Vanilde de Oliveira Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
119-	Weslei Ribeiro	Rua José F. Santos, S/N	" "	" "
120-	Warla Fabiani Aragão	Rua Manoel Francisco L. S/N	" "	" "
121-	Wiliman Meneses	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
122-	Ana Cleide dos Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
123-	Ana Livia Meneses	Conj. COHAB, 425	" "	" "
124-	Ana Lucia Amaral dos Santos	Rua Poço Redondo, 433	" "	" "
125-	Bruna Fabrine Dantas	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
126-	Claudiene dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
127-	Clesia Cardoso Feitosa	Rua da Palma, S/N	" "	" "
128-	Carlos André dos Santos	Rua Manoel F. de Lemos, S/N	3	" "
129-	Carlos André de J. Ferreira	Rua Tiradentes, 36	" "	" "
130-	Carlos Genesis Santos Dias	Rua Manoel V. dos Santos,	" "	" "
131-	Clemeson Goês Oliveira	Av. 7 de Setembro, 149	" "	" "
132-	Claudio de Jesus Gomes	Rua Tiradentes, S/N	" "	" "
133-	Celio Roberto Andrade Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
134-	Edivan Hilario	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
135-	Flávia Regina Gomes	Rua Ana M <sup>a</sup> . Bezerra, S/N	" "	" "
136-	Gledson Cardoso Feitosa	Rua Ana M <sup>a</sup> . Bezerra, S/N	" "	" "
137-	Heverton de Freitas Santos	Conj. COHAB, 389	" "	" "
138-	Luciano Souza Angelo	Rua Porto da Folha, 77	" "	" "
139-	Luiz Alves da Silva Júnior	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
140-	Luciene Gomes da Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
141-	Jorge Luiz da Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
142-	José Cleverton da Rocha	Conj. COHAB, 292	" "	" "
143-	José Ricardo Lima	Rua Mestre Senhorzinho, S/N	" "	" "
144-	José Cristiano de Jesus	Bairro Silos, S/N	" "	" "
145-	Josivanio Oliveira Santana	Rua Alcino Alves Oliveira	" "	" "
146-	José Cristiano de Jesus	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
147-	Jenilson Vieira da Costa	Rua 15 de Agosto, 373	" "	" "

*Maria Ademildi Melo Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

FUNDAÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA  
Fundada em 03-04-1958 - CNSS N.º 89.000-00 (14-05-00)  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju - Livro nº 8 - Fls. 118 N.º 64 17 - 01 - 146  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1577 de 29-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 04-1-74  
C. G. C. 13.113.519/0001-28 - Praça da Bandeira, 146 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
R. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - DO  
PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LESIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

Em 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORARIO
197-	Sergio Nunes Santos	Rua da Agricultura, S/N	3 anos	8:00-12:00
198-	Suzana M. Barreto	Rua Manoel B.Lemos, S/N	" "	" "
199-	Solange Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
200-	Sandra da Silva Silveira	Rua Alto da Glória, 263	" "	" "
201-	Sandra Santos Bomfim	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
202-	Weldo Souza dos Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
203-	Warlla Soraya Oliveira	Pça. da Bandeira, S/N	" "	" "
204-	Wagner Allan Souza	Rua Tobias Barreto, 199	" "	" "
205-	Adriana de Souza Costa	Av. Oeste, S/N	" "	" "
206-	Adelia Vieira Costa	Rua Floriano Peixoto, 41	" "	" "
207-	Adriana Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	2 "	" "
208-	Claudiane dos Santos	Rua Manoel M.Feitoza, 342	" "	" "
209-	Claudeilton de Aragão	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
210-	Deneilson Gomes de Rezende	Rua da Palma, S/N	" "	" "
211-	Elane Feitosa Cruz	Rua S.Francisco, 478	" "	" "
212-	Edivaldo M. de Santana	Rua Poço Redondo, 339	" "	" "
213-	Edivanio Vieira da Costa	Rua 15 de Agosto, 373	" "	" "
214-	Fabiana Santos Feitosa	Rua da Palma, S/N	" "	" "
215-	Flávia Naiara dos Santos	Rua Antonio B.Lemos, 51	" "	" "
216-	Givaldo da Silva Silveira	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
217-	Gildivan Silva Santana	Rua men de Sá, 112	" "	" "
218-	Janete Lima	Rua Mestre Senhorzinho, S/N	" "	" "
219-	Josivanira Oliveira Santana	Rua Alcino A.Oliveira, S/N	" "	" "
220-	Julio Flavio P. da Paixão	Rua Poço Redondo, 449	" "	" "
221-	José Eliel de Rezende	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
222-	José Ancelmo de Jesus	Rua Alto da Glória, 169	" "	" "
223-	José Vieira da Rocha	Av. Lourival Batista, 390	" "	" "
224-	José Edivaldo V. Santos	Rua Rosa de Maio, 91	" "	" "
225-	Joelmir S. de Andrade	Rua Carira, 148	" "	" "
226-	Jamison Almeida dos Santos	Rua Mestre Senhorzinho, 42	" "	" "
227-	Luiz Carlos Feitosa	Rua São Gonçalo, 41	" "	" "
228-	Luiz Carlos Santos Bomfim	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
229-	Lucimaria Jacinto Santos	Rua Antonio B.Lemos, 315	" "	" "
230-	Maria José P. dos Santos	Rua Isaura Oliveira, 540	" "	" "
231-	Maria Rosilene Barros	Pça. D.José Tomaz, S/N	" "	" "
232-	Maria Rosenilde dos Santos	Rua Manoel Odilon, 110	" "	" "
233-	Maria José de Aragão	Rua da Palma, S/N	" "	" "
234-	Maria Regina Santos Paixão	Rua Poço Redondo, 29	" "	" "
235-	Maria Patricia Gomes	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
236-	Marcos Alves Feitosa	Trav. da Alegria, 55	" "	" "
237-	Manoel Messias F. Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
238-	Mário Jorge Aragão	Rua da Palma, 291	" "	" "
239-	Nazaré Guilherme dos Santos	Rua Antonio B.Lemos, S/N	" "	" "
240-	Rosineide Eima Aragão	Av. 7 de Setembro, 172	" "	" "
241-	Rosineide Moura Santos	Rua da Palma, S/N	" "	" "
242-	Roseli Nunes Leite	Rua Manoel Odilon, 95	" "	" "
243-	Solange D. de Almeida	Av. Antonio B.Lemos, S/N	" "	" "
244-	Stuart Barreto	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "

Maria Idemildi Melo Oliveira

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

LEGISLAÇÃO OFICIAL DA PARÓQUIA DE SÃO FELIPE DE CASULO

Unidade em 08-04-1985 - CNSS - L. N.º 650-60 (14-08-40)

Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju - Livro A-1 - Fls. 118 N.º 642 11 - Os. 1250

Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 23-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74

C. G. C. 13.118.19/0001-28 - Praça da Bandeira, 140 - Nossa Senhora de Glória - Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/L - BAIRRO SÃO JOSÉ - DO PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
245	Valmiro Garcia Monteiro	Rua da Palma, S/N	3 ano	8:00-12:0
246	Ana Paula da Silva Resende	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
247	Ana Cristina dos Santos	Rua Monte Alegre, S/N	5 "	13:30-17:3
248	Adriana Silva da Costa	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
249	Clelma Flavia Andrade	Rua José Luiz da Silva, S/N	" "	" "
250	Cristiane dos Montes Rezende	Rua 15 de Novembro, S/N	" "	" "
251	Claudiane Cardoso Santos	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
252	Edileiza Alcantara dos Santos	Rua Men de Sa, S/N	" "	" "
253	Elisandra Oliveira	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
254	Edilza Medrade dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
255	Joelma dos Santos	Rua Monte Alegre, 136	" "	" "
256	Maria Elizangela Barreto	Rua Alcino A. Oliveira, S/N	" "	" "
257	Maria Luzinete dos Santos	Rua José Luiz da Silva, 199	" "	" "
258	Maria Cecília Santos Bomfim	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
259	Maria Patricia dos Santos	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
260	Maria José Santos	Rua Manoel Ramalho F. S/N	" "	" "
261	Nadja Maria dos Santos	Rua da Palma, S/N	" "	" "
262	Regina Pereira dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
263	Rosângela da Silva Aragão	Bairro Boa Esperança	" "	" "
264	Sandra Santos de Oliveira	Baixa de Pedro	" "	" "
265	Sandra Santos Bomfim	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
266	Valeria Mota Alcantara	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "
267	Valdenice Batista do Nasc.	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
268	Katia Santos Cruz	Rua Mestre Senhorzinho, S/N	" "	" "
269	Adejinaldo Rodrigues d. Stos	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
270	Alex Pedro de Alcantara	Rua da Palma, S/N	" "	" "
271	Antonio Marcos dos Santos	Rua Claudon de Souza, S/N	" "	" "
272	Everton Santos Filho	Rua Ana M <sup>a</sup> . Bezerra, S/N	" "	" "
273	Franco André dos Santos	Rua Antonio Bezerra, S/N	" "	" "
274	Fábio Junior Lima Aragão	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
275	José Amilton R. dos Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
276	Josivanio Vieira da Costa	Rua 15 de agosto, S/N	" "	" "
277	José Wilson Ferreira	Rua José P. Santos, S/N	" "	" "
278	José Claudemir de Araujo	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
279	Gilberto Santos de Oliveira	Baixa de Pedro	" "	" "
280	Marcel Lima da Mota	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
281	Marcio Alves dos Santos	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
282	Reginaldo dos Santos	Rua Luiz J. da Silva, S/N	" "	" "
283	Reginaldo dos Santos	Rua Manoel Ramalho, S/N	" "	" "
284	Silvio Santana da Silva	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
285	Vicelmo Silva Santos	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "
286	José Cristiano Teles	Rua da Palma, S/N	" "	" "
287	Jean Everton Santos	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "
288	Carla Maria Santana	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
289	José Marcio da Silva	Rua Amilton Goes, 158	" "	" "
290	Ana Clezia da Costa	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
291	Ana Cleia dos Santos	Rua Boca da Mata, S/N	" "	" "
292	Claudia dos Santos	Rua Monte Alegre, S/N	3 "	" "

Maria Benilde Melo Oliveira

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

FUNDAÇÃO SOCIAL DE PARAGUARI - ROSSA SENHORA DA GLÓRIA  
 Fundada em 03-04-1958  
 CNES N.º 836.600 (14-09-80)  
 Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju  
 Livro Ass. Fis. 118 N.º 62 17 - 09 - 1986  
 Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 28-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
 C. G. C. 13.113.512/0001-28 - Praça da Bandeira, 146 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe

RELAÇÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
 N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
 PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
 CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
 - L.E.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
293-	Cristiana de Lima	Rua Princesa Isabel, S/N	3 anos	13:30-17:
294-	Fabiane dos Reis	Rua da Palma, S/N	" "	" "
295-	Fabiane Santos Feitosa	Rua da Palma, S/N	" "	" "
296-	Gilzane Santos Dias	Rua Boca da Mata, 100	" "	" "
297-	Cleidiane dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
298-	Joseane Almeida Alves	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
299-	Josefa Iara Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
300-	Lucivania Fagundes	Rua Manoel M. Feitosa, 149	" "	" "
301-	Luciana Freitas Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
302-	Lucimaria Jacinto Santos	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
303-	Maria José Alves Santana	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
304-	Maria Gessiane dos Stos M.	Rua Princesa Isabel, 29	" "	" "
305-	Maria Patricia Gomes	Rua da Palma, S/N	" "	" "
306-	Nadjane Lima de Oliveira	Rua Manoel Messias, S/N	" "	" "
307-	Niziane da Silva Monteiro	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
308-	Raquel Gomes da Silva	Rua Princesa Isabel, S/N	" "	" "
309-	Rosivania de Jesus	Rua Projetada, S/N	" "	" "
310-	Rejane Messias de Lima	Rua Manoel Messias, S/N	" "	" "
311-	Sandra Tavares de Rezende	Rua Amilton Goês, 127	" "	" "
312-	Solange Bantas de Almeida	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
313-	Sueli Batista dos Santos	Rua Manoel Messias, S/N	" "	" "
314-	Tatiane Gomes Moura	Rua Princesa Isabel, 476	" "	" "
315-	Vanusa Sarafim Santos	Rua Alcino A. Oliveira, S/N	" "	" "
316-	Adriano Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
317-	Anderson da Silva Monteiro	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
318-	Alexandro dos Santos Resende	Rua da Palma, S/N	" "	" "
319-	Carlos Henrique Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
320-	Claudio Augusto de Rezende	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
321-	Cristiano Alves Lima	Rua Princesa Isabel, S/N	" "	" "
322-	Deneilson Gomes de Rezende	Rua da Palma, 281	" "	" "
323-	Edivilson Oliveira Andrade	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
324-	Edivanio Vieira da Costa	Rua 15 de Agosto, S/N	" "	" "
325-	Juldivan Silva Santana	Rua Men de Sá, S/N	" "	" "
326-	José Eliel Rezende	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
327-	José Janio de Souza	Trav. da União, S/N	" "	" "
328-	Jorge Rogério de Lima	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
329-	Josival da Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
330-	Jean Silva	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
331-	Laécio Tavares de Lima	Rua da Palma, 218	" "	" "
332-	Luiz Aleson dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
333-	Manoel Messias Reis	Rua Monte Alegre, 28	" "	" "
334-	Marcio Reginio Santos	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
335-	Manoel Messias P. Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
336-	Maria José de Aragão	Rua Projetada, S/N	" "	" "
337-	Ridemio Barbosa Santos	Rua Isaura Oliveira, 190	" "	" "
338-	Tiago dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
339-	Ana Cácia Alves Santiago	Rua João Tavares, S/N	" "	" "
340-	Ana Carla Alves Santiago	Rua João Tavares, S/N	" "	" "

Maria Ademilde Melo Oliveira

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA				
Fundada em 03-04-1958		CNSP N.º 83660-60 (14-09-60)		
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju		Livro A-B, Fls. 118 N.º 842 17 - 09 1958		
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74		Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74		
C. G. C. 13.113.519/0001-2E		Praça da Bandeira, 145 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe		
RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO PERÍODO DOS MÊSES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.				
EM 12.09.1986				
Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
341-	Eliana Freitas Santos	Conj. COHAB, S/N	5 ano	13:30-17:3
342-	Elaine Machado	Rua Amilton Goês, S/N	" "	" "
343-	Edijane Gomes, dos Santos	Rua Amilton Goês, 469	" "	" "
344-	Juvaneide da Silva Reis	Rua José Bonifacio, 190	" "	" "
345-	Joseane Nascimento dos Santos	Trav. Ana M.ª. Bezerra, S/N	" "	" "
346-	Lindiane Alves Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
347-	Lucineide Sales de Brito	Rua Projetada, S/N	" "	" "
348-	Marcia Cristina Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
349-	Maria José dos Santos	Bairro Silos, S/N	" "	" "
350-	Maria Campos da Silva	Rua Domingos dos Reis	" "	" "
351-	Maria Jeane de Aragão	Rua Manoel Messias Feitosa	" "	" "
352-	Maria Adriana da Silva	Rua Amilton Goês, S/N	" "	" "
353-	Maria Gleide de Souza	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
354-	Regevania Machado Goês	Rua Amilton Goês, 230	" "	" "
355-	Regina Ferreira de Queiroz	Rua Princesa Isabel, 40	" "	" "
356-	Rosileide Jacinto Santos	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
357-	Silvania da Silva	Rua Alto da Glória, 27	" "	" "
358-	Solange Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	4 "	" "
359-	Vaneza da Silva Santos	Rua Antonio P., S/N	" "	" "
360-	Antonio Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
361-	Carlos André de Rezende	Rua Projetada, S/N	" "	" "
362-	Cleverton Cardoso Feitosa	Rua da Palma, S/N	" "	" "
363-	Adailma da Silva Monteiro	Sítio Piabas	" "	" "
364-	Aducilia Dantas Almeida	Av. Ana M.ª. Bezerra, S/N	" "	" "
365-	Celina M.ª. Oliveira Dessy	Rua Luiz J. da Silva, S/N	" "	" "
366-	Silvia Regina Oliveira de A.	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
367-	Selma M.ª. Bispo dos Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
368-	Max Wilhames Pereira	Conj. COHAB, S/N	" "	8:00-12:00
369-	Edilândia Vieira Dantas	Rua Luiz J. da Silva, S/N	" "	" "
370-	Flávia Maria dos Santos	Rua Amilton Goês, S/N	" "	" "
371-	Maria Angélica Moreira	Sítio Piabas	" "	" "
372-	Valdiléne Santos Silva	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
373-	José Humberto dos Santos	Sítio Piabas	" "	" "
374-	José Patrício Oliveira	Rua da Palma, S/N	" "	" "
375-	José Edigar de L. Santos	Rua José P. dos Santos	" "	" "
376-	José Jandson dos Santos	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "
377-	James Oliveira Lima	Rua Manoel V. de Souza, S/N	" "	" "
378-	Luiz Fernandes da Silva	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
379-	Adriana Elias de Santana	Rua Edezio V. de Melo	" "	" "
380-	Fabiana da Silva Santos	Sítio Jacun Verde	" "	" "
381-	Ana Cristina da Silva	Rua Manoel V. de Souza, S/N	" "	" "
382-	José Flávio da Cruz	Sítio Piabas	" "	" "
383-	Fábio dos Santos Dantas	Av. Carira, S/N	" "	" "
384-	Rosivania Lima Aragão	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
385-	Severina Soares Farias	Rua Princesa Isabel, S/N	" "	" "
386-	Roslene da Silva Filho	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
387-	Maisa Gonzaga da Costa	Rua Projetada, S/N	" "	" "
388-	Maria Geliane da Silva	Faz. São Domingos,	" "	" "

*José Patrício Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

Fundada em 03-04-1958 — CNSS N.º 83.600-60 I — 05-1  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-B, Fls. 118 N.º 892 17 05 1958  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 24-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
R. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
389-	Mã. Katia Daniela dos Santos	Sítio Riacho Grande	3 anos	8:00-12
390-	Maria Leidivania de Santana	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
391-	Maria Cleidice de Souza	Rua D. José V. Távora, S/N	" "	" "
392-	Doro Cristina de Oliveira	Pça. 15 de Agosto, S/N	" "	" "
393-	Elisandra Santos Feitosa	Sítio São Domingos	" "	" "
394-	Fernanda M. Freitas Santana	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
395-	Gledson Cardoso Feitosa	Rua Ana M. Bezerra, S/N	" "	" "
396-	Jackson da Silva Santos	Rua São Domingos	" "	" "
397-	Josefa Leticia de Oliveira	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
398-	Everton E. de Almeida	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
399-	Maria Regiane da Silva	Faz. São Domingos	" "	" "
400-	Mã. da Conceição M. de Freitas	Rua José L. da Silva, S/N	" "	" "
401-	José Elclis dos Santos	Rua Carira, 344	" "	" "
402-	Edvânio Ribeiro	Rua Amilton Goês, 224	1	7:00-17:
403-	Edna Oliveira Alves	Bairro Braço da Cruz, S/N	" "	" "
404-	Elizângela Vieira Costa	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
405-	Josivan Silva Santana	Rua Antonio V. de Souza, 170	" "	" "
406-	Estevão José Santana	Rua Tobias Barreto, 378	" "	" "
407-	José Valdinei da Silva	Rua Alto da Glória, 318	" "	" "
408-	Luciano José Ribeiro	Rua Amilton Goês, 277	" "	" "
409-	Aurelina de Oliveira	Rua Isaura de Oliveira, 360	" "	" "
410-	Clesiane Bernardo Nascimento	Rua Isaura de Oliveira, 423	" "	" "
411-	Carlos Henrique Santana	Rua Isaura de Oliveira, 430	" "	" "
412-	Elandio Vieira da Costa	Rua Tobias Barreto, 325	2	" "
413-	Gilberto dos Reis Santos	Bairro Braço da Cruz, S/N	" "	" "
414-	Jucileide de Jesus	Rua Alto da Glória, 178	" "	" "
415-	Solange Dantas de Almeida	Rua Jucelino Cub, 345	" "	" "
416-	Marcone da Silva Vieira	Rua Luiz José da Silva, 193	" "	" "
417-	Jairo Dias dos Santos	Rua Alto da Glória, 134	" "	" "
418-	Maria Elizânia Nunes	Rua Manoel V. de Souza, 404	" "	" "
419-	Jucileide Dias dos Santos	Rua Alto da Glória, 455	" "	" "
420-	Luciana Tavares de Lima	Rua Alto da Glória, 118	" "	" "
421-	Janísson Pereira dos Santos	Rua Isaura de Oliveira, 540	" "	" "
422-	Maria Fabricia G. da Silva	Rua Isaura de Oliveira, 423	" "	" "
423-	Pedro Roberto A. dos Santos	Rua D. José V. Távora, 165	" "	" "
424-	Flávia Nayara dos Santos	Rua Luiz José da Silva, S/N	" "	" "
425-	Gildivan Silva S. Santos	Rua Isaura de Oliveira, 210	" "	" "
426-	Jackson Aparecido Oliveira	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
427-	Alexandra de Santana	Rua Santos Dumont, S/N	" "	" "
428-	João Paulo dos Santos	Rua Santos Dumont, S/N	" "	" "
429-	Jakeline da Conceição	Bairro Braço da Cruz, 403	" "	" "
430-	Eliza Regina dos Santos	Rua Capela, 11	" "	" "

*Assinatura Adenildo da Glória*

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1958      CNSS N.º 83.650-60 (14-09-00)

Posses Jurídica: Cartório do 1.º Ofício - Aracaju - Livro A-8, Fls. 118 N.º 692 17 - 05 - 1958

Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 - Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74

C. G. C. 13.113.519/0001-28 - Praça da Bandeira, 146 - Nossa Senhora da Glória - Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MESES DE ABRIL 1986      EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
01-	Alaelson da Silva	Rua Poço Redondo, S/N	6 ano	8:00-12:00
02-	Adenilza Gonzaga da Costa	Sítio Pau do Cedro	" "	" "
03-	Carlos André de Rezende	Sítio Piabas	" "	" "
04-	José Assis de Alcantara Santos	Rua José L. da Silva, S/N	" "	" "
05-	José Renato dos Santos	Pça. D. José Tomaz, S/N	" "	" "
06-	Mário Junior dos Santos	Pça. D. José Tomaz, S/N	" "	" "
07-	Silvo Lima de Souza	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
08-	Wanda Oliveira Santos	Faz. Novo Horizonte	" "	" "
09-	Carlos André Rodrigues	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
10-	Franco André dos Santos	Rua Antonio Bezerra Lemos	" "	" "
11-	Ivanilde Gomes da Silva	Rua Luiz José da Silva, S/N	" "	" "
12-	José Valfranio da Silva	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
13-	Maria Gleide de Souza	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
14-	Mã. José Pereira dos Santos	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
15-	Manoel Messias Nunes	Rua 15 de agosto, S/N	5	" "
16-	Rosana Alves da Silveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
17-	Josileide Jacinto Santos	Av. Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
18-	Selma Maria Bispo dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
19-	Rosival Cardoso dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
20-	Adagilton da Silva Monetiro	Sítio Piabas	" "	" "
21-	Andreia Pereira dos Santos	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
22-	Carlos André dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
23-	Celso Dantas de Almeida	Rua Ana Mã. Bezerra, S/N	" "	" "
24-	Edivanio Silva Santana	Rua Antonio P. de Souza, S/N	" "	" "
25-	Juraci do Nascimento Santos	Sítio São Domingos	" "	" "
26-	Maurício José Nazare	Av. Leste, S/N	6	" "
27-	Eliza Regina dos Santos	Rua Santos Dumont, S/N	4	" "
28-	José Valter dos Santos	Faz. Novo Horizonte	" "	" "
29-	José Ancelmo de Jesus	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
30-	José Eliel de Rezende	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
31-	Jildivan Silva Santana	Rua Men de Sa, S/N	" "	" "
32-	Maria Patricia Gomes	Rua Projetada, S/N	" "	" "
33-	Solange Dantas de Almeida	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
34-	Alexandra Francisca de Souza	Rua Carira, S/N	" "	" "
35-	Ana Lúcia dos Santos	Rua José Luiz da Silva, S/N	" "	" "
36-	Aducilia Dantas de Almeida	Rua Ana Mã. Bezerra, S/N	" "	" "
37-	Alexandra Santana	Rua Luiz José da Silva, S/N	" "	" "
38-	Adailma da Silva Monteiro	Sítio Piabas	3	" "
39-	Fabiana Batista Oliveira	Rua 15 de Agosto, S/N	4	" "
40-	Flávia Maria dos Santos	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
41-	Gilberto dos Reis Soares	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
42-	José Humberto dos Santos	Sítio Piabas	" "	" "
43-	Luciana Tavares de Lima	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
44-	Lucimara Jacinto dos Santos	Rua Antonio B. Lemos, S/N	" "	" "
45-	Maria Luciene Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
46-	Maria Angelica Moreira	Sítio Piabas	" "	" "
47-	Clevertton Alves Feitosa	Rua Projetada, S/N	3	" "
48-	Jakson da Silva Santos	Sítio São Domingos	4	" "

*Maria Ademilde Mdo. Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1958 — CNSS N.º 89.660-60 (14-09-60)  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-8, Fis. 118 N.º 6º 17 - 09 1959  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1577 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
R. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MESES DE ABRIL de 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A.- SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
49-	Jenison Pereira dos Santos	Rua Isaura Oliveira, S/N	4 ano	8:00-12:00
50-	Luciene Gomes da Silva	Conh. COHAB	" "	" "
51-	Maria Regina da Silva	Sítio São Domingos	" "	13:30-17:
52-	Mã.da Conceição M. de Freitas	Rua Luiz José da Silva, S/N	3 "	" "
53-	Maria Cleidice Souza	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
54-	José José B.dos Santos	Conj. COHAB	" "	" "
55-	Pedro Roberto A.dos Santos	Rua Luiz José Silva, S/N	" "	" "
56-	Rosiene da Silva Filha	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
57-	Tatiane Machado Pimentel	Rua Amilton Goes, S/N	" "	" "
58-	Ana Paula Resende	Rua COHAB, S/N	5 "	" "
59-	Antonio Ferreira Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
60-	Alaelson da Silva	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
61-	Ademilson Batista dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
62-	Antonio César Santos	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
63-	Cleverton Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
64-	Dilma Maria Silva	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
65-	Elaine Cristina Santos	Rua 15 de Agosto, S/N	" "	" "
66-	Elenilza Vieira Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
67-	Flávio Barcia Monetiro	Rua Projetada, S/N	" "	" "
68-	Genison Alberto de Oliveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
69-	Gilberto de Santana Andrade	Av. Carirap S/N	" "	" "
70-	Ivanilde dos Santos	Conj. COHAB, S/N	" "	" "
71-	Ivanluzia Silva Reis	Conj. Cohab, S/N	" "	" "
72-	Ionas Santos Araujo	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
73-	Jacira de Lima Santos	Rua José P.Santos, S/N	" "	" "
74-	Josineide Feitosa Santos	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
75-	Josileide Lima Costa	Rua Ana Ma. Bezerra, S/N	" "	" "
76-	Josevania da Silva Monteiro	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
77-	José Ricardo Santos Feitosa	Rua Isaura Oliveira, S/N	" "	" "
78-	José Roberto V. Aragão	Av. 7 de Stembro, S/N	" "	" "
79-	José Niveton Feitosa	Rua Projetada, S/N	" "	" "
80-	José Carlos da Costa	Rua Alfredo N.da Mota, S/N	" "	" "
81-	Jenilson Oliveira dos Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
82-	Manceol Messias da Silva	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
83-	Mauricio de Jesus Andrade	Av. Manoel E.da Mota, S/N	" "	" "
84-	Marilene da Silva Borges	Rua Projetada, S/N	" "	" "
85-	Maria Madalena Fausto de Matos	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
86-	Maria Auxiliadora S. Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
87-	Maria José de Almeida	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
88-	Maria Neuvânea Barbosa	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
89-	Nadja Gardenia da Silva	Rua Projetada, S/N	" "	" "
90-	Patricia Alves da Silveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
91-	Reginaldo Bispo Nunes	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
92-	Rosileide Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
93-	Silvio Lima de Souza	Rua Projetada, S/N	" "	" "
94-	Silva Adriana da Silva	Boa Esperança	" "	" "
95-	Suzana Maria Barreto Santos	Rua Manoel B.Lemos, S/N	" "	" "
96-	Weslamark Barreto	Rua Manoel M.Feitosa, S/N	" "	" "
97-	Wilamis Ribeiro	Rua José F. de Santos	" "	" "

*Maria Auxiliadora S. Santos*

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**  
Fundada em 03-03-1958 — CNSS N.º 83.660-60 (14-09-69)  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-8, Fls. 118 N.º 0-2 17 - 09 - 1958  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
N.SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MESES DE ABRIL DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- L.B.A.- SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM: 12.09.1986

Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
98-	Antonio Marcos de Amaral	Rua Manoel B.Lemos, S/N	5 ano	13:00-17:
99-	Alessandra Pereira Santos	Rua Monte Alegre, 521	" "	" "
100	Aranilton da Silva	Bairro Silos	" "	" "

*Maria Rosalinda Melo Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

**ACÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

Fundada em 03-04-1958 CNSS N.º 83660-60 (14-09-60)

Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-8, Fls. 118 N.º 692 17 - 09 - 1958

Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74

C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO PERÍODO DOS MÊSES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

EM 12.09.1986

N.º	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
01-	Maria Ivania da Silva	Rua Alto da Glória, S/N	6 ano	8:00-12:0
02-	Alexandro Machado	Rua Projetada, S/N	" "	" "
03-	Lilian Alves Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
04-	Ednelza Médrade dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
05-	Carlos André Lima	Rua Claudon de Souza, 168	" "	" "
06-	Cledeson Santos Oliveira	Av. Lourival Batista, 804	" "	" "
07-	Joelma de Jesus	Rua Projetada, S/N	" "	" "
08-	Adailton de Andrade	Rua José P. de Souza, S/N	" "	" "
09-	Antonio dos Santos	Rua José L. da Silva, S/N	" "	" "
10-	Alberlan da Silva Santos	Rua Antonio P. de Souza, 167	" "	" "
11-	Carlos André de Almeida	Bairro Divineia	" "	" "
12-	Carlos André Alves Oliveira	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
13-	Claudienes Silva Reis	Rua Projetada, S/N	" "	" "
14-	Elaine Gomes dos Santos	Rua Amilton Goês, 152	" "	" "
15-	Ediana Rodrigues dos Santos	Rua Amilton Goês, S/N	" "	" "
16-	Erinaldo Alves de Lima	Rua Manoel M. Feitosa, 269	" "	" "
17-	Gicelma Soares da Cruz	Rua Manoel B. Lemos, S/N	" "	" "
18-	Josivan de Souza	Trav. União, 11	" "	" "
19-	Josileide N. dos Santos	Trav. Ana M. Bezerra, 51	" "	" "
20-	Josivaldo N. dos Santos	Trav. Ana M. Bezerra, 51	" "	" "
21-	Jaciene de Melo	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
22-	José Oliveira dos Santos	Rua Manoel V. de Souza, S/N	" "	" "
23-	Luzenira Santos	Rua Manoel R. Feitosa, S/N	" "	" "
24-	Marcio André Santana Costa	Rua 15 de Agosto, 623	" "	" "
25-	Marcio José Nazare	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
26-	Marcos José de Almeida	Rua Poço Redondo, 489	" "	" "
27-	Patricia Medrade dos Santos	Rua Tiradentes, 51	" "	" "
28-	Rosimeire Sercundo da Silva	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
29-	Rosileide de Jesus	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
30-	Rozivalda Batista Vieira	Rua Manoel V. Souza, 180	" "	" "
31-	Elizabeth Soares Farias	Rua Tobias Barreto, S/N	" "	" "
32-	Agnaldo Martins dos Santos	Rua Luiz José da Silva, S/N	" "	" "
33-	Antonio Marcos A. Messias	Av. Lourival Batista, 645	" "	" "
34-	Edson Souza Mota	Rua Princesa Isabel, 94	" "	" "
35-	Fabiana Tavares de Lima	Rua Poço Redondo, 451	" "	" "
36-	Fábio Júnior Lima Aragão	Rua Isaura de Liveira, 470	" "	" "
37-	Givanildo da Silva	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
38-	José Alex de Lima	Rua Poço Redondo, 451	" "	" "
39-	José Adailton Aragão	Rua C. de S. Francisco, S/N	" "	" "
40-	José Ricardo Santos Feitosa	Rua da Palma, 505	" "	" "
41-	Gilberto Santos de Oliveira	Rua Baixa de Pedro	" "	" "
42-	Luciano Alves Lima	Rua Princesa Isabel, S/N	" "	" "
43-	Leila Cristina Oliveira	Rua Manoel M. Feitosa, 279	" "	" "
44-	Marcelino Lima da Mota	Rua Domingos dos Reis, S/N	" "	" "
45-	Maria Roseane Santos	Rua Monte Alegre, 421	" "	" "
46-	Maria Rosângela dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
47-	Maiza Silva Santana	Rua João Tavares de Lima	" "	" "
48-	Maria Gidelma Santos	Rua Poço Redondo, 440	" "	" "
49-	Neuvânea da Silva Monteiro	Av. Lourival Batista, 804	" "	" "

*Maria Adenaldo Lila Oliveira*

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de

12.09.1986

AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA				
Fundada em 03-04-1958		CNSS N.º 83.660-60 (14-09-60)		
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju		Livro A-8, Fls. 118 N.º 892 17 - 09 - 1950		
Unidade Pública Estadual: Lei n.º 1877 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74				
C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146		Nossa Senhora da Glória — Sergipe		
<p>RELAÇÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO PERÍODO DOS MÊSES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - L.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.</p>				
EL 12.09.1986				
Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
50-	Poliana Melo de Araujo	Rua Projetada, S/N	6 anos	8:00-12:00
51-	Paula Cristina Matos	Rua Manoel R. Feitosa, 271	" "	" "
52-	Rosângela dos Santos	Rua Monte Alegre, S/N	" "	" "
53-	Tatiane Cardoso dos Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
54-	Valdenice Freitas Santos	Rua Ana M.ª. Bezerra, S/N	" "	" "
55-	Veralucia Andrade dos Santos	Rua Projetada, S/N	" "	" "
56-	Viviane Brito Santos	Rua Jose P. dos Santos, 88	" "	" "
57-	Vilma de Oliveira	Rua Manoel M. Feitosa, 325	" "	" "
58-	Antonio César Santos	Rua Isaura de Oliveira, 455	" "	" "
59-	Weslamark Barreto	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
60-	Ademilson Batista dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, 130	" "	" "
61-	Alelson da Silva	Rua Poço Redondo, S/N	" "	" "
62-	Cleverton Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
63-	Elenilza Vieira Santos	Rua Alto da Glória, 222	" "	" "
64-	Flávio Garcia Monteiro	Av. Carira, S/N	" "	" "
65-	Gilberto de Santana Andrade	Av. Carira, 149	5	" "
66-	Genison Alberto de Oliveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
67-	Izaquiel Lima	Rua Mestre Senhorzinho, 31	" "	" "
68-	Jonas Santos Araujo	Bairro Silos, S/N	" "	" "
69-	Jacira de Lima Santos	Rua José P. dos Santos, 76	" "	" "
70-	José Jamison Andrade Souza	Rua Isaura Oliveira, 334	" "	" "
71-	Josivania da Silva Monetiro	Rua Tobias Barreto, 366	" "	" "
72-	José Carlos da Costa	Rua Alfredo M. da Mota, 31	" "	" "
73-	Josineide Feitosa Santos	Av. Lourival Batista, 405	" "	" "
74-	José Niveton Feitosa	Rua Senador L. Neto, 339	" "	" "
75-	Josileide Lima Costa	Trav. Ana M.ª. Bezerra, 336	" "	" "
76-	José Roberto V. Aragão	Av. 7 de Setembro, 154	" "	" "
77-	Lucivania da Silva	Rua Izauran Oliveira, S/N	" "	" "
78-	Maurílio de Jesus Andrade	Av. Manoel E. da Mota, S/N	" "	" "
79-	M.ª. Auxiliadora Silva Santos	Rua Alto da Glória, S/N	" "	" "
80-	Marilene da Silva Borges	Rua Projetada, S/N	" "	" "
81-	Manoel Messias da Rocha	Av. Lourival Batista, 390	" "	" "
82-	Nanci de Azavedo Santos	Av. Oeste, S/N	" "	" "
83-	Osmario Lima de Araujo	Rua da Palma, S/N	" "	" "
84-	Patrícia Alves da Silveira	Av. Lourival Batista, S/N	" "	" "
85-	Patrícia Batista dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, 191	" "	" "
86-	Rosicleide Andrade	Rua Projetada, S/N	" "	" "
87-	Reginaldo Bispo Nunes	Av. Lourival Batista, 336	" "	" "
88-	Rosimeire dos Santos Silva	Rua Isaura de Oliveira, S/N	" "	" "
89-	Wilamis Ribeiro	Rua José P. dos Santos, S/N	" "	" "
90-	Wagner Allan Souza	Rua Tobias Barreto, 204	" "	" "
91-	Ana Alza da Silva	Rua Rosa de Maio, 91	" "	" "
92-	Alexandro Francisco de Souza	Av. Oeste, S/N	" "	" "
93-	Alison Batista dos Santos	Rua Manoel M. Feitosa, S/N	" "	" "
94-	Carlos Amilton Santos	Rua Manoel F. de Lima, 99	4	" "
95-	Elaine Cristina Santos	Rua 15 de agosto, 56	" "	" "
96-	Eliane Lisboa dos Santos	Rua Isaura de Oliveira, 444	" "	" "
97-	Edilvania da Silva Borges	Rua Jucelino Kub, S/N	" "	" "

*José Roberto V. Aragão*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

Continuação da Relação de Pré-escolares Atendidos na Unidade Casulo, datada de  
12.09.1986

**AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**  
Fundada em 03-04-1958 — CNSS N.º 83.660-60 (14-09-69)  
Pessoa Jurídica: Cartório do 1.º Ofício — Aracaju — Livro A-b, Fls. 118 N.º 692 17 - 09 - 1966  
Utilidade Pública Estadual: Lei n.º 1677 de 29-11-74 — Diário Oficial de Sergipe de 04-12-74  
C. G. C. 13.113.519/0001-28 — Praça da Bandeira, 146 — Nossa Senhora da Glória — Sergipe

RELACÃO DE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NA UNIDADE CASULO LOCALIZADA EM  
N. SRA. DA GLÓRIA-SERGIPE, AVENIDA OESTE, S/N - BAIRRO SÃO JOSÉ - NO  
PERÍODO DOS MESES DE AGOSTO DE 1986 EM CUMPRIMENTO AO  
CONVÊNIO CELEBRADO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
- I.B.A. - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE.

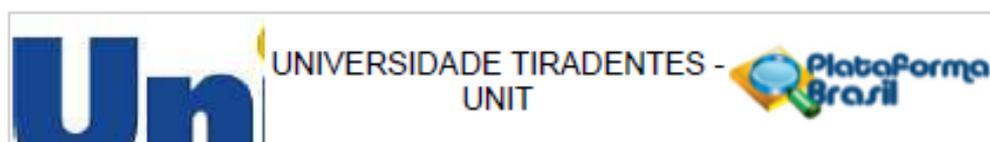
EM 12.09.1986

Nº	NOME	ENDEREÇO	IDADE	HORÁRIO
98-	Fabiana Garcia Monteiro	Rua Carira, S/N	4 anos	8:00-12:00
99-	Gilvan da Silva	Rua Isaura de Oliveira, 475	" "	" "
100	Geane Medrade dos Santos	Rua da Palma, 339	" "	" "

*Maria Ademilde Melo Oliveira*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pe. Grégoire, 2018.

## ANEXO Q – Parecer consubstanciado do CEP



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: O Jardim da Infância Pequeno Príncipe de Nossa Senhora da Glória (1978-1992)

**Pesquisador:** ANA CRISTINA DE SA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 91422718.4.0000.5371

**Instituição Proponente:** SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

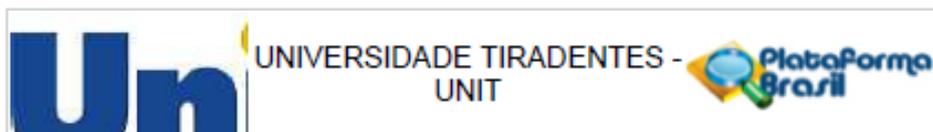
**Número do Parecer:** 2.746.455

**Apresentação do Projeto:**

Nessa investigação busca-se registrar a memória da educação formal da infância, no sertão do Nordeste, no estado de Sergipe, dos anos de 1978 a 1992, a partir do registro da história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Instituição confessional Católica, de ensino infantil, criada em 1978, pelo Padre belga Leon Lambert Joseph Gregoire, que desenvolveu diversos trabalhos sociais na região do sertão sergipano, entre esses a criação de um Jardim de Infância, que naquele tempo e lugar teve a finalidade de prestar assistência educacional a crianças carentes oriundas de famílias pobres. O marco temporal deste estudo se localiza entre os anos de 1978 a 1992, considerando os dois momentos como fundamentais para a história da Instituição. O primeiro se refere ao ano de fundação do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, pelo referido sacerdote, vinculado à Ação Social da Igreja Católica da cidade e, o segundo, diz respeito ao ano em que a Instituição é desvinculada em regime de comodato da Ação Social e inserida na Rede Estadual de Ensino, passando a ser responsabilidade do governo do estado de Sergipe. O trabalho investigativo concentra-se na área das ciências humanas, no campo da educação, amparada numa perspectiva histórica e compreende uma pesquisa sobre uma instituição educativa infantil confessional católica. Insere-se na linha um de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, Educação e Formação Docente. O tema de investigação está atrelado à instituição educativa e infância. Tendo como objetivo primário: analisar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe e suas práticas educativas na cidade de Nossa Senhora da Glória (SE), no período de 1978 a 1992; e

**Endereço:** Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo  
**Bairro:** Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490  
**UF:** SE **Município:** ARACAJU  
**Telefone:** (79)3218-2206 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br

## Continuação do Parecer consubstanciado do CEP



Continuação do Parecer: 2.748.455

secundários: discorrer sobre a trajetória do Padre Leon Gregoire; analisar o processo de criação e desenvolvimento da Instituição Educativa, considerando seus aspectos físicos, pedagógicos e culturais; e interpretar as representações da Instituição através das memórias dos seus agentes. O lócus da pesquisa é a cidade de Nossa Senhora da Glória-SE, tendo como universo o Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Como referencial teórico-metodológico o trabalho contará com pesquisa bibliográfica, documental e metodologia da História Oral. Para análise dos dados coletados, far-se-á uso de uma abordagem teórico-metodológica de cunho analítico considerando o objeto de estudo. Como resultados esperados se almejam: ter conhecimento sobre as práticas educativas do Jardim de Infância Pequeno Príncipe; saber sobre a trajetória de vida do Padre Leon Gregoire, compreendendo sua vida na Bélgica e no Brasil; torna mensurável a importância do Jardim de Infância Pequeno Príncipe para os seus agentes escolares e para a comunidade, considerando seus aspectos físicos, pedagógicos e culturais.

### Objetivo da Pesquisa:

#### Objetivo Primário:

Analisar o Jardim de Infância Pequeno Príncipe e suas práticas educativas na cidade de Nossa Senhora da Glória (SE), no período de 1978 a 1992.

#### Objetivo Secundário:

1. Discorrer sobre a trajetória do Padre Leon Gregoire;
2. Analisar o processo de criação e desenvolvimento da Instituição Educativa, considerando seus aspectos físicos, pedagógicos e culturais;
3. Interpretar as representações da Instituição através das memórias dos seus agentes.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

#### Riscos:

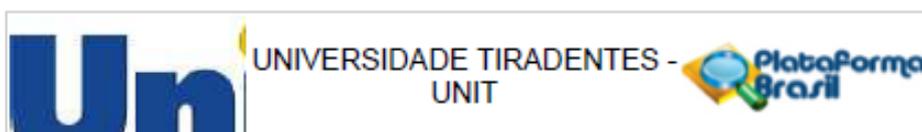
Diante do trabalho com memórias, os riscos que os participantes possam ter é reavivar determinada memória que projete algum desconforto emocional.

#### Benefícios:

Publicizar a história do Jardim de Infância Pequeno Príncipe e a educação em Sergipe. Conhecer as marcas indelévels da Instituição, principalmente, na educação da cidade de Nossa Senhora da Glória, sendo o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, uma instituição filantrópica criada para atender os filhos das famílias carentes materialmente da região. Ter sido o Jardim de Infância uma grande conquista no âmbito educacional, para a cidade de Nossa Senhora da Glória e a região do Alto Sertão Sergipano, pois foi a primeira instituição de educação filantrópica da região, sendo visto como um espaço de

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo			
Bairro: Bairro Farolândia		CEP: 49.032-490	
UF: SE	Município: ARACAJU		
Telefone: (79)3218-2206	Fax: (79)3218-2100	E-mail: cep@unit.br	

## Continuação do Parecer consubstanciado do CEP



Continuação do Parecer: 2.746.455

contribuição pedagógica e sociocultural. Seu fundador e diretores primavam pelo bem estar social das crianças, através da educação religiosa e pedagógica.

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A memória histórica sempre é de fundamental importância para a vida de um povo: um povo precisa sempre manter viva suas lembranças de sucesso e de dificuldades para que se aproveite o que foi positivo e se evolua no que representou resultados negativos. Portanto, quando uma comunidade tem o estímulo da academia para reavivar suas memórias, é preciso que esse esforço seja destacado e apoiado.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

### Considerações Finais a critério do CEP:

PB: Plataforma Brasil; PD: Projeto detalhado; FR: folha de rosto.

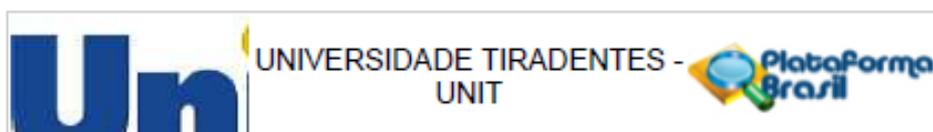
O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo  
 Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490  
 UF: SE Município: ARACAJU  
 Telefone: (79)3219-2206 Fax: (79)3219-2100 E-mail: cep@unit.br

## Continuação do Parecer consubstanciado do CEP



Continuação do Parecer: 2.748.455

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1145349.pdf	01/06/2018 11:55:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	RoteiroDeEntrevista.doc	01/06/2018 11:54:11	ANA CRISTINA DE SA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_P.doc	01/06/2018 11:53:36	ANA CRISTINA DE SA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDePesquisa.doc	01/06/2018 11:53:15	ANA CRISTINA DE SA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoDoPesquisador.pdf	01/06/2018 11:52:54	ANA CRISTINA DE SA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoDeAutorizacaoParaUsoDeArquivo.pdf	01/06/2018 11:52:28	ANA CRISTINA DE SA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	01/06/2018 11:51:56	ANA CRISTINA DE SA	Aceito

## Situação do Parecer:

Aprovado

## Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 29 de Junho de 2018

Assinado por:  
ADRIANA KARLA DE LIMA  
(Coordenador)

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo  
 Bairro: Bairro Farolândia CEP: 49.032-490  
 UF: SE Município: ARACAJU  
 Telefone: (79)3218-2206 Fax: (79)3218-2100 E-mail: cep@unit.br